

CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS

CRISTINA GIBROWSKI

**A TRAJETÓRIA DE UM MONUMENTO NA PAISAGEM URBANA DE PORTO
ALEGRE (1866-2013): DE CHAFARIZ IMPERADOR PARA AFLUENTES DO
GUAÍBA**

CANOAS

2014

CRISTINA GIBROWSKI

**A TRAJETÓRIA DE UM MONUMENTO NA PAISAGEM URBANA DE PORTO
ALEGRE (1866-2013): DE CHAFARIZ IMPERADOR PARA AFLUENTES DO
GUAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, do Centro Universitário Unilasalle, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Dra. Cleusa M. Graebin
Coorientador: Dr. Lucas Graeff

CANOAS

2014

*Este estudo terá outros desdobramentos. Todos os direitos reservados para a autora. Nenhuma parte desta pesquisa poderá ser reproduzida ou disponibilizada em banco de dados.

G447t

Gibrowski, Cristina

A trajetória histórica de um monumento na paisagem urbana de Porto Alegre (1866-2013): de Chafariz Imperador para Afluentes do Guaíba / Cristina Gibrowski. - - 2014.

119 f.

Orientadora: Cleusa Maria Graebin.

Coorientador: Lucas Graeff.

Dissertação (Mestrado) - - Centro Universitário La Salle, Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, Canoas, RS, 2014.

1. Política Cultural. 2. Patrimônio Cultural. I. Graebin, Cleusa Maria, orient. II. Graeff, Lucas, coorient. III. Título.

CDU 930.85

Ao meu querido e amado filho Thiago.

AGRADECIMENTOS

Aos Professores Cleusa e Lucas pela paciência e compreensão. Agradeço pelas inúmeras contribuições.

À Bibliotecária Viviane Carrion, Diretora do Sistema de Bibliotecas da UFRGS, pelo incentivo e apoio que foram fundamentais para que eu tivesse condições de realizar esse mestrado.

À minha querida chefe Miriam, pelo incentivo e apoio.

A minha família, em especial ao meu irmão Luciano e minha irmã Graziela, que me ajudaram cuidando do meu filho nos horários de minhas aulas noturnas.

RESUMO

Este estudo identifica os fatores relacionados aos deslocamentos espaciais do Chafariz Imperador. Trata-se de um monumento instalado no final de 1866 e início de 1867, na Praça da Matriz em Porto Alegre (RS), pela Companhia Hidráulica Porto Alegrense, em virtude da comemoração do início do fornecimento de água potável aos cidadãos da Capital. Atualmente, algumas peças que restaram dele encontram-se na Praça Dom Sebastião, localizada no centro da cidade. A reconstrução da trajetória histórica do monumento entre o período de 1866-2013 deu-se a partir de uma pesquisa documental de caráter qualitativo nos seguintes locais: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Museu Joaquim José Felizardo. Além desses, nos acervos digitais da Fundação Biblioteca Nacional e *Center Research for Libraries*. Ao final deste estudo, identifiquei relações entre os deslocamentos espaciais do Chafariz Imperador e as transformações da paisagem urbana de Porto Alegre, que se vinculam à Cultura Política dos grupos detentores do poder. E verifiquei que apenas mais recentemente as decisões quanto à localização e à preservação do monumento passam a ser tratadas por agentes públicos especializados que se ocupam do Patrimônio Cultural da cidade.

Palavras-chave: Monumento histórico – Chafariz Imperador. Monumento histórico – Porto Alegre (RS) século XIX. Cultura Política. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This study identifies factors related to geographical displacements of the Emperor Fountain. It is a monument installed in the late 1866 and in the beginning of 1867, in Matriz square in Porto Alegre (RS), the Porto Alegrense Hydraulic Company due to the celebration of the start of the drinking water supply to Porto Alegre's citizens. Nowadays, some remaining parts of the fountain are located in Dom Sebastião square, in the city's downtown. The rebuilding of the historical trajectory of the monument between the periods of 1866-2013 took place from a documental research of qualitative focus in the following places: Vellinho Moyses Historical Archive of Porto Alegre, Historical Archive of Rio Grande do Sul state, Hippolytus José da Costa Museum of Communication, Joaquim José Felizardo Museum. In addition to these places, in the digital collections of the National Library Foundation and in the Center Research for Libraries. At the end of this study, I identified relationships between spatial displacements of the Emperor Fountain and the changes of Porto Alegre's urban landscape, which are connected to the Political Culture of the most powerful and influent groups of the city. I also noticed that only recently, the decisions regarding the location and preservation of the monument began to be treated by specialized public officials dealing with the city's cultural heritage.

Keywords: Historical Monument - Emperor Fountain. Historical Monument - Porto Alegre (RS) century XIX. Political Culture. Cultural Heritage.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHPAMV	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho
AHRGS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
BN	Fundação Biblioteca Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
MCHJC	Museu da Comunicação Hipólito José da Costa
MJJF	Museu Joaquim José Felizardo
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	<i>Metodologia</i>	10
1.2	<i>Fundamentação teórica: Cultura Política e Monumentos Históricos</i>	13
2	MONUMENTOS EM PORTO ALEGRE: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA A PARTIR DAS PRAÇAS E DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA (1855-1926)	19
2.1	<i>O surgimento das praças na paisagem urbana de Porto Alegre</i>	21
2.2	<i>O abastecimento de água potável e os chafarizes de ferro europeus no século XIX</i>	27
2.3	<i>A encampação da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense e o início da retirada dos Chafarizes de Ferro</i>	42
3	A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CHAFARIZ IMPERADOR – 1866-1907	54
3.1	<i>A composição do Chafariz Imperador e sua simbologia</i>	59
3.2	<i>O Chafariz Imperador no período de 1867-1906</i>	65
3.3	<i>A retirada do Chafariz Imperador da Praça da Matriz em 1907</i>	70
4	A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CHAFARIZ IMPERADOR – 1907-2013	73
4.1	<i>O movimento pela preservação do Chafariz Imperador no período 1924-1936</i>	73
4.2	<i>As estátuas remanescentes do Chafariz Imperador: de meados do século XX até 2013</i>	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	105
	<i>Bibliográficas</i>	
	<i>Fontes Documentais</i>	110
	SITES – BLOGS CONSULTADOS	116
	APÊNDICE – Biografia de José Obino (1835-1879)	117

1 INTRODUÇÃO

Entre o final de 1866 e início de 1867, Porto Alegre teve seu primeiro monumento público escultório¹ – o Chafariz Imperador – instalado na Praça Matriz, em virtude da comemoração do início do fornecimento de água potável aos cidadãos. O monumento era composto por um conjunto de cinco estátuas de mármore de Carrara. Quatro delas simbolizavam os afluentes da bacia do Guaíba, representado por duas figuras femininas (Cahy e Sinos), duas figuras masculinas (Gravatahy e Jacuhy) e outra, em destaque no alto, trazia a figura de um menino representando o Lago Guaíba. Com o decorrer dos anos, esse foi retirado dessa Praça e, por volta de 1936, algumas de suas partes ressurgiram na paisagem urbana da capital gaúcha, mas, agora, na Praça Dom Sebastião².

Nesse contexto, esta pesquisa tem por objetivo identificar os fatores que estão relacionados com os deslocamentos espaciais do Chafariz Imperador entre 1866-2013. Esse período foi delimitado tendo em vista o ano de inauguração do Chafariz Imperador - 1866 conforme consta em Alves (2004), até a data atual de término da pesquisa - 2013. Para tanto, foi necessário reconstruir sua trajetória histórica, pois, a partir dos estudos apresentados pelos pesquisadores Riopardense de Macedo na década de 1960, ocasião em que fez um dos primeiros levantamentos

¹ Ao usarmos a expressão monumento público escultório, estamos nos referindo à escultura pública, que é uma expressão que pertence ao gênero da história da arte chamada de Arte Pública. Cfe. Alves: a escultura pública está ligada às mesmas questões críticas, estéticas e históricas desse campo. Ela retém, sob sua égide, uma grande parte da arte do passado, incorporando formas moderna e contemporânea. Assim, como objeto, ela abrange da estatuária antiga e atual à arte conceitual e efêmera. O que as diferencia, considerando suas funções e características, é a inserção do adjetivo “público” (ALVES, 2004, p. 46-47). Nesta pesquisa, entendemos que arte pública é aquela que está exposta no ambiente urbano ao ar livre.

² Praça Dom Sebastião: conforme Franco (1988), a praça recebeu essa denominação em homenagem ao bispo diocesano Dom Sebastião Dias Laranjeiras. A primeira referência ao local se encontra em um requerimento da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, de 1847, pedindo que fosse fixado o alinhamento da sua futura igreja e, ao mesmo tempo, solicitava que fosse demarcada a praça que dizia já existir entre as ruas do Barbosa (atual Rua Barros Cassal) e da Brigadeira (atual Rua da Conceição). Com a construção da Igreja da Conceição a partir de 1851, o logradouro passou a ser conhecido como Praça da Conceição, nome reconhecido oficialmente em 20 de outubro de 1857. Em 28 de outubro de 1884, teve seu nome alterado para Praça Dom Sebastião. Em 2006, a Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, incluiu, entre outros, essa Praça no inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre, conforme consta no Diário Oficial de Porto Alegre, nº 2933, 28 dez. 2006.

dos monumentos e marcos de Porto Alegre, e José Francisco Alves em 2004, observou-se que esses autores evidenciam a precariedade das fontes documentais a respeito desse assunto.

Bem como, verificou-se divergências quanto às informações referentes ao seu percurso nos espaços públicos de Porto Alegre. Para Riopardense de Macedo³, por exemplo, o Chafariz que hoje está no Parque Farroupilha foi o mesmo instalado na Praça da Matriz por volta de 1866, informação também compartilhada pela Equipe do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, conforme contato telefônico feito em junho de 2013.

Já para Walter Spalding (1967), Leandro Telles (1973), Sérgio Franco da Costa (1986, 2006), Hélio Ricardo Alves (1994, 2001), José Francisco Alves (2004) as estátuas que hoje se encontram na Praça Dom Sebastião são elementos que faziam parte do conjunto que outrora compunha o referido Chafariz instalado na Praça da Matriz. Ainda encontrou-se divergências quanto ao nome atribuído para identificar as partes que restaram desse monumento. Além disso, outro fator interessante, apontado por todos esses autores, são os relatos em relação ao desaparecimento “sem vestígios” de outras partes das peças que integravam esse Chafariz, inclusive de todos os outros que foram instalados pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense e que, por conseguinte, também ornamentaram as praças de Porto Alegre entre meados do século XIX e início do século XX.

Assim, para alcançar o objetivo desta pesquisa, realizei no ano de 2013 uma exaustiva busca em alguns arquivos e museus da Capital à procura de documentos⁴ que pudessem permitir um melhor entendimento, bem como que viessem a elucidar os fatores relacionados com os deslocamentos espaciais do Chafariz Imperador.

É importante relatar também que o interesse inicial por esse tema me ocorreu ao acaso, quando, ao passar pela Praça Dom Sebastião, no momento em que me deslocava para meu local de trabalho, a beleza do conjunto de estátuas despertou a

³ “O chafariz de ferro fundido que está no parque da Redenção é o mesmo que originalmente foi instalado na Praça Mal. Deodoro” (Praça da Matriz) (MACEDO, 1970, p. 5).

⁴ Cfe. Castro (1988, p. 19) documento é algo corpóreo, em que já foi fixada ou gravada uma noção, ideia ou mensagem e, em sentido amplo, é todo e qualquer suporte que contenha informação (monumento, sítio arqueológico, entre outros).

minha curiosidade em obter informações a respeito delas. As poucas e divergentes respostas que encontrei para tais inquietações levaram-me a realizar este estudo.

Nesse sentido, Demo (1996) diz que “[...] é importante que a pesquisa esteja inserida na atividade cotidiana” e seja vista “[...] como uma atitude, um questionamento sistemático crítico e criativo, a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico” (DEMO, 1996, p. 34). Com isso, espero que a busca por respostas para essas inquietações seja, de certa forma, uma atitude positiva e que venha contribuir para que parte da sociedade porto-alegrense se sensibilize ante a relevância desse monumento histórico, integrante do patrimônio cultural e das paisagens da cidade de Porto Alegre.

1.1 Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se por apresentar uma abordagem qualitativa, pois se entende que, ao estudar os deslocamentos espaciais de um monumento comemorativo do século XIX, buscam-se reflexões e entendimentos que envolvem um contexto político, social e cultural e, dessa forma, não se tende à quantificação (LIEBSCHER, 1998).

Para o levantamento de dados, fez-se uma exaustiva busca em fontes documentais primárias e secundárias custodiadas por alguns arquivos públicos e museus localizados em Porto Alegre, com vistas a ampliar o entendimento dos fatores envolvidos no deslocamento espacial do monumento. Para essa compreensão, foi necessária a contextualização histórica e sociocultural e os documentos representaram uma importante fonte para tal procedimento (LUDKE; ANDRÉ, 1986 ; MAY, 2004 ; CELLARD, 2008 ; GIL, 2009). Também foram utilizadas imagens como um recurso na reconstrução da trajetória histórica do conjunto escultório, visto que “[...] o uso de fotografias contribui na elucidação dos estudos sobre a sociedade” e “[...] através das fotografias é possível encontrar determinados vestígios do passado, considerando o uso e o olhar crítico e conhecedor de elementos contextuais da época” (MACHADO JÚNIOR, 2009, p. 25-40).

Nesse estudo, as fotografias selecionadas foram utilizadas com a função de ilustrar o contexto histórico com imagens da paisagem de Porto Alegre, e como uma forma de elucidar algumas questões referentes aos chafarizes nos espaços públicos. Assim, para iniciar a pesquisa, procedeu-se a uma pesquisa exploratória, tomando como ponto de partida, os estudos realizados pelo pesquisador José Francisco Alves em 2004. Nesses, foram encontradas informações necessárias que, de certa maneira, direcionaram a outras explorações.

A partir daí, foram realizados os seguintes procedimentos:

- a) Primeiramente, foram realizadas pesquisas em fontes bibliográficas a fim de obter informações a respeito do Chafariz. Posteriormente, elaborou-se o referencial teórico como forma de dar suporte à compreensão dessa investigação.
- b) Paralelamente ao levantamento bibliográfico, iniciou-se a pesquisa em fontes documentais nos seguintes locais:

b.1) Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: nesse local foram consultados, primeiramente, documentos públicos: correspondências oficiais recebidas e expedidas entre a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense a Secretaria de Obras e Secretaria de Negócios da Província de São Pedro do Sul no período de 1862 – 1869, as cartas recebidas pela Cia Hidráulica dos engenheiros de Paris, os relatórios de 1866 enviado pela Companhia à Secretaria de Obras; e, posteriormente documentos de fundo privado: a pasta contendo documentos de José Obino (1835-1879), finalizando a pesquisa neste local realizei uma ampla busca no acervo de fotografias da cidade de Porto Alegre.

b.2) Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho: nessa instituição foram vistos os seguintes documentos: relatórios dos Intendentes enviados ao Conselho Municipal e ao Conselho Consultivo, correspondências e ofícios expedidos e recebidos pelos Intedentes, correspondências e ofícios recebidos e expedidos pelo Conselho Municipal, Catálogo de Atas da Câmara de Vereadores, Atas de 1924 do Conselho Municipal, correspondências e ofícios expedidos e recebidos pelo Conselho Consultivo, recortes de artigos de jornais, ofícios recebidos e expedidos pela Secretaria de Obras referente a praças e jardins (período disponível no acervo:1936, 1967,1968,1970), relatórios do Diretor de Obras encaminhados ao Intedente (período disponível

no acervo: 1924-1926), correspondência geral expedida pela Prefeitura em 1935, documentos e relatórios referente aos monumentos de Porto Alegre realizados pela SMEC e equipe de patrimônio, algumas fotografias, mapas. Na hemeroteca pesquisou-se na: revista globo, correio do povo, gazeta do comércio.

b.3) Museu Joaquim José Felizardo Furtado: buscou-se nesse museu fotografias antigas de Porto Alegre da Praça da Matriz e Praça Dom Sebastião.

b.4) Museu da Comunicação Hipólito José da Costa: neste local buscou-se coletar informações nos jornais Correio do Povo, Zero Hora e Folha da Tarde.

b.5) Fundação Biblioteca Nacional: nesta biblioteca foram feitas pesquisas *online* na hemeroteca digital, buscou-se dados no jornal A Federação, nos Relatórios Anuais Império e República Velha, no periódico de Porto Alegre no período de 1867-1868 – a Sentinella do Sul. Também foi feita busca documental no acervo fotográfico digital: Coleção D. Thereza Christina Maria, onde se procurou fotos antigas de Porto Alegre.

b.6) *Center Research for Libraries*: é um consórcio internacional que disponibiliza *online* relatórios, jornais, documentos, entre outros, de várias locais do mundo. Nesse centro buscou-se consultar também os Relatórios Provinciais e as Mensagens dos Presidentes da Província de São Pedro do Sul.

c) Após coletados os dados, esses foram organizados em ordem crescente a partir de sua cronologia. Na sequência, após a leitura e análise deles, procedeu-se a seleção daqueles que estavam relacionados com este estudo, e, assim, buscou-se descrevê-los de forma a constituir um texto conciso que permitisse a identificação dos fatores relacionados com os deslocamentos espaciais do Chafariz Imperador.

Dessa maneira, como forma de apoio para as discussões, a fundamentação teórica foi direcionada para dois grandes focos: Cultura Política e Patrimônio Cultural. Partiu-se do entendimento de que os processos que estavam e estão

envolvidos com as diversas situações em diferentes períodos pelos quais o Chafariz Imperador passou estão intimamente relacionados com valores, normas, atitudes, partilhados por determinados grupos vinculados a fenômenos políticos. Bem como verificou-se que se trata de um monumento histórico o qual faz parte do patrimônio cultural de Porto Alegre.

1.2 Fundamentação teórica: Cultura Política e Monumentos Históricos

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário um aprofundamento específico sobre o que se convencionou denominar “Cultura Política” e “Patrimônio Cultural”. De acordo com Heimer; Vala; Viegas (1990), a grande maioria dos estudos que envolvem Cultura Política trabalha com os conceitos de Gabriel Almond e Sidney Verba e, na maioria das vezes, “[...] se refere a orientações especificamente políticas” e “[...] abrange sistemas de crenças e de significações politicamente pertinentes”. Mas o conceito de Cultura Política também está relacionado com as “[...] práticas políticas reiteradas e características de uma dada formação social” (HEIMER; VALA; VIEGAS, 1990, p. 12-15). Motta (1996) diz que Cultura Política pode ser caracterizada como um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhado por determinado grupo e que dão significados a um processo político. (MOTTA, 1996, p. 95). Assim, para efeitos deste estudo, a Cultura Política foi abordada como uma maneira de estabelecer entendimentos quanto à esfera do político, relacionados com as práticas políticas e suas representações sociais (que compreendem crenças, explicações, atitudes, valores, entre outros), e com suas estruturas simbólico-ideológicas (como, por exemplo, marcos e monumentos que sejam representativos para determinada conjuntura política).

Dessa forma, parte-se do entendimento de que o monumento histórico é uma criação da sociedade moderna, que envolve decisões políticas, um marco objetivo, histórico, localizado no tempo e no espaço. Como indica Choay, “[...] o sentido original do termo [monumento] vem do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança de alguma coisa” e “a

natureza afetiva do seu propósito” não é a de proporcionar uma informação neutra, mas sim de “tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2001, p. 17-18).

Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-se vibrar como se fosse presente. Mas este passado invocado, convocado [...] não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. [...] à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2001, p. 18).

Choay (2001), tem o mesmo entedimento que Le Goff, pois este já afirmava que monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação:

A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime um das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa fazer recordar, de onde avisar, iluminar, instruir. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...] Mas, desde a Antiguidade romana, o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa [...] O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) [...]. (LE GOFF, 2003, p. 526).

Conforme Riegl, por fim, “[...] a sociedade moderna ao utilizar o termo monumento está se referindo aos monumentos históricos e artísticos”. Esses são “não intencionais”, isto é, “[...] não é sua destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que a atribuímos” (RIEGL, 2008, p. 43).

Sob esse ponto de vista, a permanência ou não de monumentos nos espaços públicos, assim como as medidas de conservação e preservação desses, que, de alguma maneira, estão ligados à história do passado no presente da cidade,

dependem da ação dos agentes públicos, mas, sobretudo, dos elementos constitutivos da cultura política na qual se inscreve. Afinal, “[...] os monumentos são lugares” através dos quais “[...] as pessoas se percebem no mundo numa paisagem em permanente transformação” (ALENCAR, 2007, p. 97).

Nesse sentido, conforme Paradedda (2003), as praças presentes nos espaços urbanos, além de serem espaços físicos abertos de uso coletivo, presentes dentro da malha urbana, (re)desenhados pelos agentes públicos detentores do poder, são espaços públicos que abrigam relações e eventos múltiplos e simultâneos carregados de simbologias em sua estrutura simples e singular, que permitem ao homem relembrar fatos vividos e vivenciados (PARADEDA, 2003). Essa simbologia pode estar associada ao ambiente natural da praça, aos monumentos nela erigidos e, sobretudo, às experiências (re)vividas pelos seus frequentadores – ou seja, às suas memórias coletivas.

De acordo com Halbwachs (2006), pode-se falar em memória coletiva quando um fato evocado ocupa lugar na vida do grupo. As lembranças reapareçam somente quando, de alguma forma, seja possível relacioná-las a um grupo. Na memória deste destacam-se as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos. Embora sejam os indivíduos que lembram, no sentido literal da expressão, são os grupos sociais que determinam o que é “memorável e a forma pela qual será lembrado”. “A condição necessária para se voltar a pensar em algo está relacionada a uma sequência de percepções pelas quais só podemos passar de novo, refazendo o mesmo caminho”, de modo a estar novamente diante das mesmas casas, praças, monumentos etc. Quando a lembrança reaparece, significa que há uma aproximação de percepções determinada pela ordem em se apresentam determinados objetos sensíveis, ordem essa resultante de sua posição no espaço (HALBWACHS, 2006, p. 29-70).

Nesse contexto, pode-se verificar que os monumentos históricos integrantes na paisagem de uma cidade podem contribuir para a evocação de lembranças que podem ser compartilhadas e disseminadas entre diferentes grupos sociais, que, a partir de suas narrativas, podem contribuir para a construção de diversos eventos, inclusive como a própria história da cidade. Na Itália, a partir do século XV, as obras da Antiguidade começaram a ser valoradas por suas características artísticas e

históricas, não mais por serem símbolos ou memoriais das grandezas de Grécia e Roma. É a partir dessa mudança de atitude que se verifica o despontar de um novo valor de rememoração, não mais aquele ligado à memória coletiva, mas ao valor histórico-artístico. (RIEGL, 2008, p. 49).

Dessa forma, Riegl questiona a divisão que há entre monumentos históricos e artísticos – como se “histórico” ou “artístico” fossem características intrínsecas e excludentes. Percebe que as diferenças se dão de acordo com os valores da obra, a partir dos quais estabelece as particularidades de tratamento para cada caso para fins de preservação⁵. Esses valores se dividem entre os valores de rememoração e os de contemporaneidade.

Os valores de rememoração são: valor de antiguidade, valor histórico e valor de rememoração intencional. Os de contemporaneidade são: valor de uso e o valor de arte, que, por sua vez, é dividido em valor de novidade e valor de arte relativo. A preponderância de determinado valor em relação aos outros e a atribuição do valor em si são dados pelo sujeito (RIEGL, 2008).

O monumento histórico, de qualquer modo, “[...] se insere em um lugar imutável e definitivo num conjunto objetivado e fixado pelo saber” (CHOAY, 2001, p. 27), e sua conservação⁶ tem as características da conservação de documentos históricos. Seu valor se aproxima de um valor arqueológico, como se fosse o testemunho de outra sociedade. De acordo com Riegl, o valor histórico prepondera sobre o valor de rememoração intencional ou seu valor de uso (RIEGL, 2008, p. 73).

O atributo mais marcante do valor de antiguidade de uma obra é simplesmente o fato de ela não ser moderna; embora os sinais do tempo mostrem a perda de integridade (desastres naturais, ações do homem), o importante é do que nos servimos para criar essa ligação emocional, de sentimentos, mesmo que servida pelas elaborações e reflexões do intelecto: “[...] o valor de antiguidade quer exatamente colocar as conquistas da ciência a serviço de todos, e tornar acessível ao sentimento aquilo que o intelecto elaborou”. Dessa forma, o autor considera que

⁵ Considera-se que preservação é a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação visa prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural (IPHAN, 2012).

⁶ Entende-se que conservação são processos que visam à manutenção do patrimônio, sem alteração de suas características, de modo a preservar seu significado cultural (IPHAN, 2012).

a função primordial do monumento, carregada para o patrimônio, é de fundar uma identidade; vencer a morte – ou a própria vida (RIEGL, 2008, p. 72).

No entanto, conforme afirma Choay, “[...] os monumentos são, de modo permanente, expostos às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapego, a falta de uso faz com que sejam deixados de lado” (CHOAY, 2001, p. 26). Ou, ainda, as questões de atribuição de valor negativo, pois, conforme Freire, “[...] a destruição de obras não é provocada pela negação de seu valor”, mas pela “atribuição de um valor negativo” (FREIRE, 1997, p. 46). Esses valores negativos “[...] se estendem às obras, à cidade e as formas do viver urbano”, sendo que, “como construções históricas e sociais”, remetem ao “Imaginário Social” (FREIRE, 1997, p. 46). Ou, simplesmente, ao processo de seleção feito pelos agentes públicos, pois, de acordo com Meira, ao escolher o que deve ser preservado como patrimônio, também está se definindo o que está sendo descartado. De igual forma que “[...] não é possível preservar tudo, pois a construção da sociedade ficaria paralisada” (MEIRA, 2004, p. 23).

Entretanto, conforme Horta (2002), quando se fala em preservar e conservar os bens patrimoniais, de forma geral, é importante ressaltar que haja um processo de interação, ou seja, um diálogo “[...] entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e o estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens” (HORTA, 2002, p. 2). Dessa forma, espera-se que os indivíduos, ao fazerem a leitura do mundo que os rodeia, compreendam melhor o universo sociocultural em que estão inseridos, e assim possam contribuir ativamente para a preservação desses bens. E alerta para o fato de que, quando o patrimônio não é conservado e/ou preservado, perde-se não apenas em qualidade de vida, mas também o senso de pertencimento aos locais em que determinado grupo social deixou suas marcas registradas; rastros que tangíveis ou não servem como um referencial contínuo da história e da identidade cultural de um povo (HORTA, 2002, p. 2).

Se, como aponta Gonçalves, “[...] em nosso país, diferentemente de outros lugares, a noção de patrimônio cultural está intimamente ligada à ação do poder público e percebida como responsabilidade deste”, é possível afirmar que coube ao poder público “[...] salvaguardar as obras que definem materialmente a nossa

história, e, neste processo de escolha do que deve ou não ser preservado, pode-se perceber uma conotação conservadora e elitista”, que está vinculada “aos grupos mais tradicionais da comunidade” (GONÇALVES, 1996, p. 122). Nesse sentido, a presença ou a ausência dos monumentos históricos e artísticos, ou seja, de bens culturais materiais na paisagem urbana da cidade de Porto Alegre, está condicionada a uma “seleção” que é feita pelos agentes institucionais responsáveis em atribuir valores na formação de um patrimônio cultural e, por conseguinte, também na formação de identidades. Uma seleção que, bem entendido, passa pelas transformações da cultura política na cidade.

Após essa breve revisão teórica, a discussão seguirá da seguinte forma: no capítulo 2, “Monumentos em Porto Alegre: uma contextualização histórica a partir das praças e do abastecimento de água (1855-1926)”, faz-se uma abordagem a partir do momento em que surgem às primeiras praças e largos na paisagem urbana de Porto Alegre, bem como em relação ao momento em que surge a necessidade de um planejamento para o fornecimento de água potável para a Capital; no capítulo 3, “A trajetória histórica do Chafariz Imperador – 1866-1907”, e, no capítulo 4, “A trajetória histórica do Chafariz Imperador – 1907-2013”, apresenta-se a trajetória histórica do Chafariz Imperador no período de 1866-2013.

2 MONUMENTOS EM PORTO ALEGRE: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA A PARTIR DAS PRAÇAS E DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA (1855-1926)

Em 1967, Francisco Riopardense de Macedo foi um dos primeiros pesquisadores a iniciar um cadastramento dos marcos e monumentos históricos presentes nos espaços públicos de Porto Alegre. Segundo ele, esses são repletos de uma “significância evocativa” e têm relevância para aqueles que estudam a história da cidade, devendo servir de motivação didática aos professores e para aqueles que estão ligados ao turismo (MACEDO, 1970, p. 1-2). Nesse levantamento, Macedo considera os monumentos como “peças evocativas” que contribuem “[...] para a compreensão de nosso processo evolutivo ou dos valores que nossa formação propiciou” e as classifica atribuindo um grau de significação e um grau de informação. Segundo o autor, os monumentos em homenagem a Júlio de Castilhos e a Garibaldi são as únicas “[...] peças de maior significação e valor ideação localizadas nos espaços urbanos de Porto Alegre” (MACEDO, 1970, p. 15). E que, em alguns casos, há peças que “[...] estão presentes nos espaços públicos, mas que a maioria das pessoas não sabem por que foram construídas ou por que estão em determinado local” (MACEDO, 1970, p. 15). Dessa forma, o grau de significação e informação são baixíssimos devido à falta de dados sobre elas. Como exemplo dessa situação, o autor cita que “[...] na Praça Dom Sebastião há quatro esculturas que dificilmente convencerão ao observador despreocupado estarem representando os rios que desembocam no Delta do Jacuí”, mas “[...] que são peças preciosas que foram classificadas como decorativas fossem ou não de significação evidente” (MACEDO, 1970, p. 15).

No entanto, embora alguns monumentos históricos apresentem maior ou menor grau de significação e informação, Macedo chama a atenção para a falta de conservação dos monumentos e marcos comemorativos localizados nos espaços públicos de Porto Alegre. Nessa mesma época, o pesquisador Walter Spalding (1967) também traz em suas reflexões essa preocupação, pois, para ele:

[...] cada monumento, cada estátua, cada herma e, mesmo cada obelisco comemorativo deveria ser lição de alto teor patriótico, cívico, cultural e estético, pois são nossos maiores legados, [mas que] a incultura destruidora e voraz tem prejudicado diversas dessas obras artísticas. [...] resultado da falta de cultura e de educação social, cívica e artística. [...] cada cidadão deveria ser legítimo guarda de obras de seus semelhantes para que o patrimônio artístico e cultural ficasse preservado para o Rio Grande de amanhã, para exemplo às gerações futuras. (SPALDING, 1967, p. 239).

Do ponto de vista desta pesquisa, não se trata exatamente de uma “falta” de cultura, mas também fazer uma abordagem mais direcionada para a identificação dos agentes que constroem essa “cultura”. No presente, é natural buscá-los em setores específicos relacionados ao patrimônio cultural. No caso de Porto Alegre, eles concentram muitas de suas ações na Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), criada através da Portaria nº 45, de 12 de maio de 1981, e, a partir de 1985, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, responsável por projetos e obras de restauração em prédios públicos municipais tombados e de interesse para preservação. Há também o Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural, criado em 1976, que tem por função, entre outros, o estabelecimento de critérios e valores para o enquadramento de bens como patrimônio municipal. Em 2012, o decreto nº 17.838 de 25 de junho criou a Comissão Técnica Permanente de Gerenciamento e Avaliação das Obras de Arte, Monumentos e Marcos Comemorativos em espaços públicos, com a finalidade de assessorar a Administração Municipal em todos os assuntos relacionados com a preservação de novos projetos para a instalação de obras de arte, monumentos e marcos comemorativos existentes em espaços públicos.

Mas e os agentes do “passado”? Aqueles que contribuíram para que os elementos significativos e informacionais do Chafariz Imperador fossem deixados em segundo plano frente aos de outros monumentos de Porto Alegre? A fim de identificá-los e de oferecer um contexto histórico que sirva de sustentação para o desvelamento da trajetória do Chafariz Imperador este capítulo abordará o surgimento das praças em meados do século XIX em Porto Alegre, bem como a instalação de chafarizes europeus como forma de definir paisagens urbanas e resolver o problema do abastecimento de água potável na cidade, conforme veremos a seguir.

2.1 O surgimento das praças na paisagem urbana de Porto Alegre

O início da demarcação das praças em Porto Alegre está vinculado com a história do surgimento da cidade. Em 1772, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Antônio do Desterro, separou o Porto dos Casais da jurisdição da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, denominando-o como “Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais”⁷. (FRANCO, 2012, p. 5). Nesse mesmo período, tem início a “distribuição das terras dos casais de açorianos, a demarcação de lotes, ruas e estradas com a desapropriação da antiga sesmaria de Jerônimo de Ornellas” (PESAVENTO, 1999, p. 10). Em 1773, a freguesia passou a ser chamada de “Freguesia da Nossa Senhora da Madre de Deus” e, nesse mesmo ano, “[...] tornou-se capital da Província de São Pedro, mesmo antes de ser elevada a Vila”. (SOUZA; MÜLLER, 2007, p. 47). A partir disso, diversas medidas foram tomadas visando o melhoramento urbano do “Novo Lugar”, entre elas a escolha do local para o assentamento do centro cívico⁸, bem como a escolha de um local para a construção da Igreja⁹.

Dessa forma, a cidade tem sua primeira praça – a Praça do Novo Lugar, que passa a ser chamada de “*Praça da Igreja e Praça da Matriz*, até prevalecer à última, a contar de 1840, mais ou menos” (FRANCO, 2006, p. 132).

Assim, além da Praça da Matriz, “em fins do séc. XVIII e início do séc. XIX começavam a surgir os largos, que eram espaços de convívio e reunião das sociabilidades públicas”. Nesses locais, “os laços comunitários eram reforçados,

⁷ Cfe. Souza (2001), o motivo da transferência também estava vinculado ao escoamento da produção de trigo da região e exportação através de seus embarcadouros.

⁸ Nesse conjunto de medidas, reservou-se a área denominada Alto da Praia (atual Praça da Matriz) para assentamento do centro cívico e iniciou-se a construção dos primeiros edifícios civis e religiosos como a Igreja da Matriz, a Casa da Junta (1790) e o Palácio da Presidência (1784). Surgiram também as primeiras fontes públicas, os moinhos, o arsenal da Marinha e os armazéns gerais. (PESAVENTO, 1999, p. 10).

⁹ Quando da escolha de um local para a construção da Igreja, esse recaiu sobre a parte mais alta do sítio, junto ao divisor de águas, onde se instalou a Praça do Novo Lugar, na qual seria construída a matriz dedicada a Nossa Senhora da Madre de Deus e uma hidráulica para a distribuição de água à população. (SOUZA, 2001, p. 145).

onde o trabalho, as festas e a religiosidade popular se revezavam constituindo uma riqueza de significados e vivências”. Nesses espaços públicos, havia a reunião de todas as camadas sociais, de senhores a escravos, todos se encontrando no mesmo local em virtude, principalmente, das comemorações religiosas (MONTEIRO, 1995).

Nessa época, a “[...] vida comercial e portuária se concentrava na baixada da praia”, local onde ficavam o Largo da Alfândega e dos Ferreiros (atual Praça da Alfândega e Praça XV, respectivamente). Já na cidade alta no entorno da Praça da Matriz, “[...] habitavam os elementos de maior representação social do burgo nascente: comerciantes, altos funcionários e militares” (PESAVENTO, 2002, p. 250-251).

Em 1822, o “Imperador Pedro I elevou a Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre à categoria de cidade” (FRANCO, 2012, p. 31). No entanto, até a primeira metade do século XIX, ela apresentava um crescimento tímido, “[...] uma localidade onde todos se conheciam” e “[...] apresentava uma infraestrutura precária para atender seus habitantes”, onde “[...] o rural penetrava cidade adentro, com carretas de bois a percorrem as ruas, as ruas eram fétidas e sujas, sem ruas calçadas ou limpeza pública” (PESAVENTO, 2002, p. 252-253).

Em 1831, com a elaboração do primeiro código de posturas houve a “[...] implantação de benefícios urbanos associados ao passeio público, abastecimento de água, iluminação, ao recolhimento e despejos dos dejetos e lixos”. (PESAVENTO, 1999, p. 28). Entretanto, os problemas urbanos da cidade agravaram-se durante o período em que houve a Guerra Farroupilha (1835-1845), pois, com a cidade sitiada, a população se concentrou na área central, e “[...] tornou-se suja e anárquica aos olhos de seu novo *status* frente à Província, impressão esta que a epidemia de cólera, em 1855, só fez agravar”. O abastecimento de água ficou complicado por causa do impedimento de acesso às fontes das chácaras suburbanas, e pelas precárias condições sanitárias, pois os despejos de dejetos de lixo acumularam-se “[...] dentro dos muros” (PESAVENTO, 2002, p. 254).

No período Pós-Guerra Farroupilha “[...] o crescimento populacional e o desenvolvimento a cidade se expande” e a população começava a povoar os “arrabaldes e arraiais” (Menino Deus, São Manoel, Partenon), onde surgem fábricas, olarias, moinhos, matadouros... (PESAVENTO, 2002, p. 254). Nessa época, a

cidade “[...] recebe uma série de melhoramentos significativos como a construção do Theatro São Pedro (1858) e a fundação da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense (1865) ”, ocorrendo a “[...] implantação de uma série de serviços públicos que propiciaram a reorganização e modernização do espaço urbano central de Porto Alegre” (MONTEIRO, 1995, p. 31-33).

Nesse momento em que “[...] a cidade recebe uma série de melhoramentos significativos”, é que os largos também passaram por “um processo de urbanização”. Assim, na década 1860, o Largo da Alfândega transformou-se na Praça da Alfândega e o Largo do Arsenal, na Praça da Harmonia. Já o Largo dos Ferreiros ou Paraíso passou “por um processo significativo de transformação por volta a década de 1870, com a ampliação do mercado público” e a criação da Praça Paraíso (MONTEIRO, 1995. p. 31). Já os Campos da Várzea passaram por um intenso processo de urbanização somente a partir de 1901.

Na figura 1, observa-se o Mercado Público e, à direita, as docas.

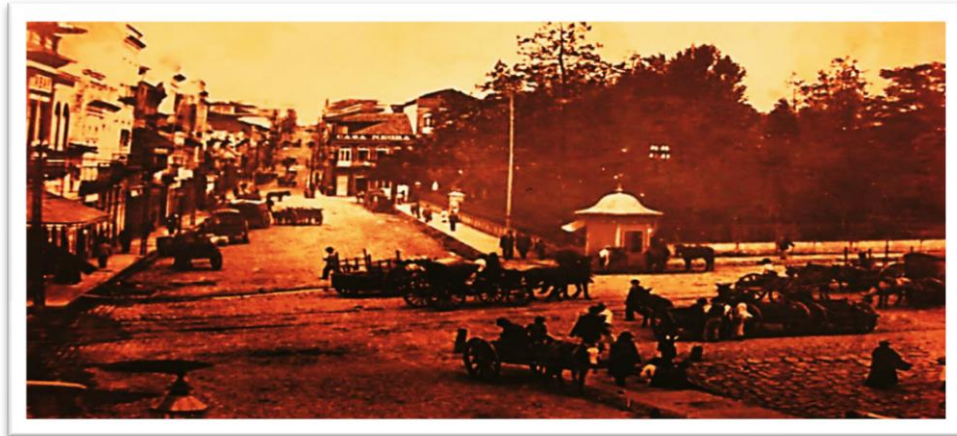
Fig. 1 – FERRARI & IRMÃO. Mercado Público de Porto Alegre. [ca.1890].



Fonte: Acervo do MJJF

Na figura 2, vê-se a Rua Bragança (atual Marechal Floriano), esquina com a Praça Paraíso, também chamada de Praça Conde D'Eu em virtude do chafariz que ali foi instalado (atual Praça XV de Novembro).

Fig. 2 - Praça Conde D'Eu. Porto Alegre (RS). [ca. 1890]



Fonte: Acervo do AHRGS

Já a Praça da Matriz recebeu “o belo chafariz de mármore com cinco figuras de deuses romanos representando os rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí encimados pelo símbolo do grande lago tectônico – o Guaíba” (SPALDING, 1967, p. 199). O chafariz referido por Spalding é o Chafariz Imperador, instalado no final de 1866 e início de 1867, quando a cidade começava a receber seus primeiros chafarizes europeus, instalados pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, conforme as cláusulas estabelecidas no contrato com o Governo Provincial. Além de fornecer água potável para parte da população, os chafarizes vêm a constituir os primeiros monumentos escultóricos das praças e largos da Capital, numa época em que esses locais sequer eram arborizados e calçados.

O Chafariz instalado na Praça da Matriz, conforme Alves (2004), foi o primeiro monumento comemorativo público da Capital, pois homenageava o Lago Guaíba e seus afluentes. Diferente dos outros, que eram de ferro, este era de mármore, importado de Carrara, norte da Itália (ALVES, 2004, p, 16). As estátuas¹⁰ que faziam

¹⁰ É a partir do início do século XIX, em 1808, com a vinda do Príncipe Regente e da Corte portuguesa para o Brasil, que há “uma grande transformação política, econômica e cultural”. A cidade do Rio de Janeiro torna-se a capital do Império Português e foi o palco das transformações onde “foram lançadas as bases de instituições que promovessem a infraestrutura [...] conforme parâmetros iluministas”. Dessa forma, também ocorreram “algumas mudanças na prática artística colonial” – voltada para a produção religiosa e construções de fortificações militares – que

parte da composição do chafariz evidenciavam o interesse pelas esculturas ligadas à mitologia greco-romana, conforme as influências e preferências da Corte pelo retorno ao classicismo, costume lançado na Capital do Império desde 1808 (PEREIRA, 2008).

Na figura 3, vê-se o Chafariz Imperador, instalado na Praça da Matriz, ao fundo, o Theatro São Pedro e o Lago Guaíba.

Fig. 3– FERRARI & IRMÃO. Chafariz Imperador. Praça da Matriz, Porto Alegre. [ca. 1867].



Fonte: Acervo do AHRGS

começam a acontecer na capital da Colônia, onde inicia a construção de “prédios civis de porte mais monumental” e o investimento “em serviços urbanos como o abastecimento de água, através de um aqueduto e alguns chafarizes”, bem como o interesse “pelo paisagismo e até mesmo a referência à mitologia greco-romana”, que evidenciam a preferência da Corte pelo retorno ao classicismo. (PEREIRA, 2008, p. 13-14).

E, na figura 4, observa-se o Chafariz Imperador; na frente, os prédios do Theatro São Pedro e da Administração da Província (Câmara Municipal e Junta Criminal). E, ao fundo, o lado Guaíba.

Fig. 4 – FERRARI & IRMÃO Chafariz Imperador. Praça da Matriz, Porto Alegre. [ca. 1867].



Fonte: Acervo do MJJF

Nesse contexto histórico apresentado, pode-se verificar que o surgimento de equipamentos públicos que atendesse às necessidades dos cidadãos teve seu início no Período Colonial, momento no qual observa-se o começo da urbanização da cidade e as transformações da paisagem a partir da construção dos primeiros prédios e delineamentos dos espaços públicos, bem como a elaboração de aparatos legais com vistas a organização sanitária dos locais de convívio como uma das principais medidas para que fosse evitado a disseminação de doenças.

Com a demarcação das praças e largos, conforme Pesavento (2002) e Monteiro (1995), o entorno da Praça da Matriz foi o local escolhido para a construção da Igreja, dos primeiros prédios públicos e do centro cultural (Theatro São Pedro e Sociedade Bailante) concentrando-se ali os cidadãos de maior representação social como comerciantes, militares, representantes do governo. Já nos outros espaços públicos, como no Largo da Alfândega e dos Ferreiros, habitavam os cidadãos das camadas sociais menos privilegiadas como escravos, quitandeiras, ferreiros. Esses diferentes grupos sociais conviveram, formaram laços comunitários e dividiram o mesmo espaço durante os festejos religiosos que ocorriam na Praça da Matriz.

Foi nesses largos e praças que a Cia. Hidráulica Porto Alegrense, encarregada de fornecer água potável à população da Capital, instalou alguns chafarizes, entre 1866-67, que foram comprados na Europa e funcionavam como um distribuidor dessa água, mas que também vieram a ornamentar esses locais públicos, como veremos a seguir na subseção 2.2.

2.2 O abastecimento de água potável e os chafarizes de ferro europeus no século XIX

Em novembro de 1855, a Província de São Pedro do Sul passou por uma forte epidemia de cólera. Essa doença já ocorria em outras Províncias e chegou até aqui através do vapor Imperatriz. Esse, quando atracou em Rio Grande, trouxera do Rio de Janeiro e Santa Catarina soldados e escravos infectados pela doença. A epidemia rapidamente disseminou-se pela Província, atingindo principalmente escravos e pessoas menos favorecidas de recursos, porém na capital a situação foi avassaladora. Há uma estimativa de que houve entre 3.011 a 4.000 mortes em toda a Província. Na capital, foram em torno de 1.742 mortes de uma população de “17.000 almas”, representando 10% da população dizimada pela doença (RELATÓRIO Provincial, 1856, 28 abr., p.10).

No relatório do presidente da Província, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de dezembro de 1856, pode-se perceber o quão trágico foi esse momento da história para os moradores da capital:

[...] e à Divina Providencia aprouve desviar sobre nós a repetição das scenas mortuarias, de horror e de luto, em que, em fins do anno passado e principios do corrente anno, se ahysmarão varios pontos da provincia, e esta cidade mais que todos. Não entrarei na dolorosa recordação dessas scenas, [...], e que atingirão o ápice da amargura e da dôr; [...] só me cumpre informar-vos que nessa calamitoza conjuntura se empenharão todos os esforços possíveis para combater emergicamente o mal. (RELATÓRIO Provincial, 15 dez. 1856, p. 8).

A partir dessa situação de calamidade pública e constatado pelo governo que a proliferação da doença ocorreu devido às precárias condições de limpeza da cidade, pois essa apresentava “immundicias” por toda parte e “falta de agoa potável pura”, várias medidas foram tomadas para que isso não mais acontecesse. Sendo que as mais urgentes foram a adoção de um sistema para a limpeza da cidade e o planejamento de um sistema para o fornecimento de água potável aos cidadãos da capital que, até o momento, abasteciam-se de águas impuras do Guaíba ou em “agoas na maior parte salobas das poucas fontes existentes” (RELATÓRIO Provincial, 15 dez., 1856, p. 11).

Dessa forma, o presidente da Província de São Pedro do Sul¹¹, Jeronymo Francisco Coelho, em 1856, apresentou uma proposta à Assembleia para o abastecimento de água potável da capital, que se constituía em coletar água de um local confiável, no qual, após análises químicas, foi escolhido o Arroio do Sabão (Arroio Dilúvio), embora já fosse de conhecimento da autoridade Provincial que nos meses de verão a captação de água desse arroio poderia não ser suficiente para abastecer a população.

Hoje não conta a população dessa cidade com mais de 17.000 almas, porém d'aqui há 30 ou 103 anos é mais que provável que tenha duplicado e quadruplicado. Cumpre pois averiguar o que o encanamento projetado desse manancial poderá abastecer no presente e no futuro e comparar seu resultado util com o despendio das obras a fazer. [...]. Na estação invernososa pode fornecer 30 a 40mil a cada 24 horas [...] porém na estação da secca e na força do verão ella mingoa extraordinariamente (RELATÓRIO Provincial, 15 dez., 1856, p.70).

Assim, escolhido o local de onde a água seria coletada, houve então outras definições, entre elas: a captação de água feita através de canos de ferro, o armazenamento em reservatório instalado na Praça Pedro II (atual Praça da Matriz) e a distribuição através de quatro chafarizes. O primeiro orçamento com vistas à

¹¹ Em 1845, com o fim da Guerra Farroupilha, a população que antes ficou concentrada na região da colina (região alta: Praça da Matriz e proximidades), expande-se, surgindo novos arraias (bairros), e a cidade, a partir da segunda metade do séc. XIX, começa a receber alguns melhoramentos significativos: os largos da Alfândega e Arsenal passam por um processo de urbanização – “dos quais se procura retirar as imundices que a população ali acumulava” (MONTEIRO, 1995, p. 31). É um período também marcado pela retomada do poder político regional através do Partido Liberal Rio-Grandense, e, conforme acertado no tratado de Ponche Verde, essas lideranças é quem indicavam ao Imperador o nome do Presidente da Província (MAESTRI, 2003, [online]).

execução dessa obra foi feito pela Província com a fábrica de fundição da Ponta da Arêa localizada no Rio de Janeiro e apresentou um custo de 174:264\$000rs, que, somado à colocação das bicas e chafarizes, além do transporte, apresentou um custo total de 187:000\$000rs. A partir desse custo total, o Governador da Província sugeriu à Assembleia que seria conveniente à constituição de uma empresa por meio de uma companhia de acionistas para realizar essa obra, pois “uma empresa com um fundo de 200 contos e fornecendo água ao povo por um preço fixado de 20rs por barril tiraria livre a despesa no fim do ano com um lucro de 43 contos”. Entretanto, caso a Assembleia não concordasse com tal feito, a obra poderia ser executada por conta dos cofres provinciais, então mandou fazer outro orçamento, mas agora na Europa, pois os chafarizes de granito ou mármore já poderiam vir prontos (RELATÓRIO Provincial, 1856, 15 dez., p. 71).

Em novembro de 1860, Joaquim Antão Fernandes Leão – Presidente da Província – salienta, em seu relatório apresentado à Assembleia, que o abastecimento de água potável constituía-se numa das necessidades mais urgentes da população desta Capital e que as obras realizadas até então pelas Administrações anteriores não eram suficientes para tal abastecimento E, dessa forma, comunica que estava dando andamento a tal empreendimento, mas que seria importante que uma companhia viesse a tomar para si a execução, pois a ela seria garantido o juro aos capitais empregados. No entanto, caso isso não ocorresse, a obra deveria ficar por conta do Governo (RELATÓRIO Provincial, 1860, p. 44).

A Lei Provincial nº 466 de 02 de abril de 1861, inciso 15 das Disposições Gerais, autoriza a Província a fazer o contrato para o fornecimento de água potável à população da capital. Em 07 de setembro de 1861, a Presidência da Província assina o contrato Francisco Antonio Pereira da Rocha, natural da Bahia, advogado da Corte no Rio de Janeiro, para execução do projeto de abastecimento de água potável por meio de oito chafarizes. Esse contrato foi aprovado pela Lei Provincial nº 478 de 31 de dezembro de 1861.

A cláusula primeira determinava que o contratado constituísse uma companhia para a execução das obras e seguisse a planta elaborada pelo Eng. E. Gengembre (de Paris). E, na cláusula segunda, constam as especificações quanto aos chafarizes:

Obriga-se outro sim a collocar oito chafarizes, que tenham, além de seus repuchos, cada um quatro torneiras, ou *borne fontaines* com candelabros para o serviço diário e nocturno das pessoas, que nelles quizerem tomar água. Estes chafarizes serão de diferentes tamanhos, e formas, sendo os tres principaes de maior vulto e preço: o 1º de ferro bronzeado na Praça da Várzea; o 2º de marmore na praça da Matriz; o 3º de ferro bronzeado em frente da porta da Alfandega, da parte de terra; o 4º na praça da Harmonia; o 5º na do Mercado; o 6º na praça da Independência; o 7º em frente da Caridade; o 8º no Alto da Bronze. Todos estes chafarizes deverão estar promptos, e funcionando dentro de tres annos, a contar do dia em que o presente contracto for approved pela Assembleia Provincial. (CLÁUSULA 2ª, Lei Provincial nº. 478 de 31 de dezembro de 1861).

A partir dessa cláusula segunda, verifica-se que no contrato já haviam sido determinados os locais em que os chafarizes seriam instalados, assim como os detalhes de sua constituição (diferentes tamanhos e formas, sendo três principais de maior vulto e preço), os diferentes tipos de materiais (ferro ou mármore) e o prazo de três anos para a conclusão da instalação. Dessa forma, os três principais chafarizes seriam instalados: na Praça da Várzea (ferro bronzeado), na Praça da Matriz (mármore), em frente à porta da Alfândega (ferro bronzeado). E os demais: na Praça da Hamonia, na Praça do Mercado, na Praça da Indepedência (nome da localização alterada para Praça do Portão, conforme consta na Lei 478), em frente da Caridade, no Alto da Bronze.

Em dezembro de 1861, ocorre a transferência do contrato de Francisco Antonio Pereira da Rocha para a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, que foi fundada por alguns membros da comunidade porto-alegrense, os quais constituíram a primeira diretoria da Companhia. Os integrantes da primeira diretoria da Cia. foram: José Luis Cardoso Sales – estancieiro, suas terras se localizavam principalmente nas proximidades de Jaguarão; Antonio Manoel Fernandes – político, foi vereador na época do Império e nomeado capitão do mar e guerra em 1873; José Bernardino da Cunha Bitencourt – médico e político (membro da Assembleia em 1873); Joaquim Caetano Pinto Junior – empresário, em 1874 firmou contrato com o governo imperial para introduzir no Brasil 100 mil imigrantes europeus; João Guilherme Ferreira – comerciante firma Ferreira & Filho, mantinha negócios com o Império principalmente no fornecimento de miudezas ao Arsenal de Guerra.

A empresa estabelece sua sede em terreno localizado entre a Praça da Matriz (ao lado da Bailante) e a Rua Duque de Caxias.

Na figura 5, observa-se a sede da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense; ao lado, o prédio da Sociedade Bailante e, ao fundo, o Lago Guaíba.

Fig. 5 - Prédio da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense. Porto Alegre. [ca 1866].



Fonte: Acervo do AHRGS

Em 1862, o Governo Imperial, através do Decreto nº 2.947 de 07 de julho de 1862, concede à Companhia Hidráulica Porto-Alegrense autorização para funcionar e aprova os respectivos estatutos. No Decreto, consta que:

Attendendo ao que Me requererão alguns cidadãos por parte da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense, que se propõe abster de agua potavel a Capital da Provincia de S. Pedro do Sul, nos termos do contrato que, em virtude da Lei Provincial nº 466 de 2 Abril do anno passado, foi celebrado com a respectiva presidencia aos sete de Setembro do mesmo anno, e de conformidade com a Minha immediata resolução [...] Hei de conceder à referida Companhia autorisação para funcionar[...].(DECRETO nº. 2.947, 07 jul 1862).

No artigo 2º do Estatuto dessa Companhia, conforme aprovado pelo referido Decreto, essa fica condicionada a executar as obras mencionadas no contrato celebrado entre o Governo da Pronvíncia e o Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha.

No artigo 27, das disposições gerais e transitórias, consta que a primeira Diretoria deveria mandar de imediato para Paris os planos gerais e parciais das

obras de saneamento para análise do engenheiro Chefe da Cia. Hidráulica Mr. Mary – inspetor geral de pontes e calçadas e das águas em Paris – e teria de contratar mão de obra especializada para a execução do projeto, mesmo que esta se encontrasse fora do País. O artigo 29 determina que a compra do material para o encanamento, chafarizes e demais obras deveria ser feita na Europa. O artigo 36 concede o prazo de 30 anos para que a Companhia explore esse serviço, podendo prolongar-se até que suas obras sejam desapropriadas pelo Governo da Província.

Em 1863, a Companhia Hidráulica encaminha uma correspondência ao Presidente da Província, comunicando a transferência do contrato do Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha para ela, bem como os nomes que constituíram a primeira diretoria e o início da transferência de letras de câmbio para Londres através do Banco Mauá, com vistas à compra do material. (CARTA da Cia. Hidráulica, 06 mar.1863). Em 1864, chega à Província o material vindo de Londres para fazer o encanamento e o reservatório juntamente com um engenheiro responsável e mais quatro operários. (RELATÓRIO Provincial, 1864, p. 156).

Em abril de 1866, o Governo Provincial informa que estão prontos os chafarizes das praças do Portão, Alfândega, Paraizo, Caridade e uma bica na Praça Pedro II. E comunica que deferia o pedido feito pela Cia. Hidráulica para aproveitar o chafariz localizado na Rua do Arvoredo, com vistas a atender os moradores daquela parte da cidade. Também estavam sendo tomadas providências em relação à compra de um terreno (Alto da Bronze) em que seria colocado um dos chafarizes. (RELATÓRIO Provincial, 1866, abr., p. 11).

Em julho de 1866, a Companhia, através de seu relatório, comunica, entre outros, que “[...] todos os locais dos chafarizes já estão providos d’ água” exacto o da Várzea e do Alto da Bronze (RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, jul, 1866, p. 4). Porém, “[...] ainda não se achão collocados todos os chafarizes propriamente ditos, isto é, os monumentos”, devido à falta de navios da França para essa Província. Porém,

[...] o Sr. Mary, de Pariz, no dia 1º ou 2 de Maio, próximo passado [informa que] deveria ter partido do Havre para esta um navio conduzindo 4 chafarizes, restando 1 que, por não estar concluído, demoraria 15 ou 16 dias a sua vinda. Isto em quanto aos chafarizes de ferro, pois o de marmore encomendado no Rio de Janeiro, deve ali ser entregue ao procurador da Companhia em 31 de Julho proximo, conforme o que se contractou. (RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, 1866, p. 4-5).

Nesse relatório, também há uma tabela em anexo contendo o rendimento dos chafarizes no semestre de janeiro a junho de 1866, em que é possível verificar o nome que cada chafariz recebeu: Praça do Portão: Princesa Izabel; Praça de D. Pedro 2º: Imperador; Praça da Alfândega: Imperatriz; Praça do Mercado (Paraízo): Conde D' Eu; Praça da Caridade: Princesa Leopoldina; Praça da Harmonia: Duque de Saxe. (RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, jul, 1866, anexo).

Os chafarizes da Várzea e do Alto da Bronze não constam nessa tabela, pois foram instalados mais tarde. Além desses chafarizes, a Cia. Hidráulica ainda reaproveitou outros dois antigos chafarizes públicos: o da Rua do Arvoredo e do largo da Harmonia (RELATÓRIO Provincial, 31 out., 1866, p. 65). A seguir, na figura 6, na Planta de Porto Alegre do ano de 1772, destacaram-se os nomes dos chafarizes nos locais onde foram instalados em 1866-1867. Esses locais estão destacados com um círculo:

Fig. 6 – Reprodução da Planta de Porto Alegre do ano de 1772.



Fonte: Acervo do AHRGS

Nota: Planta original elaborada pelo Engenheiro Alexandre José Montanha em julho de 1772.

Em 31 de outubro de 1866, de acordo com o relatório do Governo Provincial, os chafarizes da Alfândega, Portão, Caridade e Mercado (Paraízo) estavam

concluídos. Assim, pode-se verificar que foram os chafarizes de ferro os mais antigos instalados na Capital. Já em relação ao único chafariz de mármore, que seria instalado na Praça Pedro II, consta que ainda faltava o monumento (RELATÓRIO Provincial, 31 out., 1866).

Para executar todo esse projeto, a Companhia contratou os seguintes empregados externos: Engenheiro J. Villain e os contramestres C. Gille e L. Debize, que dirigiram e conduziram os trabalhos cujos contratos estavam se encerrando em julho de 1866; Sr. Pegueyral, agente da casa Chameroy & Cia de Paris que forneceu o encanamento e os chafarizes e que retornou para a Europa em julho de 1866. Encerrados os prazos dos contratos com esses empregados, a Companhia resolveu recontratar Lazzare Debize por mais cinco anos para a colocação dos chafarizes que ainda estavam faltando e para realizar demais serviços. Dessa forma, Lazzare Debize foi o responsável pelas instalações dos chafarizes que chegaram após julho de 1866. (RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, jul. 1866, p. 8).

Em setembro de 1867, no pronunciamento do Governador da Província, consta “[...] que todas as obras de saneamento achavam-se concluídas”, bem como o “funcionamento de todos os chafarizes conforme foi planejado” (FALLA do Presidente Provincial, 16 set., 1867). Depois de instalados todos os chafarizes, a Companhia dá seguimento às instalações domiciliares. Por volta da década de 1880, com a expansão das instalações das “pennas d’ água”, a Companhia começa a desativar os chafarizes, pois esses já não davam mais lucros a ela (FRANCO, 1996, p. 16). Dessa forma, os chafarizes presentes nas praças da Capital não mais possuíam o seu caráter funcional, ou seja, de fornecer água potável para parte da população, e passavam a somente ornamentar esses espaços públicos.

A seguir algumas imagens dos Chafarizes de Ferro presentes nos espaços públicos da Capital no final do século XIX.

Na figura 7, vê-se o Chafariz Princesa Leopoldina, instalado em 1866 na Praça Dom Feliciano (antiga Praça da Alegria, Praça da Caridade). Ao fundo, o Hospital Santa Casa de Misericórdia.

Fig. 7 – FERRARI & IRMÃO. Chafariz Princesa Leopoldina Praça D. Feliciano. Porto Alegre (RS) [entre 1867-1884].



Fonte: Acervo do MJJF

Na figura 8, encontra-se o Chafariz instalado no Alto da Bronze por volta do final de 1866 e início de 1867. E, na figura 9, o Chafariz “Princesa” Izabel, instalado na Praça do Portão em 1866.

Fig. 8 - Chafariz de Ferro do Alto da Bronze. Porto Alegre (RS). [ca. 186-].



Fonte: Acervo do AHRGS

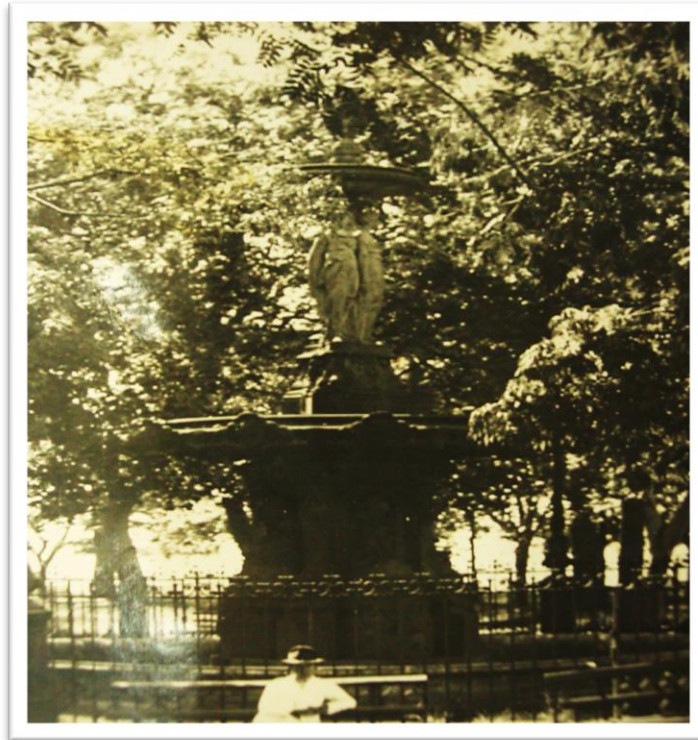
Fig. 9- Chafariz Princesa Izabel. Praça do Portão. Porto Alegre (RS). [ca. 1866].



Fonte: Acervo do AHRGS

Na figura 10, observa-se o Chafariz Duque de Saxe, instalado em 1866 na Praça da Harmonia, antigo Largo do Arsenal.

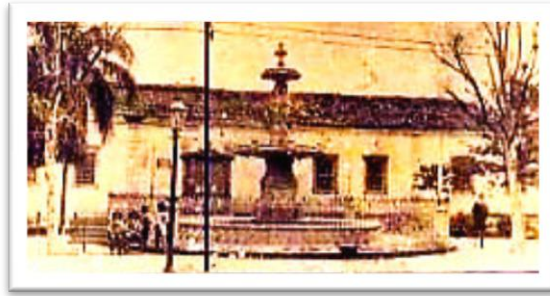
Fig. 10 - Chafariz Duque de Saxe Praça da Harmonia. Porto Alegre (RS). [ca. 1867].



Fonte: Acervo do AHRGS

Na figura 11, encontra-se o Chafariz Imperatriz, instalado em 1866 no Largo da Quitanda. Ao fundo, o antigo prédio da Alfândega, construído por volta de 1830.

Fig. 11 - Chafariz Imperatriz. Praça da Alfândega. Porto Alegre (RS). [ca. 1866].



Fonte: Acervo do AHRGS

Na figura 12, vê-se o Chafariz Imperatriz na Praça da Alfândega por volta de 1890-1912.

Fig. 12 - Chafariz Imperatriz. Praça da Alfândega. Porto Alegre (RS). [entre 1890-1912].



Fonte: Acervo do AHRGS

Na figura 13, encontra-se o Chafariz Conde D'Eu, instalado em 1866 na Praça Paraíso (antigo Largo dos Ferreiros). Após a instalação do chafariz, a Praça passa a ser chamada de Praça Conde D'Eu. Com o advento da República, passa a ser denominada de Praça XV de Novembro.

Fig. 13 - Praça Paraíso. Porto Alegre (RS). [1867?].



Fonte: Acervo do AHRGS

Na figura 14, vê-se a Praça Conde D'Eu, com o Chafariz Conde D'Eu, durante uma procissão religiosa; à esquerda, a Rua Bragança (atual Rua Marechal Floriano).

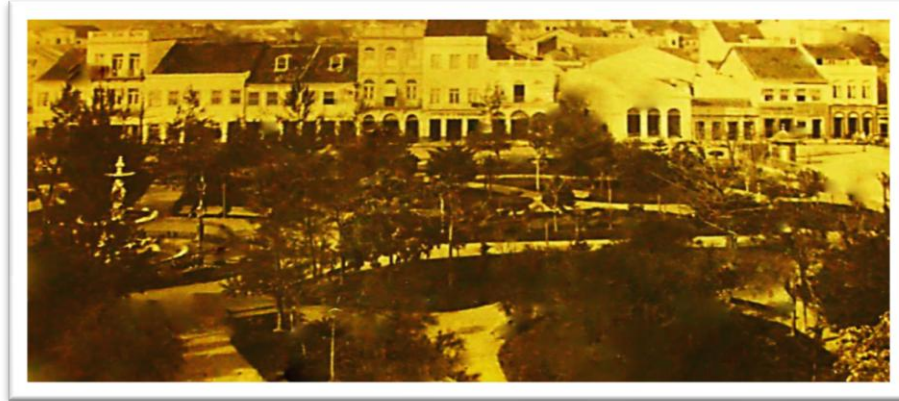
Fig.14 – TERRAGNO, L. Procissão Religiosa. Rua Bragança, Porto Alegre. [ca. 186-].



Fonte: Acervo da BN

Na figura 15, observa-se a Praça Conde D'Eu toda arborizada e remolada, e o Chafariz Conde D'Eu, em meio às árvores. Ao fundo, a Rua Marechal Floriano.

Fig. 15 - Praça Conde D'Eu. Porto Alegre (RS). [ca. 1890].



Fonte: Acervo do AHRGS

No final do séc. XIX, esses espaços vão ser desconstruídos, transformados, remodelados e recriados em prol da nova ordem política vigente. E isso ocorre no período chamado República Velha [1889-1937], no qual a cidade de Porto Alegre, sob a liderança dos integrantes Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e sua política positivista¹², passou por grandes transformações urbanas, as quais também

¹² Cfe. SÊGA (2004), “[...] o avanço científico europeu do início do século XIX, decorrente da Primeira Revolução Industrial, fez com que o homem acreditasse em seu completo domínio da natureza. O positivismo surgiu nessa época como uma corrente de pensamento que apregoava o predomínio da ciência e do método empírico sobre os devaneios metafísicos da religião. [...] o movimento intelectual erigido por Isidore-Auguste-Marie-François-Xavier Comte, ou simplesmente Auguste Comte (1798-1857), defendia que todo saber do mundo físico advinha de fenômenos "positivos" (reais) da experiência, e eles seriam os únicos objetivos de investigação do conhecimento. [...] o positivismo é fruto da consolidação econômica da revolução pela burguesia, expressa nas Revoluções Inglesa do século XVIII e Francesa de 1789. Seu objetivo era a formulação de uma "física" social (a "sociologia") que reformulasse o quadro social instável decorrente das novas relações de trabalho do capitalismo industrial. [...] traços positivistas são identificados em diferentes atividades no mundo ocidental, e especialmente no Brasil, que foi trazido por brasileiros que estudaram na França por volta de 1850. A atuação do positivismo no Brasil foi uma reação filosófica contra a doutrina confessional católica, até então única reflexão intelectual existente no país. O positivismo tornou-se uma filosofia fundamental no debate político no Brasil do século XIX. Os republicanos jacobinos, radicais, combatiam os monarquistas e os republicanos liberais, e apregoavam a implantação de uma república temporária e ditatorial, com o fim de se alcançar a sociocracia preconizada por Comte. Foram numerosas as influências do positivismo na organização formal da República brasileira, entre elas o dístico Ordem e Progresso da bandeira; a separação da Igreja e do Estado; o decreto dos feriados; o estabelecimento do casamento civil e o exercício das liberdades religiosa e profissional. O farol do positivismo no Brasil seria transferido para o Rio Grande do Sul, onde a instalação do regime republicano foi *sui generis*, pois desde o início o novo governo foi dominado pelos positivistas, liderados por Júlio Prates de Castilhos (1860-1903)” (SÊGA, 2004, [online]).

impuseram um novo modo viver o cotidiano e apreciar os novos espaços da cidade a partir daquilo que representava seus valores.

Os planos de “embelezamento” urbano, ou seja, os planos de intervenção urbana realizados pelos administradores públicos vinculados a esse partido político podem ser vistos como uma maneira de impor o poder, pois, conforme Pacheco, isso ocorre não somente através da coerção física, mas também por “[...] um conjunto de representações e práticas sociais” (PACHECO, 2005, [online]). Essa situação pode ser vista em Monteiro:

A obra de remodelação exigia o arrasamento de tudo que se identificasse com o velho, o tradicional, o antigo, fossem prédios, costumes, ou qualquer outra coisa, em nome da construção desses espaços radicalmente novos que atendia as necessidades do desenvolvimento econômico aos caprichos da nova estética urbana e a criação de novos espaços de socialidade pública [...] as obras de remodelação da cidade, praças e avenidas, visam atender a demanda por uma nova estética urbana das socialidades públicas. Os espaços criados ou modernizados seriam o cenário para o desenvolvimento da pedagogia social burguesa, a transmissão de hábitos, costumes e valores que sustentariam a nova organização social, relacionada com a inserção da sociedade rio-grandense em uma etapa superior do desenvolvimento capitalista. A praça e as novas avenidas dariam um tom aristocrático aos hábitos da sociedade porto-alegrense. [...] Tratava-se de ordenar os espaços verdes e de lazer cortando árvores antigas e criando “jardins à inglesa” (MONTEIRO, 1995, 114, 116-118).

Nesse contexto, pode-se observar que novas mudanças na paisagem da cidade começaram a acontecer no momento em que o País se libertou de um regime Imperial e passou a ser uma República. Os dirigentes do novo sistema de governo, identificados, em sua maioria, com discursos a partir dos ideais positivistas, impuseram seu poder a partir de diversas ações e práticas políticas voltadas, em grande parte, para a modernização e organização do espaço urbano que atendesse as necessidades da nova burguesia emergente. Assim, a capital gaúcha passou a ser remodelada, ou seja, a paisagem urbana foi sendo transformada como forma de impor os novos valores, hábitos, costumes. Dessa forma, novos cenários foram sendo construídos, e, por consequente, um novo imaginário social. Com isso, tudo que identificasse ou pudesse trazer evocações do regime anterior passou a ser destruído ou modificado.

A partir dessa situação as praças de Porto Alegre também passaram a ser alvo dessas transformações, assim, para compreender esse contexto, procurou-se, primeiramente, analisar alguns aspectos sob o ponto de vista da importância desses

lugares, quem e por que são modificados a partir do que visto em Alencar (2007, p. 97), pois para ele os espaços públicos “[...] são lugares importantes para os grupos sociais, uma vez que, estes também se constituem em referências para construção de uma identidade cultural”; e, em Paradedda (2003), as praças presentes nos espaços públicos abertos “[...] são de convívio social e são (re)desenhadas pelos agentes públicos detentores do poder” que nelas constroem “[...] elementos carregados de simbologias que permitem relembrar fatos vividos e vivenciados”. Nesse sentido, considerando que as simbologias também estão presentes nos monumentos, pois, segundo Le Goff, “[...] os monumentos fazem parte destes elementos simbólicos” e podem ser vistos “como um legado à memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p. 526).

Verificou-se que, naquela época, os monumentos eram vistos pela elite dirigente a partir de seu sentido original “advertir, lembrar” (CHOAY, 2001, p. 17) e a presença deles nos espaços públicos da Capital estava associada ao poder de perpetuação, assim, eles atuavam como um elemento importante na construção da representatividade do novo imaginário urbano, que influenciava tanto na formação de identidades, quanto na relação com a perpetuação do legado desse grupo político ao longo dos anos.

Assim, compreendeu-se o monumento a partir de suas relações com “[...] aquilo que traz à lembrança de alguma coisa” e a “[...] natureza afetiva do seu propósito” não é a de proporcionar uma informação neutra, mas sim de “tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2001, p. 17-18), e a partir de sua influência em atuar como um documento criado e imposto por certos segmentos da sociedade para “[...] impor, ao futuro, determinada imagem de si mesma” (LE GOFF, 2003, p. 526). Dessa forma, pode-se observar porquê esses espaços são desconstruídos e re(criados) pelos grupos detentores do poder político. Pois, conforme visto em Halbwachs (2006, p. 53) a “[...] condição necessária para se voltar a pensar em algo está relacionada a uma sequência de percepções” pelas quais só podemos passar de novo “[...] refazendo o mesmo caminho, de modo a estar novamente diante das mesmas casas, praças, monumentos, entendeu-se que as remodelações das praças tornam-se alvos estratégicos para o grupo detentor do poder, porque deixando suas marcas, entre outros, nesses espaços, possibilitam a evocação de lembranças em

outros diferentes grupos sociais que, de certa forma, poderão sacralizar seus feitos na história e na memória de uma cidade.

Dessa maneira, também se procurou entender essas questões sob o enfoque daquilo que se convencionou chamar de Cultura Política, para fins deste estudo, pois os fatores que envolveram a retirada dos chafarizes estão relacionados com as “[...] práticas políticas reiteradas e características de uma dada formação social”, conforme diz Heimer; Vala; Viegas (1990) no qual os espaços públicos, entre outros, foram alvos de remodelação para que a burguesia em ascensão no poder os caracterizasse a partir de “[...] um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhado por determinado grupo e que dão ordem e significado a um processo político” (MOTTA, 1996, p. 95). Nesse sentido, os processos que envolveram a retirada dos chafarizes das praças de Porto Alegre podem ser vistos, com clareza, a partir da subseção 2.3, conforme a seguir se descreve.

2.3 A encampação da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense e o início da retirada dos Chafarizes de Ferro

A partir da década de 1870, o reservatório da Praça Pedro II já não apresentava capacidade suficiente para abastecer a cidade, principalmente nos meses de verão em que havia recessão de água devido às secas e, por conseguinte, gerava inúmeras reclamações por parte da população. Essa situação agrava-se depois que o inspetor de saúde pública oficia ao governo denúncias quanto à má qualidade da água e intensifica-se quando a Companhia resolve substituir as penas-d’água por hidrômetros (RELATÓRIOS do Governo da Província, 1882,1885). Nesse contexto, pesadas críticas contra a Companhia são divulgadas principalmente no jornal *A Federação*, dirigido por Julio de Castilhos no período de 1884-1889. O ano de 1884 marca o período em que começaram a surgir manifestações, por parte de alguns cidadãos, quanto à remoção dos chafarizes.

O Chafariz da Praça da Caridade – Princesa Leopoldina – foi o primeiro a receber o pedido de retirada feito especialmente pelo “Fiscal Honorário” do jornal *A*

Federação. Na edição de 27 de abril de 1884, consta uma reclamação desse para os Vereadores pedindo a retirada do Chafariz da Praça da Caridade, pois ele se encontra “em ruínas e representa um obstáculo para a arborização da praça” (A FEDERAÇÃO, Fiscal Honorário, 27 abr. 1884). E, na edição de 09 de junho de 1884 desse mesmo jornal, o “Fiscal Honorário” relata sua satisfação ao ter conhecimento que “o trambolho” iria desaparecer. (A FEDERAÇÃO, Fiscal Honorário, 09 jun. 1884).

As obras de calçamento da Praça da Caridade se estendem até 1885. Nessa época, o “Fiscal Honorário” faz algumas visitas para verificar o andamento delas e nada mais relata sobre o chafariz (A FEDERAÇÃO, Fiscal Honorário, 17 abr. 1885). Dessa forma, pode-se dizer que foi demolido entre 1884-1885. Além do pedido feito para a retirada do Chafariz da Praça da Caridade, ele pede providências quanto à retirada de outro chafariz localizado no Campo do Bomfim que “fica entupindo a Rua da Conceição”, solicitação feita na edição de 17 de março de 1884 no jornal *A Federação* (A FEDERAÇÃO, Fiscal Honorário, 17 mar. 1884).

Mas esse chafariz é removido vinte e sete anos mais tarde, em 1907, pela Intendência Municipal, conforme nota publicada na edição do jornal *A Federação* de 08 de agosto de 1907. No Balanço da Cia. Hidráulica, publicado neste jornal, em agosto de 1907, consta que: “Chafariz do Campo da Redenção – De acordo com a Intendência Municipal retirou-se o chafariz do Campo da Redenção porque se achava em meio da rua, sendo transportado para nosso edifício”. (A FEDERAÇÃO, 08 ago. 1907).

Entretanto, o “Fiscal Honorário” possuía uma opinião diferente quando se tratava do Chafariz Imperador. Para ele, esse representava “uma das melhores obras de arte que possui Porto Alegre” (A FEDERAÇÃO, 02 out. 1884). Essa posição por parte dele ocorreu quando, em outubro de 1884, foi cogitada a hipótese de retirar o Chafariz da Praça D. Pedro II (Praça da Matriz) para ereção da estátua em homenagem ao Conde de Porto Alegre. Em fevereiro de 1885, a estátua do Conde foi inaugurada nesta Praça. E não houve a remoção do Chafariz, ficando nesse local, os dois monumentos, conforme consta no jornal *A Federação*, 03 fevereiro de 1885.

Embora o começo desses processos de remoções e/ou retiradas dos chafarizes instalados pela Cia. Hidráulica Porto-Alegrense tenha iniciado por volta de 1880, quando o Brasil ainda era regido sob os auspícios de uma Monarquia, essa situação se intensifica na próxima década, assim como a encampação dessa Companhia pelo Poder Público Municipal.

Em 1889, o País passa a ter um novo regime de governo – a República, e, em 1893, o Rio Grande do Sul passa a ser Governado por Júlio de Castilhos¹³, que implementou no estado uma política de inspiração positivista. A partir dessa nova conjuntura política, a Capital passa a ser administrada por Intendentes. Durante o período de 1897-1924, Porto Alegre foi comandada pelo Intendente José Montauray de Aguiar Leitão. Esse implementou uma política de melhoramentos e embelezamento da Capital, que se vincula diretamente com as situações de retirada e demolição dos chafarizes da Cia. Hidráulica e o fechamento dessa empresa.

Em 1896, por ocasião do término da concessão de exploração dos serviços de água potável pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, a administração da Capital, entendendo que a prestação de serviços de abastecimento de água deveria ser melhorada e com um baixo custo econômico para a população e que, para isso, seria necessário que sua exploração ficasse sob os cuidados do poder público, convoca em maio de 1896 (Ato nº 14, 31 maio 1896) uma comissão especial para estudar o estabelecimento desses serviços na capital.

¹³ Em Porto Alegre, o PRR foi controlado por jovens, sobretudo do centro e do norte do RS, chegados em boa parte da escola de Direito de São Paulo. Eles defendiam modernização conservadora do Rio Grande (Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, entre outros). Em 1891, eleito presidente do Estado pela Assembleia Legislativa, Júlio de Castilhos redigiu – e fez aprovar – a nova Constituição Estadual. Era uma Carta extremamente autoritária, que atribuía ao presidente do Estado poderes extraordinários, tais como: nomear o vice-presidente, reeleger-se, atribuir papel meramente deliberativo ao Legislativo estadual e o voto descoberto. Castilhos define seu governo a partir de uma versão própria inspirada no ideário de Augusto Comte, marcado pela presença dominadora do Poder Executivo e o seu comprometimento com o desenvolvimento capitalista. Os Intendentes são elementos de proa na consecução desse projeto, mesmo assegurando autonomia municipal, os ocupantes desses postos-chaves eram indicados pelo Chefe do Poder Executivo. Dessa forma, José de Aguiar Montauray governa a cidade de Porto Alegre por 27 anos (1897-1924), sucedido por Otávio Rocha (1924-1928), Alberto Bins (1928-1937), totalizando 40 anos de domínio de uma ditadura republicana comitiana na capital gaúcha (BAKOS, 1996 ; MAESTRI, 2003).

Essa comissão, por ordem do Intendente, após avaliar as obras e materiais das Companhias Hidráulicas Porto-alegrense e Guaibense¹⁴, dá início à elaboração de um novo projeto para o sistema de abastecimento de água para a cidade que previa a encampação das duas companhias com a finalidade de aproveitar o material e as canalizações já feitas por elas. (RELATÓRIOS da Intendência ao Conselho Municipal, 1900, p. 18).

Essa decisão por parte do Intendente gerou inúmeras discussões e disputadas entre a Intendência e Cia. Hidráulica Porto-Alegrense, mas José Montaury contava com o apoio de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. A disputa pela encampação se estendeu até 1926 quando a empresa passou de fato ao Poder Público Municipal.

Em 1896, ocorre o desenrolar da “Questão Telles”¹⁵ – um litígio quanto à indenização das terras do Arroio Dilúvio, que iniciou no final do regime monárquico (1887) e terminou no governo de Júlio de Castilhos –, uma situação jurídica e política na qual houve a intervenção direta de Júlio de Castilhos em favor da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense e a exoneração de um Coronel do Batalhão de Infantaria.

Embora, nessa situação específica, o Presidente do Estado tenha intervido a favor dessa Companhia, pois era uma questão que também envolvia o abastecimento de água para a população da Capital, nada mudou quanto ao seu apoio ao projeto do Intendente em relação à encampação dessa.

Na mensagem de Júlio de Castilhos de 20 de setembro de 1897 dirigida à Assembleia, esse destaca a relevância e a urgência para que seja dada uma solução final para os impasses sobre as questões que envolvem o abastecimento de água da capital e enfatiza seu apoio ao projeto do Intendente.

¹⁴ A Companhia Hidráulica Guaibense foi organizada pelo Engenheiro Jose Estácio de Lima Brandão e, tendo como seu diretor José Obino, foi criada em 1889 em virtude da insuficiência da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense em fornecer água potável a partir da captação do Arroio Dilúvio. Dessa forma, a Câmara autoriza a Cia. Guaibense captar água diretamente do Lago Guaíba, conforme Franco (2006, p. 18).

¹⁵ Cfe FRANCO, Sérgio da Costa. Um litígio tumultuoso no final do século 19: a questão Telles. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 7, n. 13, 2007. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/66405>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

Em 1898, quando Borges de Medeiros assume a Presidência, também corrobora com a questão do abastecimento de água ficar sob os domínios do poder público:

Prendem vivamente a minha atenção os serviços que entendem diretamente com o saneamento urgente d'esta capital. Conquanto pertença à esfera do governo municipal a iniciativa do abastecimento de água e do estabelecimento de esgotos subterrâneos, tais assuntos afetam por tal forma a higiene publica, que não é lícito ao Estado permanecer indiferente. (MENSAGEM dirigida a Assembleia por Borges de Medeiros, 1898).

Nesse contexto, apesar de o Intendente contar com o apoio político, a execução desse projeto pela municipalidade dependia das desapropriações das duas companhias hidráulicas.

De acordo com o Relatório de 1902, o Intendente afirma ao Conselho Municipal que “[...] o Governo do Estado através de sucessivas mensagens tem continuado a insistir sobre a execução das obras e pela desapropriação das companhias”. No Relatório para o ano de 1903, o Intendente informa ao Conselho Municipal que o Governo do Estado está empenhado nas negociações. (RELATÓRIOS da Intendência ao Conselho Municipal, 1902 - 1903).

Em meio a essas disputas, a Cia. Hidráulica-Porto Alegre oferece uma contraproposta no sentido de executar esse novo projeto de abastecimento de água. E, partir disso, encaminha um projeto orçamentário para a Intendência e para o Governo do Estado. A administração municipal contesta o valor orçamentário proposto pela Cia. Hidráulica Porto-Alegrense, alegando um superfaturamento. O Governador do Estado, através da Secretaria de Obras Públicas, manda constituir uma comissão para analisar as divergências de custeio entre o projeto apresentado pela municipalidade e pela referida companhia. Em 1904, essa comissão conclui que os serviços de abastecimento de água e esgotos deveriam ser explorados pelos poderes públicos (RELATÓRIOS da Intendência ao Conselho Municipal, 1902-1903).

Assim, o Intendente encaminha, em 30 de julho de 1904, um ofício ao Presidente do Estado, comunicando que “[...] concluiu a comissão que seja o aludido serviço explorado pelos poderes públicos, o que proporcionará à população vantagens imediatas e de futuro [...]”. Também informa que já tem liberado um

empréstimo de dois mil contos de réis para a execução da obra e que estava fazendo uma última proposta para a encampação das companhias hidráulicas, mas, no entanto, aguardava as ordens dele para o início das obras, pois estava pendente a proposta da Cia. Hidráulica. Em 09 de agosto de 1904, o Presidente do Estado encaminha um ofício ao Intendente autorizando a execução da obra pela municipalidade. (RELATÓRIOS da Intendência ao Conselho Municipal, 1904, anexos).

Dessa forma, em 26 de agosto de 1904, os acionistas da Companhia Hidráulica Guaibense reúnem-se em assembleia geral extraordinária e deliberam pelo aceite da proposta municipal. Em 10 de setembro de 1904, a Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, através de seu secretário – João José Pereira Parobé –, encaminha um ofício ao Intendente, comunicando que a Companhia Hidráulica Guaibense, de acordo com a deliberação da assembleia geral dos acionistas, aceita a proposta de desapropriação (RELATÓRIOS da Intendência ao Conselho Municipal 1904, anexos).

Já em relação à Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, a decisão foi outra. Em 16 de setembro de 1904, essa Companhia encaminha um ofício ao Secretário de Estados de Negócios das Obras Públicas comunicando a decisão da assembleia geral extraordinária que, considerando o valor insuficiente oferecido para a venda, rejeitavam a proposta do Governo do Estado. Dessa forma, a Companhia argumenta que apresentou como alternativa à desapropriação uma contraproposta para a execução do novo projeto de abastecimento de água e que foi recusada devido aos valores apresentados pela empresa. Também contesta a legalidade dos atos da Intendência quanto às leis que regem os preceitos legais de desapropriação, uma vez que a municipalidade quer desapropriar somente parte dos bens da empresa e essa separação do conjunto desmerece o valor venal dos demais; considera que, em conformidade à autorização do próprio Governo do Estado expedida em 1903, a companhia pode continuar a exercer livremente a sua indústria de fornecimento de água; ressalta que a não encampação dessa companhia não trará prejuízos à população, visto que a municipalidade já havia dado início à execução das obras do novo projeto (RELATÓRIOS da Intendência ao Conselho Municipal, 1904, anexos).

A partir desse momento, a municipalidade dá andamento ao projeto sem desapropriar a Cia. Hidráulica Porto-Alegrense e comunica ao Conselho Municipal que a inauguração do novo abastecimento de água ocorrerá em abril de 1907 (RELATÓRIOS da Intendência ao Conselho Municipal, 1906, p. 4). No entanto, a ideia de encampação da Companhia não é descartada pelo Intendente que, entre o período de 1917-1924, conforme consta nos relatórios anuais da Intendência, é autorizado pelo Conselho Municipal a tomar as devidas providências no sentido de encampar essa companhia liberando um crédito especial para tal finalidade. Em 1926, depois de 26 anos de negociações, a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense finalmente é encampada pelo Município.

E, em 1928, a Intendência dá início à demolição do prédio, que se localizava na esquina da Rua Duque de Caxias com a Praça da Matriz (lado oeste), ao lado do edifício da Sociedade Bailante, e que desde 1866 foi a sede dessa empresa, cujo projeto foi feito em Paris em estilo neoclássico. Assim, nesse mesmo ano, esses dois prédios são demolidos e no seu lugar foi construído o antigo Auditório Araújo Viana, que, por sua vez, também foi demolido, porém na década de 1950, para dar lugar ao prédio onde atualmente está localizada a Assembleia Legislativa.

A seguir, nas figuras 16, 17 e 18 mostra-se, respectivamente, o prédio da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense antes de ser demolido, o prédio em processo de demolição, o Auditório Araújo Viana, que foi construído no lugar desse prédio, e o prédio da Sociedade Bailante.

Fig. 16 - Prédio da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense. Porto Alegre (RS). [ca. 1905].

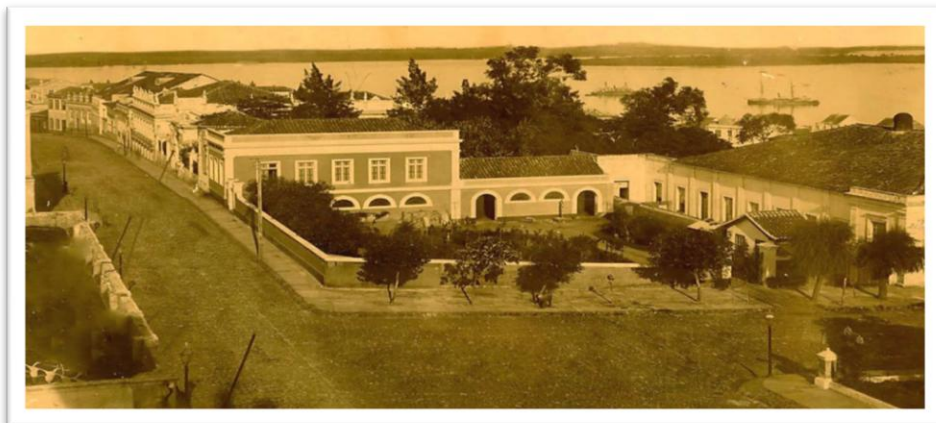
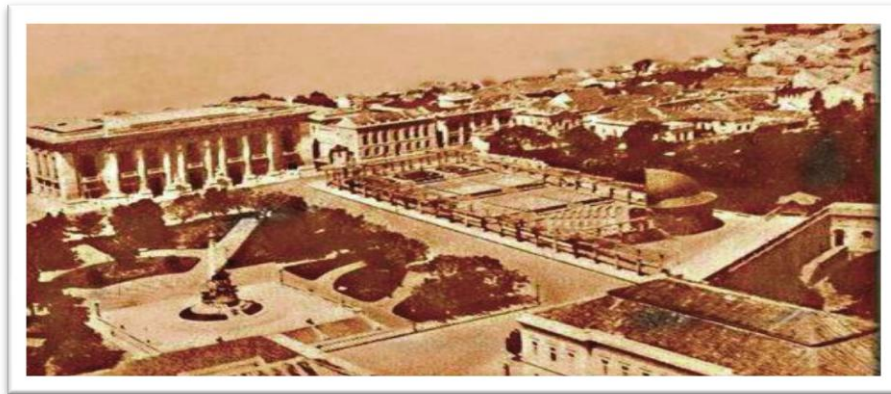


Fig. 17 - Demolição do Prédio da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense. Porto Alegre (RS). [ca. 1928].



Fonte: Acervo do AHRGS

Fig. 18 - Auditório Araújo Viana. Praça da Matriz. Porto Alegre (RS). [ca. 1930].



Fonte: Acervo do MJJF

Paralelo a essas disputas pela encampação das companhias e à execução do novo projeto de abastecimento de água, a Intendência dá seguimento a outros projetos de melhoramento da Capital, que envolveu, entre outros, reformas e embelezamento das praças. É a partir desse momento que os chafarizes de ferro começam a ser retirados, demolidos e removidos desses espaços públicos.

Assim, em 1902, em relação ao Chafariz Imperatriz, localizado na Praça da Alfândega (Senador Florêncio), a Intendência publicou no jornal *A Federação*, em junho de 1902, a sua remoção para o parque da Redenção e informa que conseguiu autorização federal para a demolição do prédio da Alfândega. Em setembro de 1902, a Cia. Hidráulica publica no jornal *A Federação* a autorização para Intendência

remover o Chafariz Imperatriz para a Redenção: “Chafariz da Praça Senador Florêncio – À Intendência municipal concedemos a auctorisação solicitada para remover para o Campo da Redenção o chafariz existente na Praça Senador Florêncio, aonde nenhuma renda dá [...]” (*A Federação*, 06 set. 1902, p. 8.).

Entretanto, numa pequena nota publicada no jornal *A Federação* de 1912, pode-se verificar que a Intendência mandou demolir o Chafariz Imperatriz no mesmo ano, localizado na Praça Senador Florêncio. De fato, não houve a transferência para o Campo da Redenção: “A Intendência Municipal mandou demolir o chafariz existente à Praça Senador Florêncio. Os trabalhos foram iniciados hoje pela manhã” (*A Federação*, 08 out. 1912, p. 2).

Já em relação ao Chafariz “Princesa Izabel”, instalado na Praça do Portão, pode-se afirmar que ele deve ter sido retirado no período de 1906-1912, pois, embora nada conste sobre a retirada desse chafariz nos relatórios, pode-se afirmar a partir das fotografias analisadas que, em 1912, quando houve outra reforma nessa Praça para receber a estátua do Conde de Porto Alegre, o chafariz não mais aparece.

No relatório e projeto de orçamento para 1908 encaminhado pelo Intendente José Montauray ao Conselho Municipal em 1907, consta, entre outros, no tópico Praças e Jardins da Zona Urbana, o relato quanto à completa “transformação pela qual tem passado os antigos jardins das praças Senador Florêncio, 15 de Novembro, Martins de Lima (Harmonia), General Osorio (Alto da Bronze), General Marques (Portão), D. Feliciano”. Em todos os locais, houve “substituições [dos antigos jardins] por outros inteiramente organizados sobre novos planos, [...] mais modernos” (RELATÓRIOS da Intendência ao Conselho Municipal, 1907, p. 31-31).

Dessa forma, os chafarizes de ferro foram aos poucos desaparecendo em razão das obras de urbanização, realizadas no final do século XIX e início do século XX, pelo poder público municipal. Atualmente, o único conservado foi o Chafariz Conde D’Eu, localizado no Parque Farroupilha.

Em 1926, o Chafariz Conde D’Eu passa por algumas reformas e depois é transferido da Praça XV de Novembro para o centro da nova Praça Pereira Parobé. Em uma nota publicada no jornal *A Federação*, em junho de 1926, a Intendência informa que: “O Chafariz da Praça Parobé – Vão bastante adeantados os trabalhos

para a construção da bacia do chafariz, que depois de completamente adaptado e pintado, foi transportado da Praça 15 de Novembro para o centro da Nova Praça Parobé”, (*A Federação*, 14 jun. 1926, p. 8).

Na figura 19, observa-se o Chafariz Conde D’Eu, instalado na Praça Pereira Parobé.

Fig. 19 - Praça Parobé. Porto Alegre (RS). [ca. 1935].



Fonte: Acervo do MJJF

Em 1941, após a enchente que ocorreu nessa época, o Chafariz foi removido para o Parque Farroupilha (ALVES, 2004, p. 138).

Na figura 20, vê-se o Chafariz no Parque Farroupilha, e, ao fundo, o prédio do Colégio Militar.

Fig. 20 - Chafariz Conde D’Eu no Parque Farropupilha. Porto Alegre (RS). [ca. 195-].



Fonte: Acervo do AHRGS

Em 1998, o Chafariz passou por um processo de restauração e encontra-se em boas condições (ALVES, 2004, p. 138).

Fig. 21: GIBROWSKI, C. Chafariz Conde D'Eu. Parque Farroupilha. Porto Alegre (RS). 2013.



Fonte: Acervo da autora

A partir do que foi descrito nessas duas últimas subseções, pode-se observar que, embora os pedidos de retirada dos chafarizes de ferro tenham iniciado na época do regime monárquico, a iniciativa dessa solicitação veio a ser veiculada em um jornal dirigido por integrantes do Partido Republicano Rio-Grandense que faziam oposição à Monarquia. Dessa forma, para os leitores desse jornal, é passada a mensagem de que os chafarizes representavam trambolhos que impediam ou eram empecilhos para o processo de urbanização dos espaços públicos da cidade.

Com isso, a partir do que foi visto em Riegl (2008), percebe-se que, nessa época, a ideia de que os monumentos históricos, presentes na paisagem da cidade, pudessem, de certa forma, contribuir para a evocação de lembranças e, assim sendo, compartilhá-las e disseminá-las entre os diferentes grupos sociais, e, a partir de suas narrativas, contribuir para a construção de diversos eventos, inclusive como a própria história da cidade, ainda era muito forte.

E, talvez, é nesse sentido, que o grupo detentor do poder tivesse investido, com tanto empenho, na reconstrução das praças da Capital, retirando delas os elementos simbólicos que pudessem de alguma forma reviver o passado, situação na qual poderia de alguma forma ameaçar ou confrontar a nova ordem política que estava se instaurando.

Nesse contexto, o processo que envolveu a retirada do Chafariz Imperador em 1907 parece também estar associado a essa situação. No entanto, a partir de 1924, quando há uma mobilização por parte de certos grupos sociais pela preservação desse monumento, pode-se observar uma mudança de atitude, ou seja, as primeiras manifestações de um “[...] despontar em relação a um novo valor de rememoração, não mais aquele ligado à memória coletiva, mas ao valor histórico-artístico”, conforme nos diz Riegl (2008, p. 49). Mas estaria o poder político instituído, desde o início da República, propenso a essa mudança de atitude? Veremos no capítulo 3.

3 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CHAFARIZ IMPERADOR – 1866-1907

No contratado firmado em 1861 entre a Província de São Pedro do Sul e a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, já havia ficado determinado que, dos oito chafarizes a ser instalado, um deveria ser de mármore e colocado na Praça da Matriz. Entre os anos de 1863-1866, a Companhia dá andamento ao processo de compra desse chafariz. Conforme Alves, “[...] a origem das peças seria a região italiana de *Carrara*, onde teriam sido encomendadas” e “a compra delas foi realizada através do Rio de Janeiro pelo estatuário Camillo Formilli¹⁶” (ALVES, 2004, p. 17). Em alguns trechos do Relatório da Cia. Hidráulica de 1866, verifica-se que a encomenda foi feita através do Rio de Janeiro:

¹⁶ Cfe o Almanak de 1863 há duas referências em relação à Camillo Formilli, uma na seção de “Escultores-Entalhadores em madeira, pedra etc., na página 630; outra na seção “Estatuarios” na página 478” (ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial, Rio de Janeiro, 1863). Para Alves, Camillo Formilli foi o importador da peça, responsável pela encomenda entre o Rio de Janeiro e Carrara, pois “as dificuldades em se encontrar um profissional que realizasse tal peça artística hidráulica em Porto Alegre estendem-se ao Brasil” e “se houvesse um profissional assim no Rio de Janeiro” a Corte seria seu primeiro “cliente para embelezar a sua capital” (ALVES, 2004, p.17). A partir de algumas pesquisas feitas no acervo digital da Biblioteca Nacional, verificou-se que Camillo Formilli trabalhava com esculturas em argila, conforme consta no jornal *Estrela do Amazonas*, 19 nov, 1859, p. 4.

[...] Isto em quanto aos chafarizes de ferro, pois o de marmore encomendado no Rio de Janeiro, deve ali ser entregue ao procurador da Companhia em 31 de Julho proximo, conforme o que se contractou. (RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, 1866, p. 4-5).

Na carta enviada ao jornal *Correio do Povo* em 1925 e publicada na seção Caixa Urbana, o autor, identificado apenas pelas iniciais A. L., ao escrever sobre o Chafariz da Praça da Matriz, afirma que “[...] quando, em 1864, ella foi encomendada especialmente em Carrara, custou a bella somma de vinte contos de ouro!” (CORREIO DO POVO, abr., 1925, p. 3).

Em 1866, conforme o Relatório do Presidente da Província de 31 outubro desse ano, na Praça da Matriz já havia sido instalada uma Bica, mas ainda faltava o monumento. No Relatório Provincial de 31 de janeiro de 1867, nada consta sobre a Companhia e os chafarizes. Já no Relatório de setembro de 1867, consta que “estão funcionando todos os chafarizes marcados no plano que foi adotado, terminadas todas as obras relativas aos mesmos” (RELATÓRIO PROVINCIAL, set, 1867, p. 35).

O jornal *Sentinella do Sul*, na edição de janeiro a junho de 1867, publicou uma nota a respeito do chafariz da Praça Pedro II. Assim, a partir dessa nota, pode-se perceber que em 1867 as quatro estátuas que faziam parte da composição do Chafariz Imperador já haviam sido colocadas. Dessa forma, verifica-se que esse foi instalado entre novembro de 1866 a junho de 1867. Período no qual Lazzare Debise era o funcionário da Cia. Hidráulica responsável pelas montagens e instalações dos chafarizes, conforme consta no relatório de 1866 desta empresa.

Mas quem idealizou esse projeto? A grande dúvida que paira a respeito desse Chafariz é referente sua autoria. De acordo com uma reportagem publicada no jornal *Correio do Povo* em 1924, observa-se que esse questionamento já existia nesse período:

Voltemos, porém, ao chafariz da Praça da Matriz. Quem foi o seu esculptor? Certo: enquanto recordamos as linhas geraes, os grupos tão bem ideados, as figuras mythologicas bem escolhidas, deveria ser algum artista de alto coturno. Não era uma obra perfeitamente original, entretanto tinha o grande mérito de representar o gosto, o prazer, a ufania de nosso povo por essa riqueza incalculável, de que está dotada a nossa, cidade os grandes rios que formam essa extraordinária enseada do Guahyba. De facto. Todos os nossos caudalosos cursos d’água o Jacuhy, o Cahy, o Sinos, o Taquary ahi eram figurados e cada mytho despejava em, gorgolhões, sobre a grande bacia, a agua, que caia entre espumas, espaldeando aquelles corpos que emergiam no fundo ... O nosso artista [...] isolado num fundo de província [...] foi feliz em se inspirar numa obra já consagrada e tornada clássica

[refere-se à *Fontana de Bernini*]. (CORREIO DO POVO, 26 nov. de 1924, p. 3).

Pode-se perceber que, nessa citação, o autor, cujo nome foi mantido em sigilo nessa matéria, refere-se ao artista do Chafariz como alguém que estaria isolado num fundo de Província e que sua obra foi inspirada na *Fontana de Bernini*¹⁷.

Assim, observando algumas fotografias da *Fontana de Bernini*, verificou-se que não há semelhanças em relação aos mitos escolhidos para a composição do Chafariz Imperador, pois na obra de Bernini as figuras mitológicas são bem diferentes daquelas escolhidas para representar os quatro afluentes e o Lago Guaíba. No entanto, pode-se verificar semelhanças quanto à ideia de homenagear rios a partir de monumentos escultóricos dispostos em um chafariz, pois a *Fontana* representa uma homenagem aos quatro principais rios existentes em diferentes continentes.

Nesse contexto, observa-se que o nome do autor provinciano ainda continua uma incógnita. Em 1958, Aldo Obino publicou em sua coluna no jornal *Correio do Povo* uma matéria intitulada “O Arquiteto José Obino”, na qual consta, entre outros, que seu avô era especialista em trabalhos em mármore de Carrara e que foi o idealizador do monumento que estava na primitiva Praça da Matriz, que simbolizava os rios que confluem em Porto Alegre. Nessa matéria, consta que:

A pasta de labores¹⁸ de José Obino ainda mostra todos os estudos para um Teatro Municipal projetado em pleno século XIX para Porto Alegre à Praça do Portão, em estilo Renascença [...], há um prospecto da firma de José Obino, que findou como marmorista à Rua da Praia, especialista em trabalhos com mármore de Carrara. Na primeira Praça da Matriz (antiga Marechal Deodoro) onde está atualmente o monumento a Júlio de Castilhos, havia um monumento que devemos a José Obino, o qual simbolizava os rios que confluem em Porto Alegre [...]. (CORREIO DO POVO, 19 jan. 1958).

¹⁷ *Fontana dei Quattro Fiumi*: esculpida por Gian Lorenzo Bernini, entre 1648 e 1651, artista do barroco italiano. Está localizada na Praça Navona, em Roma. Representa os quatro continentes e seus principais rios: Rio Nilo (África), Rio Ganges (Ásia), Rio da Prata (América), Rio Danúbio (Europa). O monumento foi concebido por ordem do Papa Inocencio X (WITTKOWE, 1955).

¹⁸ Nessa matéria, Aldo Obino informa que a “pasta de labores” foi doada ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Há um consenso entre vários autores que o italiano Giuseppe Obino (José Obino) teria sido o grande idealizador desse projeto. Conforme Telles (1973), “[...] segundo uma tradição não comprovada por qualquer documento, supõe-se que o autor do mesmo seja o escultor italiano José Obino” (TELLES, 1973, p. 16).

Já Alves (2004) apresentou em suas pesquisas uma entrevista que realizou com Aldo Obino, na qual revelou que seu avô era arquiteto e não escultor e que teria sido dele a ideia do monumento inspirando-se na Fonte de Bernini (ALVES, 2004, p. 17).

Em agosto de 2013, verificou-se que, nos documentos presentes no acervo do AHRGS na “pasta de labores” de José Obino, nenhum se referia ao monumento em questão. Mas havia uma série de outras informações, que possibilitou a elaboração de uma biografia que está no apêndice desse estudo.

A partir disso, embora não se tenha encontrado provas que atestassem a autoria do projeto do Chafariz Imperador, através dessa biografia, observou-se, de modo mais claro, as relações de José Obino com os grupos que estiveram vinculados ao movimento farroupilha de 1835, bem como a sua descendência de um local marcado por conflitos sócio-econômico-políticos e pela luta de movimentos em nome da liberdade. Nesse sentido, apenas pode-se afirmar que a elaboração de um projeto contendo uma estátua com o barrete frígio¹⁹ para ser erigido em uma Praça, onde se localizava o centro administrativo da Capital, não seria estranho para José Obino em 1864.

A seguir, algumas figuras mostram o Chafariz Imperador na Praça da Matriz.

Na figura 22, é possível ver o Charariz já instalado na Praça da Matriz com sua frente voltada para o Lago Guaíba, e, ao fundo, o Theatro São Pedro.

Fig. 22 - FERRARI & IRMÃO. Chafariz Imperador, Praça da Matriz. Porto Alegre. [ca.1867].

¹⁹ Considerações sobre esse elemento da estátua serão apresentadas na sequência deste capítulo.



Fonte: Acervo do AHRGS

E, na figura 23, vê-se o Chafariz Imperador já com a praça calçada; ao fundo, o antigo Palácio do Governo.

Fig 23 - Chafariz Imperador, Praça da Matriz. Porto Alegre. [ca.1881].



Fonte: Acervo do AHRGS

Na figura 24, observam-se os detalhes do Chafariz Imperador, instalado na Praça da Matriz, quando já estava calçada, mas ainda não havia sido arborizada (1881-1884) (FRANCO, 2006, p. 132). Ao fundo, o Theatro São Pedro.

Fig. 24- Chafariz Imperador, Praça da Matriz. Porto Alegre. [entre 1881-1884].



Fonte: Acervo do AHRGS

3.1 A composição do Chafariz Imperador e sua simbologia

Esse Chafariz foi montado em uma base de tanque circular e era constituído por várias peças. Havia duas bacias de tamanhos diferentes e dispostas em dois planos. Na parte inferior, um conjunto de quatro estátuas, contendo em suas bases os nomes dos quatro rios afluentes do Guaíba. Dessas, duas figuras femininas simbolizavam os rios Cahy e Sinos e as duas figuras masculinas – Jacuhy e Gravatahy. Na parte superior, outra estátua trazia a figura de um menino que homenageava o Lago Guaíba. Essa descrição foi baseada na matéria publicada pelo jornal *Correio do Povo* em 29 de novembro de 1924.

Na figura 25, observam-se as imagens femininas²⁰ que homenageavam os rios Caí e Sinos.

Fig. 25 – Estátuas femininas do século XIX que faziam parte do Chafariz Imperador, simbolizando, respectivamente, os rios Cahy e Sinos. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). [197-?].



Fonte: Acervo do AHPAMV

Na figura 26, observam-se as imagens masculinas²¹ que homenageavam os rios Jacuí e Gravataí.

Fig. 26 - Estátuas masculinas do século XIX que faziam parte do Chafariz Imperador simbolizando, respectivamente, os rios Jacuhy e Gravatahy. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). [197-?].

²⁰ Cfe. Alves (2004), essas figuras mitológicas “são popularmente conhecidas como ninfas” (ALVES, 2004, 100). Ninfas são divindades das águas claras, fontes e nascentes (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2003).

²¹ Cfe. Alves (2004) essas figuras mitológicas “são popularmente conhecidas como netunos” (ALVES, 2004, 100). Netuno representa o Deus romano do mar, inspirado no Deus Grego Poseidon, senhor das ninfas e das sereias (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2003).



Fonte: Acervo do AHPAMV

A estátua menor (Fig. 27), colocada na parte superior, é uma figura masculina que representava o Lago Guaíba.

Fig. 27 – Chafariz Imperador. Estátua em homenagem ao Lago Guaíba. [ca. 1885].



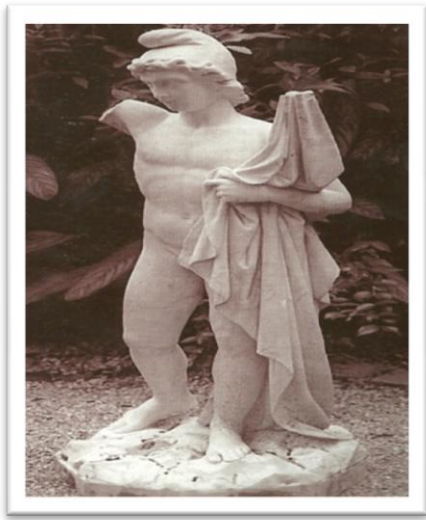
Fonte: Acervo do AHRGS

Por muitos anos, essa estátua havia sido considerada desaparecida, mas, em 2004, José Francisco Alves revela, através de sua pesquisa, que ela está quase intacta, mas mãos de particulares. Alves (2004) mostra uma fotografia²² da estátua do Lago Guaíba cedida por Aldo Obino, em que esse a reconhece como sendo “a estátua da Liberdade” (ALVES, 2004, p. 20).

A seguir, na figura 28, vê-se a imagem da estátua do Lago Guaíba, apresentada na pesquisa de José F. Alves em 2004.

Fig. 28A – STRELIAEV, L. Estátua representando o Lago Guaíba que fazia parte do Chafariz Imperador. [ca. 2004].

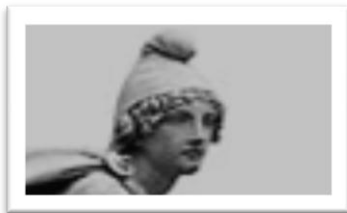
²² Aldo Obino relatou a Alves (2004, p. 20) que a fotografia foi vista por ele em uma revista e a autoria dela seria do fotógrafo Leonid Streliaev. Com o objetivo de encontrar essa revista, entrei em contato, através de *e-mail*, em 2013, com Leonid, mas fui informada por ele de que a fotografia em questão não é de sua autoria.



Fonte: ALVES, José Francisco. A escultura pública de Porto Alegre. Porto Alegre: Artfolio, 2004, p. 20.

Observando essas duas imagens (Figs. 27 e 28), não foi possível verificar se na estátua há alguma inscrição entalhada, mas se pode observar a presença do barrete frígio e de uma adaga ou espada empunhada na mão direita (Fig. 27). Diferente das outras quatro estátuas que, conforme a mitologia greco-romana representavam ninfas e netunos, essa apresenta certas semelhanças com a estátua de Mitra²³. A seguir, na figura 29, observa-se a imagem do rosto de Mitra.

Fig. 28B – Detalhes do rosto e do barrete frígio na estátua de Mitra



Fonte: <http://BritishMuseumMithras.jpg>

Na matéria publicada no jornal *Correio do Povo* em 1924, o autor se refere à estátua que representa o Lago Guaíba como “a da Liberdade”: “[...] topamos com as

²³ Mitra era uma divindade indo-iraniana cuja referência mais antiga remonta ao II milênio a.C. O culto surgiu na Índia, tendo se difundido pela Pérsia e mais tarde pelo Médio Oriente. Segundo as imagens dos templos e os escassos testemunhos escritos, o Deus Mitra nasceu perto de uma fonte sagrada, debaixo de uma árvore sagrada, a partir de uma rocha (*a petra generatriz*). Mitra é por isso denominado de *petra natus*. No momento do seu nascimento, trazia na cabeça o barrete frígio, uma tocha e uma faca. Foi adorado pelos pastores pouco tempo depois do seu nascimento. No 1º século a.C., em Roma, representava o Deus da luta e o protetor dos soldados. Nessa época, Cícero, pensador do final da República Romana, discursava sobre Liberdade e Cidadania. Período também marcado por lutas entre patrícios e plebeus, em que estes últimos reivindicavam seus direitos civis. (WILKINSON, 2002, p. 27; FUNARI, 2010, p. 51).

três estátuas: a da Liberdade que encimava o chafariz, a do Rio Jacuhy e do Rio dos Sinos. [...]” (CORREIO DO POVO, 29 nov. 1924, p. 4).

Em outra carta enviada ao jornal *Correio do Povo* em 1925, redigida por um cidadão identificado com as iniciais A. L., também há essa referência:

A mais bela idealidade de nossa gente passada! É o único monumento, talvez, que a monarchia, tão democrática, nos legou cultuando os ideaes republicanos rio-grandenses. Nelle a estátua da Liberdade, coifada com o barrete phrygio, proclama as nossas ideas libertarias; ao redor, emblemas não monarchios, diziam o que aquela geração pensava sobre a tyrannia de todos os déspotas (CORREIO DO POVO, 12 abr. 1925, p. 13).

Pode-se observar que a presença do termo barrete frígio traz nessas narrativas a ideia de Liberdade e sua presença nesse monumento está sendo atribuída “ao culto dos ideais Republicanos Rio-Grandense” em oposição aos emblemas monárquicos.

Dessa forma, conforme diz Carvalho (2009) o barrete frígio, também chamado de barrete da liberdade, representado por uma espécie de touca, foi, primeiramente, utilizado pelos habitantes de Frígia (atual Turquia). E, que durante a Revolução Francesa, o barrete frígio foi usado na cor vermelha pelos *sans-culottes*²⁴, passando a simbolizar a luta pela Liberdade, Direitos Humanos e pela República (CARVALHO, 2009).

No Rio Grande do Sul, durante a Guerra Farroupilha (1835-1845), o barrete frígio também esteve presente. Conforme Fagundes (1986) na indumentária²⁵ dos

²⁴ *Sans-culottes*: “foi a denominação dada pela aristocracia francesa ao grupo formado pelas classes mais pobres da sociedade parisiense (artesãos, pequenos, proprietários, trabalhadores, entre outros). Esse termo tem origem nas vestimentas usadas por esse grupo na época da Revolução Francesa. Na França de finais do século XVIII, os homens da nobreza e das camadas sociais mais altas usavam os *culottes*, calças curtas e justas, que chegavam até a altura do joelho, onde eram amarradas. Já os *sans-culottes*, a partir de 1792, eram identificados pelo barrete vermelho, o casaco estreito e calças largas. Dessa forma, a indumentária passou a ter um significado político. Os *sans-culottes* lutavam *pelos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade* e defendiam o fim da Monarquia e a instituição de uma República” (HUNT, 1997, p. 22-25).

²⁵ “Na França Republicana, as roupas não perderam seu significado político e essa tendência também foi estendida aos objetos (cama, porcelanas, entre outros) do espaço privado, que apresentavam a “marca do ardor revolucionário”. A Liberdade, a Igualdade, a Prosperidade, a Vitória, sob a forma de jovens deusas encantadoras, enfeitavam os espaços da burguesia republicana. Como, por exemplo, no Calendário Republicano do ano III, 1794, desenhado e

farrapos (designação dada aos integrantes vinculados ao Partido Liberal Rio-Grandense que faziam oposição ao governo central), o lenço no pescoço aparece como um distintivo político usado pelos integrantes desse movimento e se constituiu em um dos maiores símbolos dessa revolução. Nele, há, entre outros, a figura do barrete frígio na cor vermelha. A frase que consta nesse lenço também se refere à ideia de liberdade: “Nos ângulos do Continente, o pavilhão tricolor, se diviza sustentando por liberdade e valor” (FAGUNDES, 1985, p. 16-17).

Nesse contexto, é importante ressaltar que embora haja a presença desse símbolo no lenço dos farrapos, bem como a aclamação por Liberdade²⁶, a Guerra Farroupilha, de acordo com Maestri (2003), “[...] foi um movimento elitista no qual os liberais radicais sulinos reivindicavam autonomia federativa²⁷, e, a seguir a república separatista”. Ainda conforme esse autor, “[...] os farroupilhas jamais foram revolucionários, numa concepção marxista, ou reformistas sociais. Os principais chefes farroupilhas eram ferrenhos escravistas” (MAESTRI, 2003, [online]).

Então de que Liberdade estamos falando? Conforme Arendt (2013, p. 201), “[...] é difícil falar de política e seus princípios sem falar em alguma medida às experiências da Antiguidade Grega e Romana”, pois

[.] nessas antigas comunidades a relação entre liberdade e política foram fundadas com o propósito expresso de servir aos livres – aqueles que não

impresso em gravura por P. L. Debucourt, aparece a Filosofia portando o barrete frígio e reestabelece a ordem da natureza” (HUNT, 1997, p. 28-29).

²⁶ Cfe. Arendt (2013, p. 192), “em todas as questões práticas, em especial nas políticas, temos a liberdade humana como uma verdade evidente por si mesma, e é sobre essa suposição axiomática que as leis são estabelecidas nas comunidades humanas, que decisões são tomadas e que juízos são feitos. O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política [...] devemos ter sempre em mente, ao falarmos do problema da liberdade, do problema da política e o fato do homem ser dotado com o dom da ação; pois ação e política [...] são as únicas coisas que não poderíamos conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade, é difícil tocar em um problema político particular [...] sem tocar em um problema de liberdade humana. A liberdade [...] não é apenas um dos inúmeros problemas e fenômenos da esfera política propriamente dita, tais como a justiça, o poder ou a igualdade; a liberdade que só raramente em épocas de crise ou de revolução, se torna alvo direto da ação política, é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d’être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é ação”.

²⁷ Cfe. Padoin (2005, p. 98), o fracasso das tentativas das reformas constitucionais levou à desilusão das elites regionais que não participavam diretamente do centro de decisões e do poder no Brasil. A partir disso, ocorreram diversas rebeliões e guerras civis, como a Revolução Farroupilha (1835-45), e, em 1836, houve a proclamação da República Rio-Grandense, com uma proposta federalista e republicana.

eram escravos, sujeitos à coerção por outrem, nem trabalhadores sujeitados pelas necessidades de vida. [...] o político no sentido da *polis* e sua finalidade ou *raison d' être* seria estabelecer e manter em existência um espaço em que a liberdade, enquanto virtuosismo, pudesse aparecer. E é este âmbito que a liberdade se constitui uma realidade concreta, tangível em palavras que podemos escutar, em feitos que podem ser vistos, em eventos que são comentados, lembrados e transformados em estórias antes de incorporarem por fim ao grande livro da história humana (ARENDRT, 2013, p. 201)

Com isso, pode-se dizer que o ideal de Liberdade “coifado com o barrete frígio”, presente em uma das estátuas que compunha o Chafariz Imperador, pode ser visto como uma Liberdade em busca de uma autonomia político-econômica em benefício de certos grupos sociais. Refere-se, assim, a ideia de “servir aos livres”, no mesmo entendimento dos princípios estabelecidos na antiguidade greco-romana conforme visto em Arendt (2013), pois, como vimos em Maestri (2003), os líderes farrapos eram escravistas. Dessa forma, considerando as matérias que foram publicadas no jornal *Correio do Povo*, apresentadas neste subcapítulo, pode-se afirmar que esse conjunto escultório, além de simbolizar uma homenagem ao sistema hidrográfico de Porto Alegre, simbolizou uma homenagem ao movimento de 1835.

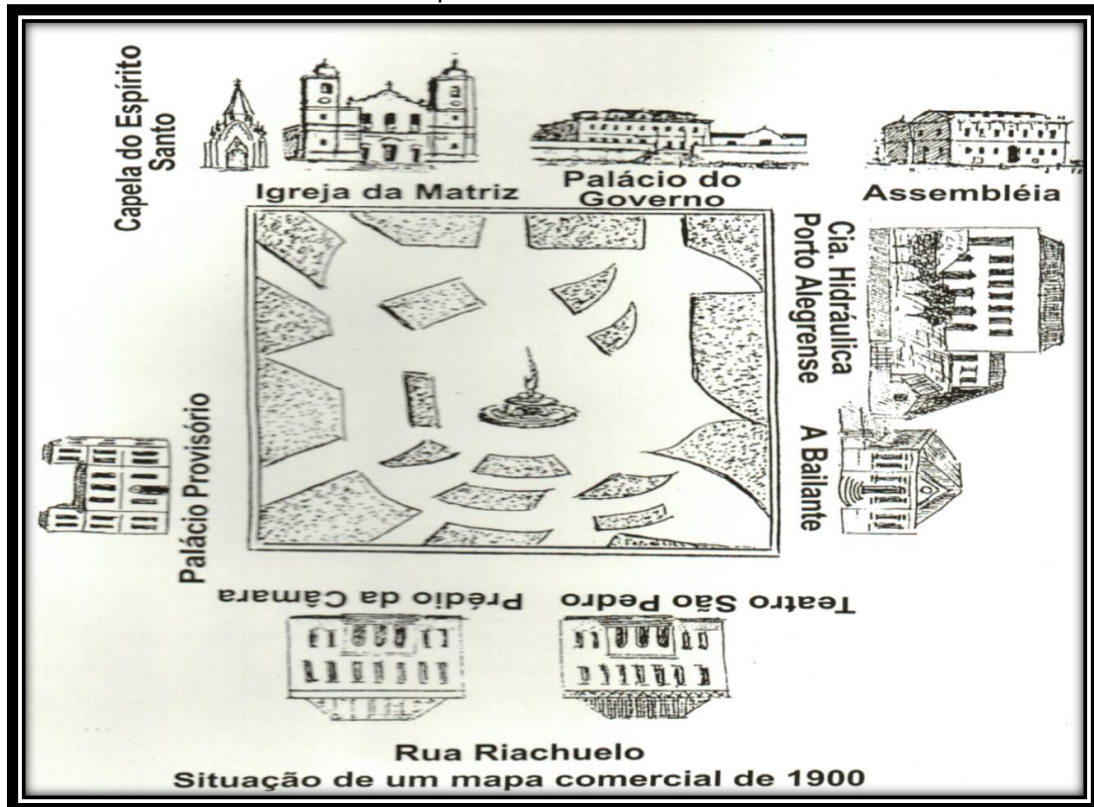
3.2 O Chafariz Imperador no período de 1867-1906

Nesse período, o Chafariz Imperador permaneceu instalado na Praça da Matriz, que, nessa época, já era onde o coração cívico da cidade, assim como o local onde residia a população mais nobre. Essa Praça teve vários nomes (Praça do Novo Lugar, Praça D. Pedro II, Praça Marechal Deodoro), mas, em 1772, quando foi construída a primeira Igreja da Matriz, o local ficou conhecido como Praça da Matriz e até hoje é o nome mais aceito (FRANCO, 2006, p. 132).

No desenho elaborado pelo pesquisador Hélio Ricardo Alves, publicado no livro *Porto Alegre foi assim*, é possível ver a localização do centro cívico, com os palácios que abrigam cada um dos três poderes estaduais, a Igreja Matriz e a Capela do Espírito Santo, o Theatro São Pedro, a Sociedade Bailante, o prédio da

primeira Companhia Hidráulica da Capital e, ao centro da Praça, o Chafariz Imperador.

Fig. 29 - Recorte da página 63 do livro *Porto Alegre foi assim*, de autoria de Hélio Ricardo Alves, publicado em 2001.



Fonte: ALVES, Hélio Ricardo. *Porto Alegre foi assim*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

Na figura 30, observa-se a Praça da Matriz toda enfeitada para a festa anual do Divino Espírito Santo.

Fig. 30 - Praça da Matriz. Porto Alegre. [ca.1870].



Fonte: Acervo do AHRGS

No período entre 1881-1884, a praça foi arborizada e ajardinada. E, em 1885, recebeu a estátua em homenagem ao Conde de Porto Alegre (FRANCO, 2006, p. 132). Detalhes que podem ser vistos na fotografia panorâmica da praça.

Na figura 31, vê-se a Praça da Matriz arborizada, e, ao centro, o Chafariz Imperador.

Fig. 31 – CALEGARI, V. Praça da Matriz. Porto Alegre. [ca. 1885].



Fonte: Acervo do AHRGS

Nas figuras 32 e 33, encontra-se o Chafariz Imperador, em meio às árvores.

Fig. 32 – Chafariz Imperador. Praça da Matriz. Porto Alegre. [ca. 1885].



Fonte: Acervo do AHRGS

Fig. 33 – Chafariz Imperador. Praça da Matriz. Porto Alegre. [ca. 1885].



Fonte: Acervo do MJJF

Na figura 34, observa-se a Praça da Matriz toda remodelada, já com a estátua do Conde de Porto Alegre.

Fig. 34 – FERRARI & IRMÃO. Praça Pedro II. Porto Alegre (RS). [ca 1885].



Fonte: Acervo do MJJF

No seguimento, na figura 35, outra imagem do Chafariz com algumas pessoas posando para fotos.

Fig. 35 - Chafariz Imperador, Praça da Matriz. Porto Alegre (RS). [ca. 1885].



Fonte: Acervo do MJJF

Nesse contexto, o Chafariz passou a fazer desse espaço urbano interagindo com a população que por ali passava, posava para fotos ou até mesmo namorava, ou para aqueles que participavam das festas anuais em comemoração ao Espírito Santo, bem como para outros que para lá se dirigiam apenas para comprar água.

Em um trecho de uma reportagem publicada no jornal *Correio do Povo* em 1924, intitulada: “Um trecho do passado que revive. A história de um soberbo Chafariz. Das tristezas do abandono a recordação reabilitadora dos dias de hoje”, há uma passagem em que o autor ressalta a beleza do Chafariz Imperador, bem como alguns momentos em que é possível verificar essa interação.

A tradição do chafariz. Entre os chafarizes que embelezam as praças de Porto Alegre, levava a palma pelas suas linhas escuras e graciosas, talhadas no mármore de Carrara, aquele que se erguia, ocupando a parte central na Praça da Matriz, a frente da estátua do conde de Porto Alegre. O chafariz não contava ainda com uma longa história, pois não chegou a completar meio século de existência, mas a na cidade que ia surgindo é bem possível que houvesse presenciado cenas singelas, carícias da juventude, magoas e dores... Ficava ali a poucos passos da velha Matriz e do velho Palácio do Governo, e, entre ambos, parecia sorrir quando a água saltava em repuxos [...] Cantava talvez a glória de sua mocidade ao Palácio que estava para ser derrocado e ao templo que havia de ser transformado, mas não alcançava que os seus dias já estavam prestes a terminar! (CORREIO DO POVO, 28 nov. 1924, p. 3).

Pode-se perceber que o autor traz representações das quais o Chafariz foi “testemunha” de “cenas singelas, carícias da juventude, mágoas e dores...” e, faz uma referência ao tempo, ou seja, a época na qual houve o fim da Monarquia e a

instauração da República, na qual houve uma série de transformações na paisagem urbana da Capital que resultou, também, na retirada do Chafariz Imperador, como veremos a seguir.

3.3 A retirada do Chafariz Imperador da Praça da Matriz em 1907

Em 1903, uma forte comoção toma conta do Estado em virtude da morte de Júlio Prates de Castilhos, e, a partir desse acontecimento, várias homenagens póstumas são celebradas em todo Estado. Nessa época, Borges de Medeiros, Governador do Estado, juntamente com a Assembleia Legislativa, decide erigir dois monumentos em homenagem póstuma ao morto: um no cemitério e outro na Praça Marechal Deodoro. Nesse mesmo ano, o Intendente José Montauray comunica ao Conselho Municipal, a respeito dessas decisões, conforme consta na citação abaixo, extraída do jornal *A Federação*:

A patriótica Assembleia dos Representantes do Estado, [...] autorizou ao benemérito governo do Estado, a abrir os créditos necessários para o levantamento de um monumento no santo lugar em que repousa o seu sagrado corpo e para a ereção na praça Marechal Deodoro de Porto Alegre de uma estátua que traduza o reconhecimento público dos contemporâneos [...] (MENSAGEM do Intendente José Montauray ao Conselho Municipal. *A Federação*, nov. 1903, p. 2.)

Para fazer esses dois monumentos, o Governo decide contratar o artista positivista Décio Villares. Em dezembro de 1903, o artista envia uma carta de agradecimento ao então Presidente do Estado – Borges de Medeiros, em que também ressalta que tem ciência que a escolha de seu nome foi pela razão de ser adepto da doutrina positivista e não por seus méritos artísticos. Abaixo, citamos uma parte do texto da Carta enviada por Décio a Borges de Medeiros, publicada no jornal *A Federação*.

Ilustre cidadão presidente do Estado do Rio Grande do Sul, dr. Borges de Medeiros – Venho cumprir o dever de agradecer-vos a escolha que de mim fizestes para organizar os projetos de um monumento que, nesta Capital, perpetuou os inestimáveis serviços do dr. Júlio de Prates de Castilhos [...] estou bem certo que não foram os meus méritos artísticos que determinaram a preferência [...] com que me distinguistes: antes deve ter atuado em causa elevado espirito a consideração da imortal doutrina que inspira os meus trabalhos [...]. (A FEDERAÇÃO, 25 dez. 1903, p. 13).

Na Praça da Matriz, Décio Villares projetou um monumento que fosse único e soberano para habitar aquele espaço público. Dessa forma, o Chafariz Imperador é removido em 1907, e a estátua do Conde de Porto Alegre, em 1912. Entretanto, essa situação antes de se concretizar gerou polêmicas, fato que fez com que a estátua do Conde permanecesse por mais alguns anos no seu local de origem. Nessa época, cogitava-se que a estátua do Júlio poderia ser erigida na Praça Senador Florêncio.

Em abril de 1904, Otávio Rocha publica um artigo no jornal *A Federação*, ressaltando, entre outros, a importância da ereção de uma estátua em homenagem a Júlio de Castilhos, pois, segundo ele, é através dela que se “[...] perpetuará através do tempo a memória do Chefe Idolatrado do Partido Republicano”. Também salienta que a estátua deveria ser erigida na Praça Marechal Deodoro, pois foi nessas imediações que Júlio de Castilhos viveu e conviveu (A FEDERAÇÃO, 07 abr., 1904).

Já o Intendente José Montauray não teve dúvidas de que o local a ser erigida a estátua seria na Praça Marechal Deodoro. Em fevereiro de 1904, inicia as obras neste local para tal finalidade, conforme consta no jornal *A Federação*: “Os melhoramentos a Praça Marechal Deodoro são subordinados ao fim de adaptá-la a receber o monumento à memória do Chefe” (A FEDERAÇÃO, 26 fev., 1904).

Assim, em outubro de 1907, o Intendente encaminha um ofício à Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, solicitando a remoção do Chafariz da Praça Marechal Deodoro. A Companhia acata o pedido do Intendente e guarda o Chafariz em seu depósito. A declaração feita pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, publicada no jornal *A Federação*, diz que:

Havendo sido escolhida a Praça Marechal Deodoro para nela construir o monumento glorificador do primeiro presidente constitucional do Estado, dr. Júlio Prates de Castilhos, o sr. Intendente Municipal solicitou, em ofício n. 97 de 8 de outubro do ano passado que fosse retirado do centro daquela praça o chafariz de mármore, pertencendo a companhia. A remoção teve lugar com a possível brevidade, sendo guardado o chafariz no depósito de nossos materiais. A direção. (A FEDERAÇÃO, 24 ago. 1908, p. 12)

Após a retirada do Chafariz, as discussões quanto ao local a ser erigido o monumento continuam devido aos interesses de Décio Villares em retirar também a estátua do Conde. Em novembro de 1909, o artista encaminha uma carta ao Presidente do Estado – Carlos Barbosa Gonçalves –, justificando sua escolha pela

Praça Marechal Deodoro, bem como sua posição quanto à transladação de um “modesto monumento do valoroso” Conde de Porto Alegre para outra praça.

Dessa forma, em janeiro de 1910, o jornal *A Federação* publica uma notícia informando que a estátua do Conde não seria transferida: “O monumento do nosso saudoso Chefe, dr. Júlio de Castilhos, está em vias de ser começado. [...] o monumento vai ser colocado na praça Deodoro, sem se tocar na estátua do Conde de Porto Alegre [...]” (A FEDERAÇÃO, 29 jan. 1910).

Entretanto, as discussões quanto ao local em que deveria ser erigida a estátua do “Chefe” somente tem fim quando, em setembro de 1910, o Presidente do Estado decide o local que o monumento deveria ser instalado, após ter ouvido as argumentações de Décio Villares. Abaixo, um trecho da Mensagem de Carlos Barbosa:

Depois de ouvido o autor do monumento ao Patriarca do Rio Grande do Sul, ficou definitivamente resolvido ser ele levantado à praça Marechal Deodoro, estando já em obras o pedestal. Para maior realce desta soberba obra d’arte, prepara a Secretaria respectiva um projeto de modificação da mesma praça, cujo embelezamento será ponderável (MENSAGEM do Presidente do Estado – Carlos Barbosa Gonçalves – 20 set. 1910).

Em outubro de 1912, ocorre uma grande homenagem em virtude da transladação da estátua do Conde para a Praça que levava o seu nome. O Intendente José Montaury, considerando que o Império deu ao General o referido título de Conde de Porto Alegre em razão dos serviços prestados por esse à Corte e que o ilustre General rio-grandense é conhecido pelo povo brasileiro, decreta que a Praça General Marques passa a ser denominada de Praça Conde de Porto Alegre. E, assim sendo, decreta que a estátua deveria ficar na Praça que levava o seu nome. No dia da inauguração da transladação, a Condessa não compareceu à solenidade e se fez representar por seu genro Wenceslau Zielinsky, engenheiro, funcionário da Secretaria de Obras Públicas. (A FEDERAÇÃO, 14 out., 1912). E foi assim que, finalmente, a estátua do Chefe ficou “esteticamente harmonizada” com o ambiente da Praça Marechal Deodoro perpetuando-se até os dias de hoje.

4 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO CHAFARIZ IMPERADOR – 1907-2013

Como foi descrito anteriormente, em 1907 a Cia. Hidráulica, atendendo ao pedido do Intendente José Montaury, retira o Chafariz Imperador e o armazena no

depósito da Companhia. Nesse, as suas peças ficaram depositadas, até o segundo semestre de 1924, quando a direção da Cia. Hidráulica decide vendê-las. A partir dessa situação, certos grupos sociais dão início a um movimento em defesa da preservação desse Chafariz.

Pode-se dizer que esse movimento começou a partir da iniciativa de um cidadão que enviou ao jornal *Correio do Povo* algumas informações a respeito do Chafariz Imperador na qual ressaltava a importância da presença desse monumento na paisagem da cidade como um elemento patrimonial integrante da história e da cultura de parte da sociedade porto-alegrense. Com a publicação dessas matérias nesse jornal entre o final de 1924 e início de 1925, houve o envolvimento parte da população ativa e do alto escalão das autoridades municipais, assim como de alguns líderes da Igreja Católica.

4.1 O movimento pela preservação do Chafariz Imperador no período 1924-1936

Na década de 20, Porto Alegre foi administrada pelo Intendente Otávio Rocha (1924-1928), que, no campo administrativo, deu continuidade às obras de embelezamento urbano de seu antecessor. Em 1927, ele reedita o Plano Geral de Melhoramentos e Embelezamento da Capital de 1914, a partir de projetos elaborados por diversas subcomissões por ele nomeadas (MONTEIRO, 1995).

Já no campo político e social, a situação modificava-se, pois, embora Otávio Rocha representasse o continuísmo e a legitimação institucional do sistema político articulado pelo PRR, o Pacto de Pedras Altas²⁸ vem consolidar, entre outras, uma ruptura no sistema de indicação de nomes para a Intendência e para o Estado, e, dessa maneira, as lideranças políticas se voltam para integrarem-se com os setores

²⁸ O acordo de Pedras Altas pôs fim à luta armada entre o PRR e oposição, e obrigara a reforma da Constituição de 1891, alterando de vez a continuidade administrativa do PRR vetando a reeleição do presidente do Estado e do intendente para mandatos consecutivos. Nas eleições que sucederam o PRR elege seus candidatos. Otávio Rocha e seu vice, Alberto Bins, assumem um compromisso com os interesses da burguesia comercial e industrial para gerar o desenvolvimento econômico de Porto Alegre, direcionando suas ações políticas no espaço urbano a fim de promover os meios para o desenvolvimento capitalista de Porto Alegre. As ampliações dos contatos com o mercado internacional e o desenvolvimento econômico colocavam a elite econômica diante de novos padrões de vida e de consumo que geraram um novo modo de viver e de pensar a cidade. Novos padrões de conduta e sociabilidade, isto é, uma nova estética do viver do espaço público, impulsionou a criação de novos espaços urbanos (parques, praças, avenidas), ocorrendo, assim, a remodelação dos antigos espaços com a imposição de um novo modelo (MONTEIRO, 1995, p. 53-54).

sociais emergentes, adequando os mecanismos de legitimação do poder institucional junto aos grupos sociais urbanos (MONTEIRO, 1995; PACHECO, 2005).

Nesse contexto, Otávio Rocha convoca certos segmentos da sociedade para participar das subcomissões de estudos de melhoramentos. Essas subcomissões que foram integradas por representantes da sociedade sem vínculos com o órgão público municipal foram chamadas de “subcomissões extraoficiais” (A FEDERAÇÃO, 31 out. 1924, p. 1).

A comissão incumbida de rever os projetos para o plano de melhoramentos da Capital foi instalada oficialmente em 31 de outubro de 1931 (A FEDERAÇÃO, 31 out. 1924, p. 1). A subcomissão de embelezamento ficou com a tarefa de estudar o ajardinamento e a arborização da cidade.

O jornal *Correio do Povo* de 4 de dezembro 1924, na página 5, publicou os nomes dos integrantes dessa subcomissão extraoficial. Dentre esses, chama-se a atenção para Alexandre Alcaraz – diretor do jornal *Correio do Povo*²⁹ – que fazia oposição ao jornal *A Federação*, do PRR. Além disso, nessa época, João Obino, filho de Giussepe Obino, era diretor desse jornal. Pois foi para o *Correio do Povo* que um cidadão porto-alegrense escreve uma carta pedindo ajuda para salvar o Chafariz Imperador, como a seguir se relata.

Após a retirada do Chafariz Imperador da Praça da Matriz pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, que assim procedeu em atendimento ao pedido feito pelo Intendente José Montauray, ele ficou nos depósitos da Companhia até 1924, quando foi vendido por esta ao Sr. Carlos Zielinsky, marmorista, que pretendia transformar as peças do monumento em pó para aproveitar o mármore de Carrara.

Esse fato veio a público graças a uma carta publicada pelo jornal *Correio do Povo* na edição de 26 de novembro de 1924, intitulada “Um Chafariz tradicional”, cuja autoria foi mantida em sigilo, mas revelava que era uma pessoa de destaque no meio social. A carta fazia um apelo no sentido de impedir que o antigo Chafariz que embelezava a Praça da Matriz fosse demolido, e denunciava que ele estava sendo vendido a um canteiro de obras de um cemitério.

Na carta, consta o seguinte:

²⁹ No período entre 1906-1931, João Obino, filho de José Obino (1835-1879), foi gerente do jornal *Correio do Povo*.

Meu caro Sr. Redator do Correio do Povo: [...] Lembra-se V.M. Sr. Redator daquele primoroso chafariz, do tempo em que ainda Porto Alegre não era cidade de que falava o profeta “*invia et inaquosa*” e que encantava a todos que os que procuravam a bela Praça da Matriz. Era uma obra belíssima cortada no mármore. As cândidas nymphas mergulhando na água cristalina: os cavalos marinhos, fogosos, os jorros finos que abriam ao descambar do sol, um gracioso arco-íris, foram, certa feita, vítimas do camartelo. [...] o famoso monumento deixou de existir quando a cidade veio a se despir de árvores, de flores, de chafarizes. E aquele êmulo de Bernini, da Piazza Navona, de Roma, e que representava os nossos cinco rios, aquele que hoje valeria muitas dezenas de contos, acaba de ser vendido a um canteiro de cemitério pela insignificante importância de dois contos de reis, como mármore velho e imprestável! Oh! triste condição das cousas. Fale Sr. Redator diga alguma coisa à Comissão de Remodelamento da Capital [...] e não permita que o ímpio serrote [...] cumpra sua triste sina de dividir aquele bloco de arte. Que volte novamente com a nova cidade! (CORREIO DO POVO, 26 nov. 1924, p.3).

Na próxima edição, 28 de novembro de 1924, o *Correio do Povo*, através do artigo intitulado “Um trecho do passado que revive. A história de um soberbo Chafariz. Das tristezas do abandono a recordação reabilitadora dos dias de hoje”, apresenta uma matéria investigativa feita pelo redator do *Correio* em relação às denúncias da carta publicada no dia anterior. Nela, o redator informa que atender ao apelo da carta recebida no dia anterior era para ele “um gesto natural”. Dessa forma, o *Correio* foi investigar os fatos acontecidos: “saber da sorte que aguardava o tradicional chafariz, ornamento único da Praça da Matriz, em seu tempo”. O primeiro contato foi feito com a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, a qual informou que a diretoria resolveu se desfazer do Chafariz, pois “de nada lhe adianta aquele trambolho” e, assim, “o trambolho foi oferecido a várias marmoristas”. “É de pasmar! Por trambolho era tida uma obra unanimemente apreciada. Nem ao menos seu valor histórico inspirava admiração. Tinha ficado resolvido a sua venda e era o bastante”, relata o redator do artigo. Segundo ele, “se ao menos tivessem chamado algum concorrente ou colecionador que se interessasse pelo destino do tradicional chafariz [...] mesmo a edilidade, compadecendo-se da sorte de um monumento que diz respeito ao passado da cidade, poderia adquiri-lo”, pois “é natural que assim tivesse acontecido, ao menos ao culto das cousas do passado” (CORREIO DO POVO, 28 nov. 1924, p. 6).

O próximo contato foi feito com Carlos Zielinsky, “o marmorista estabelecido na Lomba do Cemitério n. 39, que acabava de comprar o Chafariz”. No local, Zielinsky mostrou que as principais peças estavam intactas e que iria aproveitá-las para fazer mausoléus e outros monumentos, entretanto, se aparecesse algum

comprador, ele poderia montar o chafariz. O redator observou que as cinco peças representando os rios estavam em bom estado, assim como as duas bacias. Somente “a central representando a ‘Liberdade’ tem o antebraço esquerdo partido”. Pelo total das peças que se encontravam intactas, Zielinsky afirmou ao redator a possibilidade de remontar o Chafariz (CORREIO DO POVO, 28 nov. 1924, p. 6).

Após o relato dessas visitas, o redator também faz uma breve explanação sobre os outros Chafarizes de ferro que existiram nas praças da cidade e, segundo ele, esses não eram “tão preciosos como o da Praça da Matriz” porque “a feição do bronze, que se dera, representava obra da indústria de ferro fundido em que eram vasados” e que “talvez por isso, através de suas vicissitudes, quando foram deixados à margem, transportados para outros pontos, ou atirados como ferro velho aos depósitos, não houve ninguém que se condoesse com a triste sorte que os esperava” (CORREIO DO POVO, 28 nov. 1924, p. 6).

Para terminar essa matéria, o redator foi buscar com o fotógrafo Jacintho Ferrari uma foto do Chafariz para publicar no *Correio* e “brindar seus leitores com essa interessante reminiscência”. Ferrari, ao olhar a fotografia, comenta que: “A Praça, naquele tempo era, como vê, despida de qualquer ornamento. Unicamente o chafariz quebrava essa monotonia, pois de fato era uma obra digna de ser admirada” (CORREIO DO POVO, 28 nov. 1924, p. 6).

Essas duas publicações dão início a uma campanha para salvar o monumento da destruição. Na edição do *Correio do Povo* de 29 de novembro de 1924, o autor da carta que deu início as denúncias informa que foi surpreendido pela repercussão que sua carta teve e também pela participação da população. Nessa nova carta enviada ao redator do *Correio do Povo*, intitulada “Apreciação do importante monumento”, ainda mantendo sigilo em relação ao autor, há informações extremamente importantes que revelam detalhes sobre as estátuas, como também outras relacionadas a esse desfecho.

A carta inicia dizendo o seguinte: “Quando escrevi aludindo ao crime de lesa-arte que se estava cometendo, não avaliava o grito de revolta que a nossa população ia lançar”, e, assim que o autor soube pela reportagem do *Correio do Povo* que as estátuas estavam intactas, dirigiu-se imediatamente a Lomba do Cemitério, mas, para sua surpresa quando chegou lá, várias outras pessoas tiveram a mesma ideia, fato que constrangeu o próprio marmorista. Carlos Zielinsky “é o primeiro a estar espantado com a aquisição feita”, pois ele declara que: “comprei

tudo isso como mármore velho; umas sete toneladas por dois contos e quinhentos, quando o mármore bruto importado atualmente da Itália, vale de um conto e quinhentos a dois contos a tonelada!” (CORREIO DO POVO, 29 nov. 1924, p. 4).

Após esse contato inicial com o dono da marmoraria, o autor da carta começa a examinar peça por peça, descrevendo-as com detalhes³⁰, e ao mesmo tempo tentando convencer o marmorista a não “restaurá-las”. Ao examinar a estátua em homenagem ao rio *Jacuchy*, ele descobre no remo, já quebrado, parte do nome do autor, “Ormilli”, e, dessa maneira, infere que essa inscrição basta como prova de que essa obra tem autoria e não se refere uma simples produção feita industrial. A seguir, cita-se parte dessa matéria:

[..] o Rio Jacuchy que formoso bloco! O mytho sentado, com o búzio, à mão esquerda, tendo a dextra o remo, olha com o semblante clássico, para i infinito, enquanto a cabeça robusta está coroada de louros. O remo, infelizmente quebrado, conserva ainda as sílabas finais do nome do autor: Ormilli fecit, na língua clássica da arte. Ormilli – fez! Que sílabas faltarão para completar o nome do autor? Certamente os documentos existentes no arquivo proprietário originário há de declarar; mas este trecho de inscrição basta para provar que o bloco está muito longe do trabalho venal da indústria.

[...] a bacia menor, do alto do chafariz e o plinto, um soberbo plinto, quadrado com os “Mascheroni”, por onde também jorrava a água. A outra bacia que repousava no plinto está deitada [...] em direção a um galpão [...] perfeitamente trabalhada, ao longo de sua beira, de quando em quando, uns delfins, de cabeça esculpura com gosto, escancaravam as guelmas, por onde jorrava outrora a água. [...] a bacia térrea estava empilhada num canto. [...] no grande “atelier” topamos com as três estátuas: a da Liberdade que encimava o chafariz, a do Rio Jacuchy e do Rio dos Sinos. [...] As duas últimas estátuas: o Rio Gravatahy, na figura vigil de um deus e a graciosa e meiga figura de mulher que representa o Rio Cahy. (CORREIO DO POVO, 29 nov. 1924. p .4).

No final desse artigo, o autor da carta tenta conversar com o marmorista a fim de persuadi-lo a deixar as peças como estão; o marmorista informa que estava desistindo de dividir o monumento, como era sua intenção, devido à quantidade de pessoas que aparecem para ver o monumento. Então, o autor da carta pergunta se Zielinsky comprou para outro uso e a partir da resposta descobre que as peças estavam abandonadas no interior da Cia. Hidráulica e que, depois de procurar vários

³⁰ Na citação acima, descreve-se parte da matéria que revela informações importantes a respeito do Chafariz Imperador. Trata-se de uma detalhada descrição feita por alguém em contato direto com as peças que formavam o conjunto no todo e que ficou registrado somente nessa edição do *Correio do Povo*, não havendo sido encontrada na pequena bibliografia existente sobre esse monumento. Depois dessa matéria, somente em 2004 é que se teve notícias sobre a estátua do Guaíba.

compradores, “foi seu próprio diretor, Sr. Barbedo, que lhe ofereceu” (CORREIO DO POVO, 29 nov. 1924, p. 4).

Antes de encerrar a sua visita, o autor da carta descobriu que o marmorista já havia recebido várias ofertas de compra e visitas, como de um padre Diretor das obras da Nova Catedral, um oficial da Brigada Militar, dois jovens, e todos o aconselharam para que não “melhorasse” as obras.

Contudo, nessa edição do *Correio do Povo*, na mesma página, o jornal anunciava uma boa notícia com o artigo intitulado: “Um trecho do passado que revive. A municipalidade vai adquirir o Chafariz da Praça da Matriz”. A nota informa que o intendente Otávio Rocha foi procurado pelo Monsenhor Mariano da Rocha, pelo vigário geral da Arquidiocese e pelo cônego João Maria Balen, na tarde do dia 28 de novembro de 1924, para pedir ao intendente “sua alta proteção em prol desse ornamento da cidade”. O intendente diz que acompanhava de perto a campanha feita pelo *Correio do Povo*, e mandou chamar o engenheiro Sylvio Brum, Diretor da Hidráulica Municipal, orientando-o a negociar com o marmorista. Ao despedir-se dos representantes religiosos, Otávio Rocha disse a seguinte frase: “devemos evitar que o martelo iconoclasta destrua essa obra de arte” (CORREIO DO POVO, 29 nov. 1924, p. 6).

Mas o autor que enviou a primeira carta ao *Correio do Povo* faz outros questionamentos e escreve outra carta, divulgada por esse jornal em 02 de dezembro de 1924, intitulada: “Um trecho do passado que revive. O Chafariz pertencia ao Estado?”. Nela, o autor revela as letras iniciais de seu nome Dr. F.M.D. e faz importantes questionamentos a respeito do chafariz e seu pertencimento ao patrimônio artístico. Para ele, esse seria o momento ideal para discutir essas questões com o poder público, uma vez que “a obra primorosa já estava afastada de qualquer profanação”. De acordo com ele, depois que a Companhia Hidráulica cumpriu a cláusula do contrato com o Governo da Província instalando oito chafarizes em logradouros públicos, “a companhia não tinha mais direito, o chafariz artístico passava a pertencer à nossa terra, a nossa cidade, a nosso patrimônio artístico” [...] “o chafariz deve pertencer à comunhão social”, pois “o patrimônio artístico é social, é inalienável, é da coletividade embora algumas vezes esteja sob a guarda do indivíduo, do particular, de uma família ou de uma associação” (CORREIO DO POVO, 02 dez. 1924, p. 6).

A partir desses questionamentos, pode-se observar um dos primeiros movimentos referentes a preocupações em relação ao patrimônio artístico e sua preservação, bem como quanto à sua relação de pertencimento com a paisagem da cidade e a memória social.

O Dr. F.M.D. encerra a carta pedindo que a Companhia Hidráulica explique seus atos e, para sanar “tal atitude inconsiderada”, ofereça “como um gesto nobre pagar a importância dispendida pelos cofres municipais” e “assim secundará os esforços de nosso operoso intendente em prol da remodelação da Capital” (CORREIO DO POVO, 02 dez. 1924, p. 6).

Nesse trecho de encerramento da carta, observa-se uma tentativa do Dr. F.M.D. em responsabilizar a Cia. Hidráulica pela venda das peças do Chafariz. Responsabilidade essa que poderia ser redimida se ela ressarcisse aos cofres públicos o valor dispendido pela administração pública na compra das peças do chafariz, que estavam em poder do Sr. Zielinsky. Também se observa, pela primeira vez, um elogio aos esforços do intendente e sua política de remodelação.

Em 02 de dezembro de 1924, o *Correio do Povo* informa que o marmorista Carlos Zielinsky, em negociações com Sylvio Brum, acertou a venda do Chafariz para a municipalidade. E que seria Sylvio Brum também encarregado de escolher um local para colocá-lo. Em 03 de dezembro de 1924, é publicada uma nota no *Correio do Povo* informando sobre o embelezamento do largo em frente ao Palácio Municipal, que seria em forma de elipse e acomodaria o Chafariz Imperador.

O embelezamento da Praça Montevideo: O dr. Otávio Rocha, Intendente Municipal, resolveu mandar ajardinar e embelezar o grande largo fronteiro à Intendência Municipal, denominado praça Montevideo. [...] O plano desse melhoramento, que muito contribuirá para dar a Porto Alegre o aspecto que mercê, obedecerá a uma elipse. Ao centro será colocado o famoso chafariz, de que nos temos ocupado, em sucessivas edições, e que, em boa hora, foi adquirido pela Municipalidade, que atendeu ao justo apelo de nossas colunas, lhe foi dirigido. Após a instalação da tradicional fonte, a mesma deverá funcionar em dias festivos, com iluminação e cores. Dessa maneira, a Praça Montevideo, depois dos melhoramentos, passará a ser um dos mais interessantes pontos da Capital. (CORREIO DO POVO, 03 dez. 1924, p. 2).

O jornal *A Federação*, na edição do dia 02 de dezembro de 1924, confirma a notícia dada pelo *Correio do Povo* de que o Chafariz seria recolocado no largo Montevideo: “O largo fronteiro à Intendência – “[...] ao centro, será colocado o

tradicional chafariz que, por longos anos esteve à Praça Marechal Deodoro” (A FEDERAÇÃO, 2 dez., 1924, p. 4).

Em 24 de dezembro de 1924, o Intendente Otávio Rocha encaminha o ofício nº 1925-A ao Conselho Municipal, pedindo abertura de crédito especial para a compra do Chafariz. O ofício é registrado na Ata do Conselho Municipal em 27 de dezembro de 1924.

Em primeiro de janeiro de 1925, o jornal *A Federação* reforça a informação de que o Chafariz seria colocado na Praça Montevideo:

O histórico chafariz da praça Marechal Deodoro – O dr. Octávio Rocha, ilustre intendente municipal, em virtude de resolução do Conselho Municipal, abriu o crédito especial de 3:440\$000 para aquisição e concertos no histórico chafariz que, por longos anos, estava à praça Marechal Deodoro. Como se sabe, esse chafariz vai ser, por ordem do dr. Octávio Rocha, colocado no jardim fronteiro ao palácio municipal, ora em construção. (A FEDERAÇÃO, 01 jan. 1925, p. 3)

Já na edição de 07 de fevereiro de 1925, a informação é um pouco diferente, apenas refere-se a “um jardim de forma elíptica com um chafariz de 4 metros de diâmetro, que funcionará com uma fonte luminosa”. Nada mais consta a respeito da instalação do Chafariz Imperador (A FEDERAÇÃO, 07 fev. 1925, p. 3).

Nas figuras a seguir, vê-se a imagem do jardim elíptico e o chafariz “de 4 metros de diâmetros” que foi instalado no Largo Montevideo, no primeiro trimestre de 1925, em que se pode perceber que o antigo chafariz da Praça Marechal Deodoro não foi instalado.

Fig. 36 - Praça Montevideo, Porto Alegre (RS). [ca. 1925].



Fonte: Acervo do AHPAMV

Fig. 37 - Praça Montevideo, Porto Alegre (RS). [ca. 1925].



Fonte: Acervo do MJJF

A partir dessa situação, o *Correio do Povo* recebe uma nova carta de um cidadão identificado pelas iniciais A. L. intitulada: “Um trecho do passado que revive”, publicada na edição de abril de 1925. O autor inicia a carta parabenizando o *Correio* pela esplêndida campanha feita em 1924, que “levou a bom termo, em poucos dias, uma esplêndida vitória artística chamando a atenção para o magnífico bloco de mármore que era o Chafariz da Praça da Matriz, e que, segundo ele, foi acompanhada também por ele e alguns amigos em Buenos Aires, apreciando “as cartas que aquele velho enigmático trazia a público as discussões tão curiosas e tão justas [...]”. A. L. então pergunta por que o *Correio do Povo* não continua sua campanha, porque “o velho enigmático” não escreve mais, por que a população não sai em defesa do Chafariz, como fizeram anteriormente? E ele mesmo responde: os construtores fizeram uma elipse pequena já para o Chafariz não entrar, pois o consideram como uma “almanjarra” (CORREIO DO POVO, 12 abr., 1925, p. 13).

Nesse contexto, pergunto o que aconteceu com o Chafariz? Pois, se por um lado ele havia sido comprado pela Prefeitura do Sr. Zielinsky com a promessa ser reinstalado no largo onde estava sendo construída a Praça Montevideo; por outro, o local onde foi prometido que seria feito a sua colocação foi projetado com tamanho menor ao da estrutura do monumento. Assim, ao que tudo indica vale como resposta à pergunta de A.L. feita na carta enviado ao *Correio do Povo*: “mandar recolhê-lo ao almoxarifado da Intendência para ser aproveitado oportunamente n’outra banda da cidade!” (CORREIO DO POVO, 12 abr., 1925, p. 13).

Em dezembro de 1925, as discussões entre a subcomissão de embelezamento são relatadas nos jornais *Correio do Povo* e *A Federação*, além das

farpas e acusações de ambos os lados. Elas se concentravam principalmente em relação à remodelação do centro em razão do traçado para as linhas dos bondes e as desapropriações que seriam feitas (algumas em propriedades de Alexandre Alcaraz). Havia também alguma referência ao antigo Chafariz da Praça da Matriz, mas agora essa questão já não era mais o foco das atenções.

Embora essa subcomissão extraoficial de estudos de embelezamento tivesse sugerido várias alterações para os projetos que reestruturavam o centro da cidade, e uma delas foi a reinstalação do Chafariz Imperador na Praça Montevideo, o intendente batia o martelo pelos projetos e alterações vindas de seus engenheiros. Octávio Rocha, ao mesmo tempo em que divulgava a informação, através do jornal *A Federação*, que o Chafariz seria reinstalado em frente ao novo prédio da Prefeitura Municipal, autorizava para esse local a construção de uma praça que pelas suas dimensões não teria espaço físico para receber o referido chafariz. Assim, pode-se presumir que, depois que foi comprado do Sr. Zielinsky, o Chafariz Imperador nunca foi reinstalado, ficando armazenado em algum depósito municipal.

Em 1934, quando o Intendente Alberto Bins dá continuidade aos planos de embelezamento da Capital, mas agora para festejar o centenário da Guerra Farroupilha³¹, diversas obras foram realizadas nas praças e avenidas, e, nesse contexto, a Praça Dom Sebastião³² também é toda remodelada, sendo construída uma fonte-d'água luminosa. Por volta de 1936, ainda no governo de Alberto Bins, as quatro estátuas que representavam os afluentes do Lago Guaíba, remanescentes do antigo Chafariz Imperador, são colocados no entorno dessa Praça, e permaneceram nessa situação até 1983 (ALVES, 2004, p. 18). Nesse período, não foram encontradas informações em relação à estátua que representava o Lago Guaíba.

³¹ Em 27 de dezembro de 1935, o Alberto Bins encaminhou ofício ao Conselho Consultivo solicitando liberação de verba suplementar para os festejos do Centenário da Guerra Farroupilha. Até o momento, haviam sido gastos Rs. 516.635\$200 contos e necessitava-se de mais Rs. 1.210:533\$100 contos. As despesas com praças e jardins custou Rs. 61:000\$000 contos (OFÍCIO de 27 dez. 1935, do Intendente Municipal ao Conselho Consultivo). Os altos investimentos no embelezamento da cidade para a comemoração deste Centenário podem ser vistos como uma das ações que veio consolidar os discursos políticos de Alberto Bins e seu antecessor no sentido de ampliar os contatos internacionais na capital. Várias autoridades internacionais foram convidadas a participar do evento, ocasião na qual os espaços públicos da Capital receberam, além de placas em homenagem ao centenário, vários outros monumentos como presentes de outras nações como: Fonte Talavera, Obelisco oferecido pela comunidade judaica, obelisco oferecido pela comunidade portuguesa, e outras (ALVES, 2004).

³² A intendência contrata a firma Borsatto & Cia para a construção de um chafariz e cascatas na Praça Dom Sebastião. Conforme consta no contrato, o chafariz teria uma fonte luminosa cujas luzes foram importadas da Alemanha (CONTRATO entre a Intendência e Borsatto & Cia, 1934).

A partir do que foi visto, pode-se verificar que o governo foi irredutível quanto à permanência do Chafariz Imperador na paisagem da cidade. Com isso, as promessas de reinstalação não se concretizaram. Assim, a ação do Intendente em colocar algumas dessas peças isoladas também pode ser vista como um modo de desarticular o elo existente entre ele e sua representatividade para com certos segmentos da comunidade porto-alegrense. Essa desarticulação pode ser entendida a partir do que nos diz Freire (1997, p. 46), “as construções históricas e sociais remetem a um imaginário social, e, quando isso não acontece, há uma espécie de atribuição de valor negativo” e em Choay (2001, p. 26) “o esquecimento faz com que sejam deixados de lado”. Assim, pergunta-se que valor teria, para uma determinada comunidade, quatro objetos desconhecidos entorno de uma Praça? Será que, o expectador desavisado, veria quatro estátuas sujas e quebradas, verdadeiros “trambolhos” no meio da Praça como parte do patrimônio cultural da Capital?

Essa situação pode ser vista com mais clareza nos anos que sucedem, pois, já a partir da década de 1960, quando Macedo (1967) elabora um dos primeiros levantamentos dos marcos e monumentos de Porto Alegre, relata que encontra dificuldades em obter maiores informações a respeito “das quatro estátuas decorativas” que estão na Praça Dom Sebastião, e isso faz com que, a partir dos critérios por ele criado, as classifique como peças “ornamentais com baixo valor de significação histórica”.

Com o passar dos anos, o esquecimento e a falta de informações a respeito do contexto histórico que ocasionou a presença dessas peças na praça Dom Sebastião, toma a frente dessas questões, que, a partir da década de 1970, vão se voltar especialmente para as preocupações com a preservação do patrimônio cultural da Capital, conforme veremos no próximo subcapítulo.

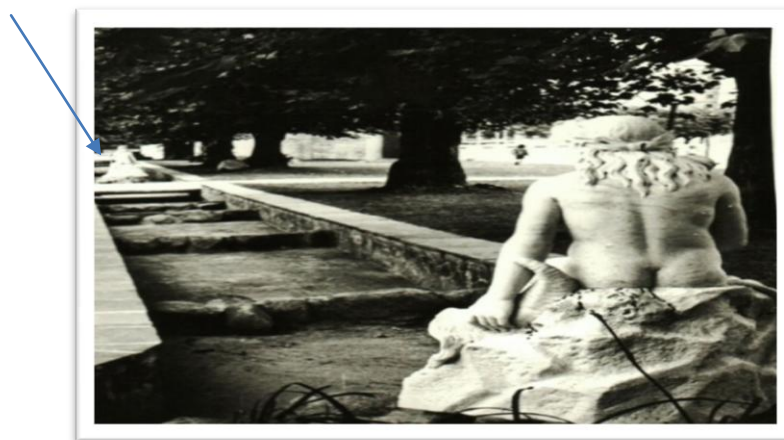
Na figura 38, observa-se a Praça Dom Sebastião já toda remodelada em 1936, e algumas imagens das estátuas, Sinos, *Cahy*, *Jacuhy* e *Gravatay*, ornamentando seu entorno.

Fig. 38 - Praça Dom Sebastião, Porto Alegre (RS). [ca. 1936].



Fonte: Acervo do AHRGS

Fig. 39, 40, 41 - Estátuas do século XIX que faziam parte da composição do Chafariz Imperador. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). [197-?].



Fonte: Acervo do AHPAMV

4.2 As estátuas remanescentes do Chafariz Imperador: de meados do século XX até 2013

Desde que foi desmontado em 1907, o Chafariz Imperador nunca mais foi reinstalado. Nem mesmo o fato da Intendência tê-lo recomprado em 1924 resultou em tal feito. Como resultado dos apelos e das campanhas feitas por certos grupos da sociedade, apenas as estátuas representando os afluentes do Guaíba retornam a uma Praça da Capital por volta de 1936, mas agora isoladas do seu contexto e ornamentando, como um vaso de flores, esse espaço público.

Nos anos seguintes, novos apelos vão surgindo para que essas estátuas sejam preservadas. Esses apelos acontecem de maneira isolada a partir de meados do séc. XX, geralmente são divulgados através de jornais e mais tarde *online*, e estão associados, na maioria das situações, aos resultados de certas pesquisas sobre esses monumentos, e também em alguns casos de promoção de certos agentes públicos, como será relatado a seguir.

Em 1967, o pesquisador Francisco Riopardense de Macedo inicia um estudo com o objetivo de fazer o levantamento dos monumentos e marcos comemorativos localizados nos espaços públicos de Porto Alegre. Ele chama a atenção para o descaso e a falta de conservação desses monumentos e falta de preocupação na restauração deles. Quanto às estátuas localizadas na Praça Dom Sebastião, ele afirma que elas faziam parte do chafariz de ferro fundido que está no parque da Redenção e que originalmente foi instalado na Praça Dom Pedro II (atual Praça Mal. Deodoro ou Praça da Matriz) (MACEDO, 1970, p. 5).

Na década de 1970, o pesquisador Leandro da Silva Telles publica no jornal *Correio do Povo*, de 12 agosto de 1973, na página 16, um artigo intitulado: “Monumentos e Marcos Comemorativos em Porto Alegre”. Nessa matéria, Telles faz uma exposição sobre alguns antigos monumentos de Porto Alegre, inclusive quanto aos chafarizes instalados pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense em 1866. Em relação às estátuas remanescentes do Chafariz Imperador, afirma que “[...] foram instaladas na Praça da Matriz em 1867” e que “há quarenta anos estão na Praça Dom Sebastião”, isso seria por volta de 1933. O autor também afirma que o primeiro monumento colocado em praça pública em Porto Alegre foi o “Pelourinho”, levantado em 11 de dezembro de 1810, quando Porto Alegre foi elevada à categoria de Vila,

“que nada mais era do que o símbolo de autonomia da vila, registrado através de um marco de pedra com as insígnias de jurisdição real” (CORREIO DO POVO, 12 ago. 1973, p. 16).

Ainda nessa década, o jornal *Folha da Tarde* traz, na edição do dia 12 de abril de 1977, várias denúncias em relação à depredação e ao abandono dos monumentos localizados em logradouros públicos de Porto Alegre pelo órgão público responsável. Pode-se verificar as precárias condições de preservação na qual se encontravam as estátuas dos afluentes. O artigo ressalta que “a situação ainda é pior” em relação às estátuas localizadas na Praça Dom Sebastião. Veja a seguir parte da matéria:

Na Praça Dom Sebastião, em frente ao Colégio do Rosário, a situação ainda é pior. As quatro estátuas que simbolizam os rios que formam o Guaíba (Jacuí, Caí, Gravataí e Sinos) estão totalmente sujas, faltando pedaços e cobertas de inscrições. A estátua que representa o rio Caí já não possui um dos braços, e, no outro, o pedaço da mão que restou, depois do ataque dos depredadores, está sem um dedo, no rosto faltam pedaços do nariz, além de outras pequenas marcas disseminadas. Na mesma situação se encontram as outras três estátuas. As que estão mais próximas ao Colégio Rosário, servem de banco para os alunos em recreio e estão cobertas de inscrições. Pintar os olhos das estátuas, de maneira que pareçam vexas, parece ser uma atitude comum na praça. Com isto, fica completo o quadro de abandono, uma vez que a antiga cascata já está seca há anos. (FOLHA DA TARDE, 12 abr., 1977, p. 22).

Na figura 42, observam-se as imagens das estátuas divulgadas nessa reportagem.

Fig. 42 - Recorte das imagens das estátuas na reportagem do jornal *Folha da Tarde*, 12 abr., 1977, p. 22.



As estátuas dos afluentes permanecem nessa situação até o ano de 1983, quando a Prefeitura as recolhe para um depósito municipal na tentativa de protegê-las do vandalismo. Em 23 de maio de 1986, o jornal *Zero Hora* publica uma reportagem intitulada – “Município abandona estátuas históricas: Vereadora denuncia crime contra o acervo da cidade” –, conforme consta na reportagem:

A vereadora Teresinha Chaise (PDT) denunciou ontem na Câmara que as estátuas de mármore, que representam a mitologia aquática do Guaíba, há anos retiradas da Praça Dom Sebastião, estão atiradas, quebradas, quase em ruínas, no depósito do Departamento de Esporte e Recreação Pública, em Ipanema. Pior: das cinco estátuas que foram retiradas da praça, e que pelo seu valor e representação, fazem parte do acervo cultural da cidade, a vereadora encontrou quatro. Uma delas está desaparecida e ninguém informa onde poderá estar. As estátuas, representando os rios Gravataí, Sinos Jacuí, Caí e Taquari, foram retiradas durante a administração Villela ou Dib. Teresinha não especifica quando isso ocorreu, para restauração. (ZERO HORA, 23 maio 1986, p. 16).

Após as denúncias da Vereadora, o então prefeito da Capital, João Dib, anuncia que as peças foram reparadas e estavam prontas para ser entregues à Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Entretanto, a vereadora não concorda com essa informação e “[...] declara-se perplexa, assombrada e muito triste, ao constar o abandono a que foram atiradas”. A partir dessa situação, houve a manifestação de outros dois vereadores, que haviam ocupado, anteriormente, o cargo de Secretário de Educação e Cultura, Frederico Barbosa (PFL) e Mano José (PDS). Barbosa informou que sabia da situação das estátuas e que o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico já teria aprovado a “[...] transferência delas para o lago redondo da Redenção, inclusive com a colocação de pedestais”. Já Mano José informou que quando assumiu as estátuas já se encontravam no depósito por resolução do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e que “uma ou duas seriam restauradas”, mas na sua gestão elas estavam “depositadas com muito cuidado”. No final dessa reportagem, a vereadora Teresinha faz um apelo a Secretaria de Educação, Neusa Canabarro, para que tomasse providências em relação à recuperação das estátuas (ZERO HORA, 23 maio 1986, p. 16).

Em 24 de maio de 1986, outra reportagem publicada no jornal *Zero Hora* anunciava que “Redenção é o destino das estátuas históricas: SMAM promete realizar o trabalho em duas semanas”.

A matéria informava o seguinte:

Quatro das estátuas que representam rios da Grande Porto Alegre estão mesmo guardadas no depósito da Divisão de Esportes e Recreação Pública, em Ipanema, conforme denúncia feita pela vereadora Teresinha Chaise. Removidas da Praça Dom Sebastião há cerca de oito anos, as estátuas finalmente vão ter destino. Desta vez, elas vão ser recolocadas no Parque Farroupilha, conforme decisão adotada na última terça-feira pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico. O processo já foi passado para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e seu titular, Paulo Satte, promete realizar esse trabalho no máximo em duas semanas. (ZERO HORA, 24 maio 1986, p. 25).

No entanto, nesse artigo há duas informações controversas. Pois consta que:

Através de sua assessoria de imprensa a Secretaria Municipal de Meio Ambiente informou ontem, no final da tarde, que, em data a ser definida, as estátuas deverão retornar à praça Dom Sebastião. Antes disso, as vertentes, onde se instalavam as estátuas deverão ser modificadas, como elevação do nível da água para evitar infiltrações no túnel da conceição. Para isso, serão necessárias obras de engenharia ainda sem prazo para conclusão. (ZERO HORA, 24 maio 1986, p. 25).

Assim, de um lado, está a Secretaria de Educação, que exhibe para a imprensa os documentos nos quais ficou registrada a decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico para a transferência das estátuas para o Parque Farroupilha e a liberação da verba para a execução dessa obra, e, de outro, o pronunciamento do Secretário da SMAM, através da assessoria de imprensa, comunica a volta das estátuas para a Praça Dom Sebastião.

Na figura 43, encontra-se uma imagem das estátuas no depósito da Prefeitura Municipal exibida nessa reportagem:

Fig. 43 – Quatro das estátuas que faziam parte da composição do Chafariz Imperador, localizadas em um depósito municipal, em matéria publicada no jornal *Zero Hora*, 24 maio 1986, p. 25.



Fonte: Acervo do MCHJC

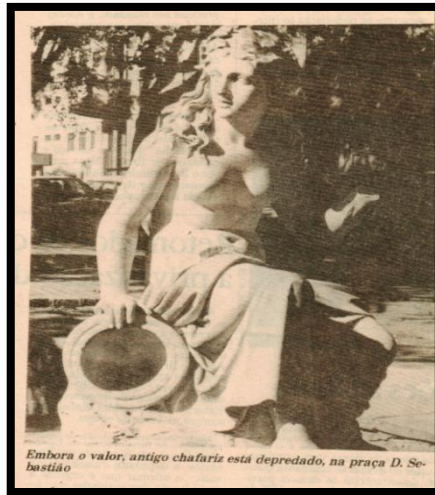
Em 28 de maio desse mesmo ano, na página 2, do jornal *Zero Hora*, o historiador Sérgio da Costa Franco (1926-), publica uma matéria intitulada “As ninfas”. Franco relata que “as belas ninfas de mármore que adornaram, no passado, o Chafariz da Praça da Matriz, decididamente não têm sorte”. Lembra que, na época de sua adolescência, “as quatro ninfas de mármore, ainda inteiras e bem conservadas, foram colocadas às margens das cascatinhas decoradas da Praça Dom Sebastião”, o que para ele foi uma “solução bonita, mas imprudente” uma vez que “as estátuas ficavam em contato direto com os frequentadores da Praça, sem nada que as protegesse do vandalismo” e com isso, passados alguns anos, “o estado de depredação das estátuas era de tal ordem que um dos prefeitos achou de melhor aviso escondê-las num depósito”. O autor comenta que “parece mesmo que a melhor defesa das obras de arte, contra a deseducação e a falta de urbanidade, é subtraí-las ao alcance do público”, e escreve esse artigo num momento em que se discute a recolocação “das ninfas numa praça”, salientado que “é fundamental pensar num lago ou espelho-d’água que as proteja. Mesmo no triste estado em que se encontram” (ZERO HORA, 28 maio 1986).

Após todas essas polêmicas, as quatro estátuas retornam para a Praça Dom Sebastião, sendo recolocadas da mesma maneira que em 1936, apenas ornamentando o entorno da praça.

Em 1994, no Boletim Municipal de 08/08/1994, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente informa que irá colocar em atividade 13 chafarizes e fontes tradicionais da cidade e que o trabalho de restauração dos monumentos envolve a recuperação das áreas onde estão e seria feito de acordo com o projeto original. Os chafarizes da Praça Dom Sebastião foram um dos locais contemplados nesse projeto.

Mas, até o final de 1994, a situação das estátuas permanecia a mesma, quando o assunto sobre as precárias condições de preservação que se encontravam ressurge novamente, através de uma publicação no *Jornal do Comércio* do dia 01 de dezembro de 1994, na página 22, em uma reportagem de Claudio Andrade intitulada “Nos Chafarizes, lembranças da História de Porto Alegre”. Nessa matéria, Andrade divulga parte dos estudos do pesquisador Hélio Ricardo Alves sobre *O chafariz da Praça da Matriz*, relatando que, “inicialmente, mais que obras era arte, a utilidade era fornecer água potável”, e faz um brevíssimo contexto histórico do Chafariz Imperador, além de comentar que as estátuas remanescentes localizadas na Praça Dom Sebastião sofrem todo tipo de mutilação nesse local. Salientou que estava escrevendo este artigo para reforçar a campanha iniciada por Hélio Ricardo Alves em prol de socorros aos monumentos. A matéria traz uma fotografia de umas das estátuas femininas com a mão esquerda mutilada. Nota-se que em 1994 as estátuas ainda estavam localizadas no entorno da praça.

Fig. 44 - ANDRADE, C. Estátua de mármore do séc. XIX. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre. 1994.



Fonte: Acervo do AHPAMV

Em 1996, outra matéria publicada no *Jornal do Comércio* de 02 de agosto, p. 2, intitulada “Beleza Ferida”, traz, novamente, à tona denúncias quanto às precárias condições de preservação, mas, dessa vez, algo foi feito pelos agentes públicos. As estátuas foram reagrupadas em um espelho-d’água e cercadas com um gradil de ferro.

Nas figuras 45 e 46, as estátuas agrupadas no espelho-d’água.

Fig. 45 - STOCKER, Jr. Jorge Luis. Estátuas do século XIX. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). 1996.



Fonte: Acervo do AHRGS

Fig. 46 – Conjunto de estátuas do séc. XIX remanescentes do Chafariz Imperador. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre. [ca 1996].

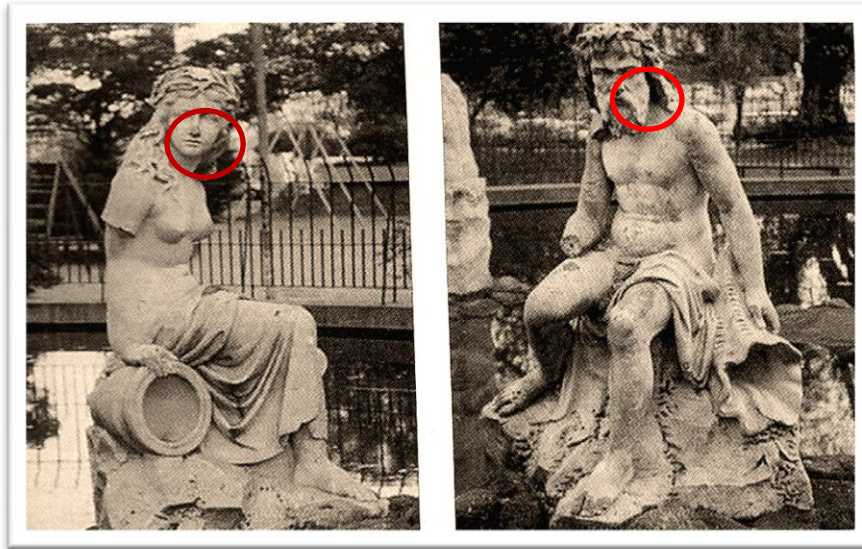


Fonte: Acervo do AHRGS

Embora as estátuas tenham sido agrupadas num espelho-d'água e cercadas, elas estão mutiladas, sujas e com o nariz “restaurado” com cimento. Para Alves³³, essa foi “outra ‘restauração’ desastrosa da prefeitura, foi uma resposta desesperada a um ato insano de vandalismo: os narizes dos ‘Afluentes’ [...] foram quebrados. Como conserto, tentaram modelar narizes de cimento” nelas (ALVES, 2004, p. 91).

³³ Cfe. Alves (2004, p. 87) exceto roubos e vandalismos, a situação de conservação dos materiais dos monumentos são os responsáveis pela durabilidade maior ou menor das esculturas públicas. O autor classifica como ação antrópica a postura administrativa da municipalidade que praticamente desconhece a necessidade de se preservar o conjunto das obras de arte ao ar livre, ou seja, daqueles que agem no sentido de colaborar para a degradação dos monumentos.

Fig. 47 - Conjunto de estátuas do séc. XIX remanescentes do Chafariz Imperador. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre. [ca. 1996].



No detalhe circulado em vermelho, a restauração feita em cimento pela Prefeitura.

Fonte: Acervo do MJJF

Em dezembro de 2004, o pesquisador José Francisco Alves publica seu livro intitulado *A Escultura Pública de Porto Alegre: história, contexto e significado*, em que consta, entre outros, um catálogo inédito das obras localizadas nos espaços públicos de Porto Alegre, bem como uma descoberta quanto ao primeiro monumento público comemorativo instalado em praça pública da Capital, que segundo ele não é a estátua do Conde de Porto Alegre (1885) e sim o Chafariz Imperador (1866). O pesquisador também denuncia as precárias condições de preservação das estátuas dos “Afluentes” e o descaso com o primeiro monumento da cidade. Ele ressalta que “[...] é importante para a Capital gaúcha a determinação desse marco inicial, que afinal dá origem à produção de arte pública da cidade” (ALVES, 2004, p. 17).

O jornal *Zero Hora* de 24 e 25 de dezembro de 2004, na página 54, na coluna de Olyr Zavashi, intitulada “O Guaíba e seus afluentes”, traz uma das revelações apresentadas na pesquisa de José Francisco Alves, de que o primeiro monumento comemorativo erigido num espaço público em Porto Alegre foi o Chafariz instalado na Praça da Matriz, representando o Lago Guaíba e seus afluentes.

Em 2006, a Praça Dom Sebastião é inventariada pela Equipe de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, conforme publicado no *Diário Oficial* do Município de Porto Alegre – (DOPA), ed. 2933, 28 dez. 2006.

Porto Alegre Antigo – é um blog que divulga vários acontecimentos históricos relacionados a Porto Alegre. Nele, em maio de 2010, foi amplamente divulgado o novo livro do pesquisador José Francisco Alves – *Chafariz, Fontes e Bicas* –, no qual Alves, novamente, denuncia que o primeiro monumento da cidade encontra-se esquecido e totalmente vandalizado (sujo e com partes retiradas). E ressalta que poucas pessoas que passam diariamente pelas estátuas têm a noção de que elas existem desde 1866 e do seu significado.

Em setembro de 2009, o Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul publica uma reportagem intitulada: “Donos Negligentes. Patrimônio origens da depredação de monumentos revelam soluções para além da vigilância”, trazendo na capa a fotografia de uma das estátuas da Praça Dom Sebastião, conforme consta abaixo na figura 48:

Fig. 48– DUTRA, Flávio. Uma das quatro estátuas localizadas na Praça Dom Sebastião. 2009.



Fonte: <http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/jornaldauniversidade/121/pagina13.htm>

A reportagem aborda as questões sobre vandalismos e depredações feitas contra os monumentos da cidade localizados nos espaços públicos, ressalta as poucas ações realizadas nos projetos de educação patrimonial. E chama a atenção para a importância da conscientização e o respeito que os diferentes grupos sociais devem ter para com os espaços públicos, pois estes são locais repletos de simbologias, onde ocorre a celebração da diversidade, e são importantes e significativos para os mais variados grupos sociais.

Em março de 2010, o blog *ArquivoPOA* – “A Memória de Porto Alegre” discute sobre a questão do primeiro monumento da cidade ser a “fonte Guaíba e Afluentes” e salienta que “[...] a única parte que mostrava a singularidade eram os nomes nas bases de cada figura, e não devemos esquecer que era um chafariz”, assim considera a estátua do Conde de Porto Alegre como o primeiro monumento.

Em 01 de novembro de 2012, o blog *Porto Imagem* traz uma reportagem de Gilberto Simon intitulada “Estátua da Praça Dom Sebastião é danificada novamente”, e que diz que

[...] conforme matéria de alguns jornais de hoje, e constatados *in loco* por nós do Blog, novamente uma das estátuas da fonte localizada em frente ao colégio do Rosário, na Praça Dom Sebastião, foi vandalizada tendo um de seus braços quebrado e arrancado [...] o conjunto de quatro estátuas dentro da fonte, está em péssimo estado e, mesmo cercado, os vândalos continuam a atacá-lo (SIMON, 2006).

Simon postou duas fotografias, de sua autoria, mostrando a depredação do braço de uma das estátuas. Conforme consta a seguir:

Fig. 49 - SIMON, G. Conjunto de estátuas do séc. XIX. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). 2006.



Fonte: <http://portoimagem.wordpress.com/2012/11/01/estatua-da-praca-dom-sebastiao-e-danificada-novamente/praca-dom-sebastiao-03-2006/>

Fig. 50 - SIMON, G. Estátuas do séc. XIX. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). 2012.



Fonte: <http://portoimagem.wordpress.com/2012/11/01/estatua-da-praca-dom-sebastiao-e-danificada-novamente/praca-dom-sebastiao-03-2006/>

É “incrível esta situação de depredação em Porto Alegre!”, “O que falta em Porto Alegre para as coisas acontecerem? Ou não acontecerem desta forma?”, diz Simon a respeito dessa situação. Ele também consultou a equipe de técnicos da Secretaria de Cultura de Porto Alegre, que informou que a restauração seria difícil porque não ficaria homogênea como a original e que estava sendo estudada a retirada das estátuas do local. Diante desse fato, o autor pergunta: “E o poder público resolve retirando os monumentos que são importantes historicamente para toda a população?” (SIMON, 2012).

Em outubro de 2013, Mario Lopes publica no Caderno Cultura do jornal *Sul 21* uma matéria intitulada “Devolva o nosso Adônis ao jardim público”. Lopes relata que, “segundo os estudiosos”, a estátua está de posse de particulares, na residência de uma família da sociedade, “cujo ramo genealógico não revelam nem sob tortura, mas asseguram que está muito bem guardada, longe das espionagens contemporâneas do *google Earth*”, e considera essa situação como “Patrimônio Vendido” (LOPES, 2013, [online]).

[...] por volta de 1935 quando as outras estátuas foram colocadas na Praça Dom Sebastião houve o sumiço da estátua que representa o Lago Guaíba, uma alegoria à Liberdade, fotógrafos silenciam, antepassados emudecem, os leiloeiros se calam. As autoridades não sabem, historiadores ignoram, antiquários se omitem. [...] Um cidadão porto-alegrense presume-se, vela um jovem Adônis que aprisiona no seu jardim particular, longe de olhares incautos do público curioso e dos ignaros perigosos. O belo menino de olhar melancólico pertence só a esse cidadão que se compraz com o solitário desfrute da visão da viril adolescência imortalizada em mármore de Carrara legítimo, importado, pois, da Itália. O que sente, no fundo da alma, esse homem, presume-se, de fino trato e recursos abundantes capazes de silenciar cúmplices do segredo? (LOPES, 2013, [online]).

Nesse contexto, pode-se observar que as preocupações em relação a preservação dos monumentos históricos vêm desde o final de 1924, quando nessa época, em especial, houve a mobilização de certos grupos sociais para salvar o Chafariz Imperador, sob a alegação de este ter certa importância representativa para com a história da cidade. Dessa forma, considerando que “[...] as narrativas são representações que se incumbem de construir uma representação sobre o já representando” e que a cidade é um espaço que propicia “[...] a construção de uma rede de significados” e “[...] um lugar constituído de uma realidade objetiva em que os homens constroem suas redes de imagens e representações coletivas” (PESAVENTO, 1997, p. 26), verificou-se que, com o passar dos anos, alguns grupos, em especial pesquisadores, ressaltaram a importância da preservação dos monumentos históricos na paisagem da cidade, inclusive, em relação as estátuas que restaram na Praça Dom Sebastião.

Nesse sentido, considerando que ao longo da história de Porto Alegre, diferentes lideranças passaram pelo poder político, deixando suas marcas na paisagem da cidade, e de acordo com Ferrara (2008, p. 199) “[...] a imagem da cidade é uma imagem institucionalizada marcada por diversas ideologias correspondente aos diferentes grupos políticos que estiveram no poder”. Compreendeu-se que, a partir da segunda metade do século XIX, a perpetuação dos elementos simbólicos que influenciam na formação do imaginário social, vem a ser sacralizados na paisagem urbana a partir da institucionalização do patrimônio, cujos agentes públicos patrimoniais passam a determinar os bens culturais que estarão presentes ou ausentes nos espaços públicos, elegendo aqueles que serão privilegiados pelas ações de conservação e preservação.

Assim, entendeu-se que a reconstrução da trajetória histórica do Chafariz Imperador, cujos vestígios ainda permanecem na paisagem da cidade, contribuiu para a compreensão de que o patrimônio cultural se constitui, de certo modo, como uma narrativa eminentemente conservadora que busca a construção de uma história única e representativa do poder constituído, postulando, assim um referencial identitário para os cidadãos.

Finalizando, apresentam-se, a seguir, algumas imagens captadas em meados de 2013, das quatro estátuas que restaram localizadas na Praça Dom Sebastião.

Fig. 51 – GIBROWSKI, C. Estátuas do séc. XIX. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). 2013.



Vista para o
Colégio do
Rosário

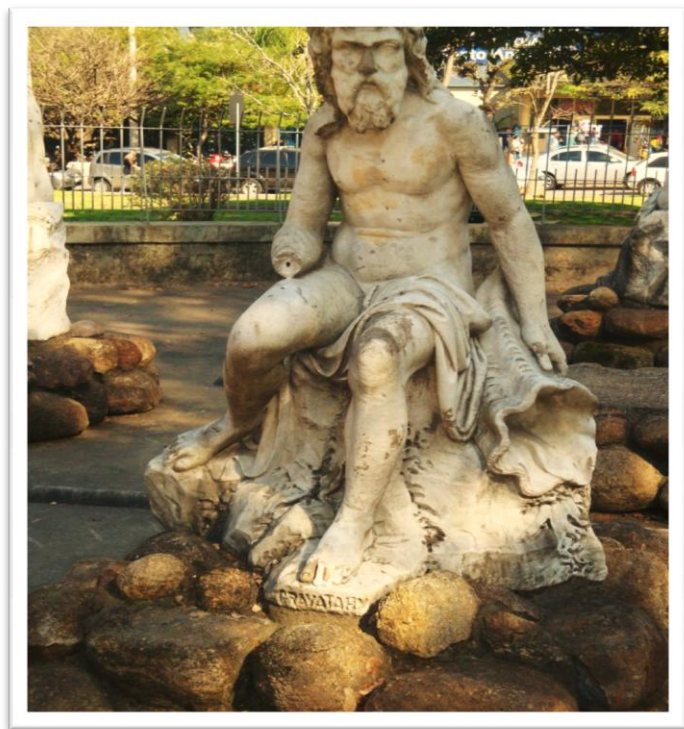
Fonte: Acervo da Autora

Fig. 52 – GIBROWSKI, C. Estátuas do séc. XIX. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). 2013.



Fonte: Acervo da Autora

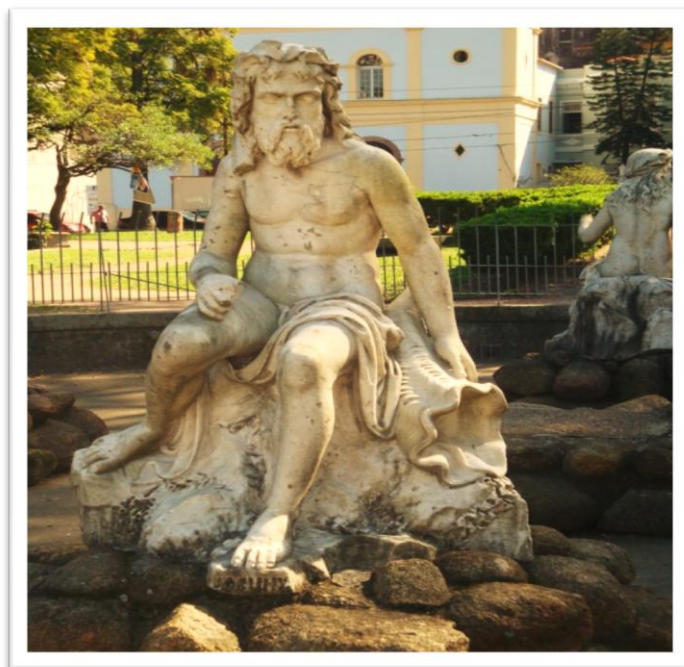
Fig. 53 – GIBROWSKI, C. Gravatahy. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). 2013.



Ao fundo,
uma das
entradas do
Hospital
Santo Antônio

Fonte: Acervo da Autora

Fig. 54 – GIBROWSKI, C. Jacuhy. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). 2013.



Ao fundo a
Igreja Dom
Sebastião

Fonte: Acervo da Autora

Fig. 55 – GIBROWSKI, C. Cahy. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). 2013.

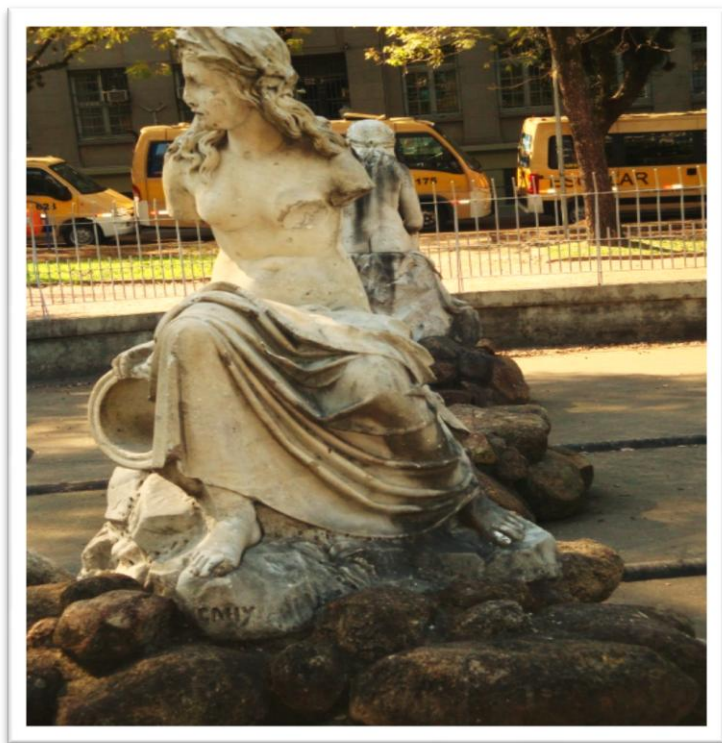
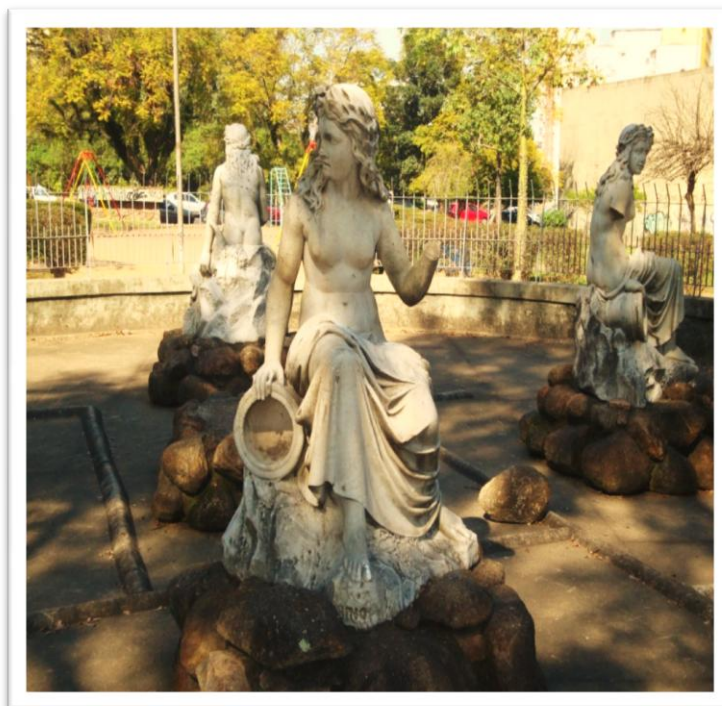


Fig. 56 – GIBROWSKI, C. Sinos. Praça Dom Sebastião. Porto Alegre (RS). 2013.



Fonte: Acervo da Autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado com o objetivo de identificar os fatores que estavam relacionados com os deslocamentos espaciais do Chafariz Imperador, a fim de compreender a presença de algumas peças escultóricas na Praça Dom Sebastião em Porto Alegre. Para tanto, foi necessário reconstruir sua trajetória histórica no período de 1866-2013, uma vez que, a partir de uma exploração inicial sobre esse objeto, percebeu-se que havia divergências, entre alguns autores, quanto ao nome atribuído ao conjunto dessas peças e a sua trajetória histórica. Assim, a partir da proposta metodológica, foi possível identificar essas questões, bem como outros fatores relacionados com o “desaparecimento sem vestígios” dos demais chafarizes instalados em meados do século XIX pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense.

Inicialmente, a partir da contextualização histórica, verificou-se que os Chafarizes surgiram na paisagem de Porto Alegre em meados do séc. XIX, quando iniciou o fornecimento de água potável aos cidadãos. Obra de iniciativa do Governo Provincial que, nessa época, pós-guerra farroupilha, o Partido Liberal Rio-Grandense é quem indicava ao governo Imperial os nomes para Presidente da Província.

Dessa forma, em 1861, é fundada a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, com a finalidade de executar o projeto que forneceria, pela primeira vez, água potável a alguns cidadãos. Através de Decreto Imperial, em 1862, a companhia recebeu a autorização para funcionamento. Em uma das cláusulas do contrato firmado com a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, consta que foi o Governo Provincial que definiu, entre outros, os locais onde os chafarizes seriam instalados, o tipo de material (ferro ou mármore), tamanho e forma. Os três principais chafarizes, assim considerados conforme seu vulto e preço, seriam instalados na seguinte ordem: 1º na Praça da Várzea (ferro bronzeado), 2º na Praça da Matriz (de mármore), 3º em frente à porta da Alfândega (ferro bronzeado); 4º na Praça da Harmonia, 5º na Praça do Mercado, 6º na Praça do Portão, 7º em frente à Caridade, 8º no Alto da Bronze. Porém, nada é mencionado nesse contrato em relação aos nomes que esses monumentos receberiam.

No período compreendido entre 1866-1867, a Companhia instalou todos esses chafarizes, que receberam seus nomes em homenagem aos integrantes da família Imperial: Praça do Portão: Princesa Izabel; Praça de D. Pedro 2º: Imperador;

Praça da Alfândega: Imperatriz; Praça do Mercado (Paraíso): Conde D'Eu; Praça da Caridade: Princesa Leopoldina; Praça da Harmonia: Duque de Saxe. Quanto aos Chafarizes da Várzea e do Alto da Bronze, não foram localizados documentos que indicassem seus nomes. Diante disso, observou-se que foram os chafarizes de ferro da Alfândega, Portão, Caridade e Mercado (Paraíso) os mais antigos instalados na Capital, em outubro de 1866, seguidos pelo de mármore, instalado na Praça da Matriz no final de 1866 e primeiro semestre 1867.

A análise dos documentos, inclusive as fotografias da época, permite afirmar que esses chafarizes, além de sua funcionalidade em fornecer água potável à população, também foram os primeiros objetos de arte que vieram a ornamentar as praças e largos da Capital. Na década de 1880, os chafarizes perderam seu caráter funcional, ou seja, de fornecer água potável a certa parcela da população, passando somente a ornamentar esses espaços públicos. Essa desativação foi feita pela Cia. Hidráulica, por motivos econômicos. Esse período também é marcado por críticas a essa empresa, devido à má qualidade e falta fornecimento de água a população, bem como o início dos pedidos de retirada dos chafarizes de ferro.

Verificou-se que, embora os pedidos de retirada dos chafarizes de ferro tenham iniciado na época do regime monárquico, a iniciativa de retirá-los ocorreu após a instauração de um novo regime político. Pois, com o fim da Monarquia e o início da República, uma nova ordem política-econômica-social se instaurava e, a nova burguesia em ascensão no poder, transformava, entre outros, a paisagem da cidade como uma forma de impor novos hábitos, costumes, crenças, valores, dando ordem e significado ao processo político que se perpetuou ininterruptamente na Capital por 44 anos (1893-1937).

Dessa forma, procurou-se entender esse contexto a partir do enfoque que foi dado nesse estudo em relação a Cultura Política, conforme foi visto em Heimer; Vala; Viegas (1990) e Motta (1996), assim se entendeu que os fatores que envolveram a retirada dos chafarizes relacionavam-se com as “[...] práticas políticas características de uma dada formação social”, no qual os espaços públicos, entre outros, foram alvos de remodelação e transformação como uma forma de impor a nova ordem estabelecida pela elite dirigente em ascensão no poder. Nesse sentido, observou-se que os chafarizes, ora instalados no momento em que havia a liderança

do Partido Liberal Rio-Grandense na Capital, passaram a ser tratados pelos detentores do poder, a partir da República, como “trambolhos” que atrapalhavam os processos de modernização e, constatou-se que, de certa forma, a permanência deles nesses locais poderiam contribuir para evocações e construções de narrativas diferentes da nova ordem instituída.

Assim, a partir da reconstrução da trajetória histórica do Chafariz Imperador pode-se observar essa situação. Esse monumento escultório, além de ornamentar o espaço público, foi um elemento instalado na principal praça da cidade com o intuito tanto de prestar uma homenagem comemorativa ao início do fornecimento de água potável, quanto de homenagear os ideais farroupilha. Essas homenagens foram feitas numa época na qual a elite dirigente estava sob a liderança de membros do Partido Liberal Rio-Grandense, formado, em grande parte, por descendentes dos farrapos. Desta maneira, compreendeu-se que presença do Chafariz na Praça da Matriz, quando esta foi escolhida para receber a estátua em homenagem ao Patriarca do Partido Republicano Rio-Grandense, ela passou a representar uma afronta para a elite que estava no poder. Assim, em 1907 quando o Intendente solicitou a Cia Hidráulica que retirasse o Chafariz Imperador ele numa mais foi reinstalado.

No final de 1924, embora o próprio Intendente tivesse declarado publicamente que iria reinstalá-lo na nova praça que estava sendo construída em frente ao novo prédio sede do poder municipal, observou-se que essa promessa não se concretizou, o governo foi irredutível quanto à permanência do monumento na paisagem da cidade. Em 1936, quando algumas peças que faziam parte do Chafariz Imperador foram colocadas isoladamente na Praça Dom Sebastião, entendeu-se que houve uma desarticulação do elo existente entre o monumento e sua representatividade para com certos segmentos da comunidade porto-alegrense, tentativa de articulação ou manipulação que influenciou fortemente em relação ao apagamento de seus traços no imaginário urbano.

Nesse sentido, afirma-se que o principal fator relacionado com primeiro e único deslocamento do Chafariz Imperador – Praça da Matriz para depósito da Cia. Hidráulica Porto Alegrense em 1907 – deu-se em detrimento de práticas e ações de determinado grupo político. Com isso, compreendeu-se que a representatividade simbólica desse monumento escultório no imaginário urbano foi decisiva para a sua

retirada, pois, como já foi visto, no período da República Velha, a elite dirigente estava empenhada em apagar das paisagens da cidade elementos simbólicos que pudessem evocar memórias do regime anterior, como uma forma de imposição do poder instituído e como uma maneira de, através do conjunto de elementos simbólicos, dos quais os monumentos também fazem parte, eternizar suas narrativas na história e no imaginário da cidade.

A partir desse ponto de vista e considerado o que foi visto na trajetória histórica em relação a situação das estátuas remanescentes do Chafariz instaladas na Praça Dom Sebastião em meados do século XX até hoje, observou-se, por um lado, que as dificuldades em encontrar informações a respeito da história desse monumento e, com isso, entender sua representatividade na paisagem da cidade, como já apontava Riopardense de Macedo na década de 1960, influenciaram, de certa forma, com as questões voltadas ao desaparecimento, ao esquecimento e a atribuição de um valor negativo, ou seja, como peças isoladas no meio de uma praça, não são capazes de despertar uma construção histórico-social no imaginário urbano, e por conseguinte na formação de uma identidade cultural. Bem como, contribuíram para o surgimento de outras interpretações que fizeram alusão à existência de um novo monumento que passou a ser conhecido como “Afluentes do Guaíba”, “Rio Guaíba e seus Afluentes”, “Ninfas dos Afluentes”, “Mitologia Aquática do Guaíba”, entre outros.

Por outro lado, considerando que, com o passar dos anos diversos grupos passaram pelo poder político da cidade, deixando suas marcas na paisagem urbana, verificou-se que, em parte, o deslocamento das peças, que restaram na praça Dom Sebastião, para depósito municipal e sua volta para o mesmo local, pode ser atribuído, as poucas informações disponíveis em relação a sua identidade no contexto histórico-social e cultural. E, a outra parcela, pode ser compreendida, a partir do ponto de vista das práticas e ações políticas ditadas pelos agentes públicos patrimoniais que selecionam e determinam quais monumentos históricos devem permanecer na paisagem da cidade, manipulando e influenciando a formação do imaginário social a partir de seus valores.

Dessa forma, concluiu-se que é importante preservar as peças que restaram do Chafariz Imperador porque trazem consigo as representações que determinado

grupo social deixou registrado em 1866 na paisagem da Capital e que teve toda uma conotação voltada, principalmente para os fenômenos políticos que marcaram duas épocas importantes – Império e República –, e seu reconhecimento pode ser visto como um referencial contínuo nas forças que atuam na formação da identidade cultural dos cidadãos porto-alegrenses.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ALENCAR, Edna F. Paisagens da memória: narrativa oral, paisagens e memória social no processo de construção da identidade. **Teoria & Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 95-110, 2007.

ALVES, Hélio Ricardo. **Porto Alegre foi assim**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

ALVES, José Francisco de. **A escultura pública de Porto Alegre**: história, contexto e significado. Porto Alegre: Artfólio, 2004. 262 p.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

ARENDT, Hannah. Que é Liberdade? In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2013. Cap. 3, p. 188-220.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**s. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, 218 p.

CASTRO, Astréa de Moraes. **Aquivística arquivologia**. Rio de Janeiro: Ao Livro, 1988.

CARVALHO, António Maria Romério. O culto de Mitra e as esculturas escavadas na rocha. **Revista Açafa online**, Portugal, n. 2, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. 18. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

FAGUNDES, Antônio Augusto. **Indumentária gaúcha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

FERRARA, Lucrecia D' Alessio. Cidade: imagem e imaginário. IN: PESAVENTO, Sandra; SOUZA, C. Ferraz de (Org.). **Imagens urbanas, os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. P. 199-201.

FRANCO, Sergio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 4. Ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. 445 p.

_____. **Porto Alegre ano a ano: uma cronologia histórica de 1732/1950**. Porto Alegre: Suliani, 2012.

_____. Um litígio tumultuoso no final do século 19: a questão Telles. **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, 2007. <Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/66405>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC, 1997. 320 p.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 49-80.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas na pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, José R. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2006. cap. I, p. 29-70.

HEIMER, F. W.; VALA, J.; VIEGAS, J. Cultura Política: uma leitura interdisciplinar. **Sociologia: problemas e práticas**, n. 8, 1998, p. 9-28.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação patrimonial**. PGM 1 O que é educação patrimonial. 2002 Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/128182592/Maria-de-Lourdes-Parreiras-Horta-Educacao-Patrimonial-pdf>> Acesso em: 02 abr. 2013.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e Vida Privada. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Schwarcz, 1997. v. 4, p. 20-52.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E NACIONAL. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do;jsessionid=E5CACDBDF3F45EC0F9BE64707651DA34>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 525-541.

LIEBSCHER, Peter. Quantity with quality ? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. **Library Trends**, v. 46, n. 4, p. 668-680, Spring 1998.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, F. Riopardense de. **Cadastro geral dos monumentos e marcos comemorativo**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Obras e Viação, 1970.

MACHADO JÚNIOR. Cláudio de Sá. **Imagens da sociedade Porto-Alegrense**: vida pública e comportamento nas fotografias da Revista do Globo (década de 30). São Leopoldo: Oikos, 2009. 208 p.

MAESTRI, M. Guerra Farroupilha: história e mito. **Revista Espaço Acadêmico**, ano II, n. 21, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/021/21cmaestri.htm>> Acesso em: 10 set. 2013.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade**: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. 207 p.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade, a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. 152 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: **Anais** do X Encontro Regional de História da ANPUH/MG, Mariana 22-26, julho de 1996. p. 87-95.

PACHAECO, Ricardo de Aguiar. A modernidade envolve o campo político: representações e práticas do processo eleitoral na Porto Alegre da década de 1920. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, jul./dez. 2005.

PARADEDA, Maria Regina Matos. 2003. **Arquitetura da paisagem e modernidade: um estudo sobre representações e memória das praças de Pelotas: 1860-1930**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo na propaganda republicana no Rio Grande do Sul: uma retrospectiva histórica. In: AXT, Gunter ...[et. al.]. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prata, 2005. p. 97-105.

PEREIRA, Sônia Gomes. **Arte brasileira no séc. XIX**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008, 127 p.

PESAVENTO, Sandra. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do urbano**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997, 292 p.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra. **O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano, Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen.** 3. ed. Madrid: A. Machado Libros, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (Porto Alegre/RS). Disponível em:<<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php>> Acesso em: 14 mar. 2013.

SÊGA, Rafael Augusto. Ordem e Progresso: mais do que um simples lema na bandeira, as ideias positivistas de Augusto-Comte impregnaram a nascente República brasileira. **Revista História Viva**, n. 4, mar. 2004. <Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/ordem_e_progresso_imprimir.html>. Acesso em: 22 out 2013.)

SOUZA, Célia Ferraz. O sentido das palavras nas ruas da cidade: entre as práticas populares e o poder do estado (ou público). IN: BRESCIANI, M.S.M; DEPAULE, J-C (Org.). **Palavras da cidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 138-150.

SOUZA, C. F.; MÜLLER, D. M. **Porto Alegre e sua evolução urbana.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

SPALDING, Walter. **Pequena história de Porto Alegre.** Porto Alegre: Sulina, 1967.

WILKINSON, P. **O livro ilustrado da mitologia: lendas e histórias fabulosas sobre grandes heróis e deuses do mundo inteiro.** 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2002. P. 27.

WITTKOWE, Rudolf. Gian. **Lorenzo Bernini the sculptor of the Roman Baroque.** London: Press, 1955.

FONTES DOCUMENTAIS

Mensagens, Relatórios

FALLA DIRIGIDA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO SUL PELO PRESIDENTE, Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello na 2ª sessão da 12ª legislatura. Porto Alegre. 1867. *Center for Research Libraries*.

MENSAGEM DIRIGIDA A ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, pelo Dr. Antonio Borges de Medeiros, na 2ª sessão ordinária da 3.legislatura. Porto Alegre. 1898. *Center for Research Libraries*.

MENSAGEM DIRIGIDA A ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, na 2. Sessão ordinária da 6ª legislatura. Porto Alegre. 1910. *Center for Research Libraries*.

MENSAGEM DIRIGIDA À ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, pelo Dr. Julio Prates de Castilhos, na 1ª sessão ordinária da 3ª legislatura. Porto Alegre. 1897. *Center for Research Libraries*.

MENSAGEM DO INTENDENTE ENGENHEIRO JOSE MONTAURY DE AGUIAR LEITÃO AO CONSELHO MUNICIPAL EM 1903. Porto Alegre. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

RELATÓRIO APRESENTADO Á ASSEMBLÉA PROVINCIAL DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL na 1ª sessão da 9ª legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre. 1860. *Center for Research Libraries*.

RELATÓRIO APRESENTADO PELO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembleia Provincial. Porto Alegre. 1864. *Center for Research Libraries*.

RELATÓRIO APRESENTADO PELO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, Visconde de Boa Vista ao Vice-Presidente, na passagem da administração da Província. Porto Alegre. 16 abr. 1866. *Center for Research Libraries*.

RELATÓRIO DA COMPANHIA HIDRÁULICA PORTO-ALEGRENSE. Porto Alegre. 1866. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, Vieira Tosta. Porto Alegre. 28 abr. 1856. *Center for Research Libraries*.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre. 15 dez. 1856. *Center for Research Libraries*.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, Antonio Augusto Pereira da Cunha. Porto Alegre. 31 out. 1866. *Center for Research Libraries*.

RELATÓRIO DOS PRESIDENTES PROVINCIAIS BRASILEIROS – IMPÉRIO (1830-1889). Fundação Biblioteca Nacional.

RELATÓRIOS APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL PELO INTENDENTE Dr. OCTÁVIO ROCHA no ano de 1926. Porto Alegre. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

RELATÓRIOS APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL PELO INTENDENTE ENGENHEIRO JOSE MONTAURY DE AGUIAR LEITÃO NOS ANOS DE 1900-1907, 1912, 1917, 1924. Porto Alegre. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Leis, Decretos, Cartas, Documentos Oficiais

COMPANHIA HIDRÁULICA PORTO-ALEGRENSE [carta]. Porto Alegre, 6 mar. 1863. Carta ao Presidente da Província de São Pedro do Sul relatando a transferência do contrato do Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha, os nomes que constituíram a primeira diretoria e o início da transferência de letras de câmbio para

Londres através do Banco Mauá com vistas à compra do material. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

CONSELHO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE [ata]. Porto Alegre, 27 dez. 1924. Ata da 16ª sessão ordinária. Intendente solicita abertura de crédito especial para aquisição do chafariz que existiu na Praça Marechal Deodoro. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

DECRETO IMPERIAL n° 2.947, de 7 jul. 1862. Concede à Companhia Hidráulica Porto-Alegrense autorização para funcionar e aprova o respectivo Estatuto. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO SUL [contrato]. Porto Alegre, 7 set. 1861. Contrato celebrado com o Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha em virtude da outorga para o fornecimento de água potável para Capital. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE [contrato]. Porto Alegre. 1934. Contratada a firma Borsatto & Cia para a construção de um chafariz e cascatas na Praça Dom Sebastião. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE [ofício]. Porto Alegre, 24 dez. 1924. Ofício n° 195-A ao Conselho Municipal solicitando a concessão de crédito especial para compra do Chafariz. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE [ofício]. Porto Alegre, 27 dez. 1935. Ao Conselho Consultivo solicitando liberação de verba suplementar para os festejos do Centenário da Guerra Farroupilha. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Ato n° 14, de 31 mai. 1896. Convoca comissão especial para estudos do abastecimento de água em Porto Alegre. Porto Alegre. 1896. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

LEI PROVINCIAL N° 478 de 31 de dezembro de 1861. Aprova o contrato celebrado em 7 de setembro de 1861 com o Dr. Francisco Antonio Pereira da Rocha, para o abastecimento de água potável. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

MACEDO, F. Riopardense de [**relatório**]. Porto Alegre, jun. 1967. Normas gerais para o levantamento e estudos dos monumentos e marcos comemorativos de Porto Alegre. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

OBINO, José (1835-1879). **Acervo particular**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

MONTANHA, Alexandre José. **Planta de Porto Alegre: 1772**. Reprodução. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE [boletim municipal]. 08 ago. 1994. Chafarizes voltarão a funcionar. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Jornais

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre. 1884-1925. Fundação Biblioteca Nacional.

A NAÇÃO. Rio de Janeiro. 1874-1875. Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 1924-1925, 1958, 1973. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre. 2006. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

ESTRELA DO AMAZONAS. Manaus. 1859. Fundação Biblioteca Nacional.

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre. 1977. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

JORNAL DO COMÉRCIO. Porto Alegre. 1994-1996. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

JORNAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/jornaldauniversidade/121/pagina13.htm>. Acesso em: 05 mai. 2013.

SENTINELLA DO SUL. Porto Alegre. 1867. Fundação Biblioteca Nacional.

SUL 21. Porto Alegre. 2013. Disponível em: < <http://www.sul21.com.br/jornal/>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

ZERO HORA. Porto Alegre. 1986-2004. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Matérias de Jornais

A.L. Um trecho do passado que revive. **Correio do Povo**, 12 abr. 1925, p. 13.

ANDRADE, Claudio. Nos Chafarizes, lembranças da História de Porto Alegre. **Jornal do Comércio**, 01 dez. 1994, p. 22.

ABANDONO dos monumentos localizados em logradouros públicos de Porto Alegre. *Folha da Tarde*, 12 abr., 1977, p. 22.

BELEZA Ferida. *Jornal do Comércio*, 02 ago.1996, p. 2.

DONOS Negligentes. Patrimônio origens da depredação de monumentos revelam soluções para além da vigilância. *Jornal da Universidade Feral do Rio Grande do Sul*, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/jornaldauniversidade/121/pagina13.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

F.M.D. Um chafariz tradicional. **Correio do Povo**, 26 nov. 1924, p.3.

_____. Apreciação de um importante monumento. **Correio do Povo**, 29 nov. 1924, p. 2.

F.M.D. Um trecho do passado que revive. O Chafariz pertence ao Estado? **Correio do Povo**, 30 nov. 1924, p. 2.

FRANCO, Sérgio da Costa. As Ninfas. **Zero Hora**, 28 mai., 1986, p. 2.

MUNICÍPIO abandona estátuas históricas: Vereadora denuncia crime contra o acervo da cidade. **Zero Hora**, 23 mai., 1986, p. 16.

O EMBELZAMENTO da Praça Montevideo. **Correio do Povo**, 03 dez. 1924, p. 2.

REDENÇÃO é o destino das estátuas históricas: SMAM promete realizar o trabalho em duas semanas. **Zero Hora**, 24 mai. 1986, p. 25.

TELLES, Leandro da Silva. Monumentos e Marcos Comemorativos em Porto Alegre. **Correio do Povo**, 12 ago. 1973, p. 16.

UM trecho do passado que revive: a história de um soberbo Chafariz [..]. **Correio do Povo**, 28 nov. 1924, p.3.

SITES – BLOGS

ArquivoPOA – A Memória de Porto Alegre. Blog. Disponível em:<<http://arquivopoa.blogspot.com.br>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

LOPES, Mario. Devolva o nosso Adônis ao jardim público. **Sul 21**, 2013. Disponível em:<<http://www.sul21.com.br/jornal/devolva-o-nosso-adonis-ao-jardim-publico/>>. Acesso em: 01 set. 2013.

PORTO Alegre Antigo: o maior presente: dos antepassados ao século XXI, a maior história de Porto Alegre em ordem cronológica. Blog. Disponível em: <<http://lealvalerosa.blogspot.com.br>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

SIMON, Gilberto. **Estátua da Praça Dom Sebastião é danificada novamente.** 2012. Blog. Disponível em: <<http://portoimagem.wordpress.com>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

APÊNDICE – Biografia José Obino (1835-1879)

A partir dos documentos encontrados na pasta particular de José Obino no AHRGS e alguns dados encontrados nos jornais *A Nação* e *A Federação*, e nos Relatório dos Presidentes Provinciais Brasileiros – Império (1830-1889), informações disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional, elaborou-se esta pequena biografia.

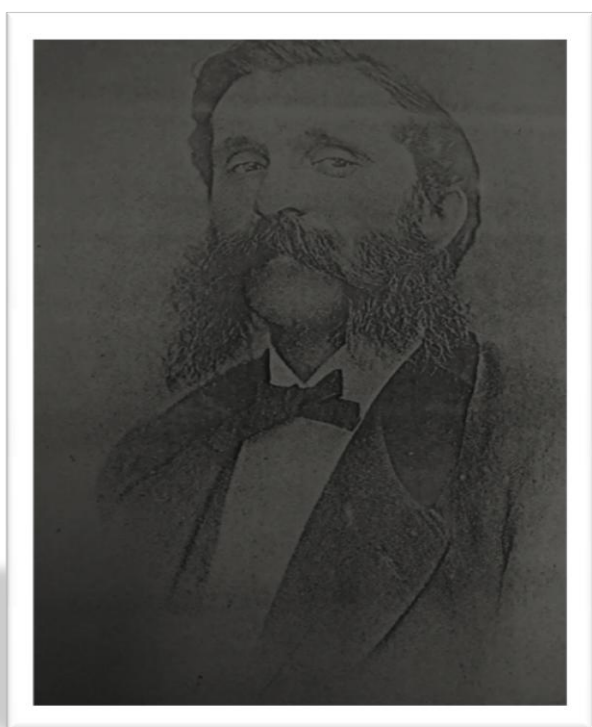


Fig. 47 - Giuseppe Obino (1835-1879)

Giuseppe Obino (1835 Sardenha, Itália – 09 jun. 1879, Porto, Portugal) era filho de Vittorio Obino e Georgina Rombi. Diplomado em Arquitetura, Giuseppe Obino chegou ao Brasil por volta de 1855/57 e instalou-se, primeiramente, na cidade de Bagé (seria ele o artista “isolado num fundo de Província”?) e depois se mudou para a Capital. Seus pais permaneceram na Sardenha, porém, logo após a sua chegada, aconselhou seus irmãos mais novos a virem para cá. Assim, Pedro (Arquiteto), Sebastião (Arquiteto), Ângelo, Salvador e Francisco vieram a constituir suas famílias aqui no Rio Grande do Sul, assim como Giuseppe.

O ano de 1875 ficou marcado pela chegada de grande número de imigrantes italianos ao Brasil, mas, anteriormente a essa época, muitos outros já haviam migrado, principalmente para a Província de São Pedro do Sul, influenciados e aconselhados por Giuseppe Garibaldi, entre eles Giuseppe Obino, assim como vários outros italianos, como Adriano Pittanti (autor da estátua do Conde de Porto Alegre).

De acordo com texto encontrado na pasta do AHRGS, Pedro e José Obino teriam participado ativamente ao lado de Garibaldi nos movimentos pela Independência de sua pátria.

Giuseppe Garibaldi, que havia lutado durante a Guerra Farroupilha, deixou muitos amigos por aqui, como o italiano João Batista de Blingini, que faleceu logo após o término da guerra em 1845. Garibaldi teria deixado com seu amigo uma espada que dizia ser o troféu de um combate naval. João Batista de Blingini teve dois filhos, João e Ana. João morreu em Turim, enquanto fazia curso de Engenharia. Ana casou-se com Giuseppe Obino. Assim sendo, os filhos dessa união os únicos descendentes de Blingini, um dos combatentes da Guerra Farroupilha.

Em 6 de novembro de 1867, Obino casou-se com Ana de Azevedo Blingini, filha de João Batista de Blingini. Eles tiveram os seguintes filhos:

- Vitor Obino (1868-1909): foi capitão vinculado ao Ministério da Guerra;
- João Obino (1869-1931): foi por 25 anos gerente do jornal *Correio do Povo*; (1906-1931). Casou-se com Adelaide Teixeira Mariante e tiveram quatro filhos: Idalina Mariante Obino, Georgina Mariante Obino, José Mariante Obino, Aldo Mariante Obino (foi crítico de arte do jornal *Correio do Povo*);
- Georgina Obino (1870-1876): faleceu aos seis anos de idade;
- Adelina Obino (1872-1963): faleceu aos 81 anos, não teve filhos;
- José Obino (1878-1934): foi dentista e um dos fundadores da Companhia Hidráulica Guaibense.

Alguns descendentes dos Obino ocuparam postos de destaques, “como o general Salvador Obino, chefe de Estado Maior das Forças Armadas Nacional; João Obino, gerente do *Correio do Povo*, e seus filhos, José Obino e Aldo Obino; Alfredo Obino, gerente da *Folha da Tarde*” (Pasta Particular de José Obino, AHRGS).

Em Bagé, Giuseppe Obino (José Obino) realizou importantes obras como a Igreja da Matriz, o Teatro 28 de setembro e um Quartel. Em Santana do Livramento, construiu o Teatro Sete de Setembro. Foi o responsável pela construção da ponte do Jacuí (1868-1873).

Na Capital, Obino abriu seu negócio: “Com grande depósito e oficina de mármore de Carrara”, atuando também na arte funerária (FOLHETO publicitário, 186-). Realizou alguns projetos que, embora não tenham sido executados, foram de sua autoria, como: a urbanização do Parque Farroupilha em 1872, o projeto de um teatro que deveria ser construído no largo do Paraíso.

Fig. 49 - Folheto de propaganda da marmoraria de Giuseppe Obino. [ca. 186-].



Fonte: Acervo do AHRGS

Em 1874, a Câmara Municipal aceitou a proposta de Obino para a construção das docas do mercado. E, nesse mesmo ano, José Obino, apresentou uma proposta de compra do prédio do Theatro São Pedro, a qual não foi aceita, conforme consta no jornal *A Nação* (08 abr. 1874) e nos Relatórios dos Presidentes Provinciais Brasileiros – Império (1874, p. 70).

Em 1875, o jornal *A Nação*, em virtude da exposição Provincial desse ano, destaca dois marmoristas Pittanti e Obino: “Há belos trabalhos em mármore o

cimento da companhia de mármore, dos Srs. Pittanti e Obino” (A NAÇÃO, 03 mai.1875).

Em 1885, após sua morte, seus sucessores permanecem com a empresa preservando o seu nome: “Grande oficina de MARMORE – José Obino (Sucessor)” (A FEDERAÇÃO, 05 set. 1885).